Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Sexta-feira 7.6.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 659 / € 1,80 / Direção interina **Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos)**

CASOS DE JUSTIÇA CRIAM PRESSÃO SOBRE O PS NA FASE FINAL DA CAMPANHA

EUROPEIAS Chega e IL ligaram Marta Temido ao ex-secretário de Estado da Saúde no Governo de Costa. Ex-ministro da Economia de Sócrates foi condenado no caso EDP. Marcelo diz que a Justiça deve usar todos os meios para averiguar a verdade.

CASO GÉMEAS
Lacerda Sales alvo de buscas da Polícia Judiciária e constituído arguido

CASO EDP
Manuel Pinho e Ricardo Salgado, condenados a 10 e 6 anos de prisão, podem não cumprir penas

PÁGS. 8-9 E 12

ENTREVISTA DN/TSF

ANDRÉ COSTA JORGE

DIRETOR GERAL DO SERVIÇO JESUÍTA AOS REFUGIADOS

Migrações: "A situação em que nos encontramos deriva de um avolumar de indecisões e incapacidade por parte do Estado"

PÁGS. 4-7

LEONARDO NEGRÃO / GLOBAL IMAGENS

NORMANDIA
Recordar o *Dia D* de olho na Ucrânia
PÁG. 20

BERNARDO PIRES DE LIMA
INVESTIGADOR
"O principal desafio da UE é manter a coesão entre os Estados-membros"
PÁGS. 18-19

RELATOS EM LIVRO
"Qualquer um de nós pode vir a ter um familiar preso ou cometer um crime"
PÁGS. 14-15

SNS
Três em cada quatro profissionais são mulheres, mas estas continuam longe da liderança
PÁG. 13

HOJE GRÁTIS

Editorial

Valentina Marcelino
Diretora adjunta do Diário de Notícias

Por todos os "novos portugueses" e por todos nós

Ouvir um alto responsável com uma vida profissional dedicada ao apoio a refugiados dar uma nota positiva ao Plano de Ação para as Migrações, apresentado pelo Governo, merece ser salientado. Na entrevista DN/TSF que publicamos nesta edição, André Costa Jorge, diretor do Serviço Jesuíta para os Refugiados (JRS) em Portugal e coordenador da Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), sublinha o "distanciamento ao nível do discurso político que o Governo fez relativamente aos discursos marcadamente xenófobos".

Na apresentação do Plano, o primeiro-ministro afirmou que "precisamos de dizer ao país, olhos nos olhos, (…) que não há nenhuma relação direta entre o acolhimento de imigrantes e aumento de índices de criminalidade. Há crimes cometidos por cidadãos portugueses e por cidadãos estrangeiros e não vale a pena estigmatizar as comunidades dos que nos procuram à boleia de episódios casuísticos. Se o fizermos também teremos de tirar as mesmas conclusões sobre os nossos cidadãos".

Mas não é só este o elogio de André Costa Jorge. Assinala também que "o Governo ouviu a sociedade civil", incluindo a JRS e a PAR, tendo identificado medidas e soluções que as próprias organizações vinham a defender. "É ótimo haver um plano, mesmo podendo ser imperfeito. Haver um plano permite a todos que haja escrutínio e podemos aperfeiçoá-lo", asseverou.

É este o ponto de partida para ver, como Luís Montenegro, "os imigrantes que hoje procuram Portugal como novos portugueses", mas é também um sinal muito importante para fora, que é dizer às organizações criminosas de tráfico de seres humanos e auxílio à imigração ilegal que Portugal deixou de ser o seu paraíso.

Infelizmente quem estava a governar em 2017, quando a Lei de Estrangeiros foi alterada e deu o tiro de partida para a entrada em Portugal de milhares de imigrantes (nada contra) sem condições de acolhimento e integração, não percebeu isso. Na altura, a ministra socialista Constança Urbano de Sousa, seguida de Eduardo Cabrita, não ouviu quem mais experiência tinha tinha matéria, a direção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), liderado por Luísa Maia Gonçalves, que anteviu todos os cenários que hoje constituem a chamada "herança pesada" em matéria de migrações, como a designou o ministro da Presidência, António Leitão Amaro. No seu parecer, o SEF alertava para o "efeito chamada de forma descontrolada" que a nova Lei iria provocar e uma autêntica "legalização extraordinária de imigrantes, com a agravante de não ser feita em legislação especial para o efeito", lembrando que a dispensa de visto, "à semelhança do que acontece com os regimes para as vítimas de tráfico de seres humanos, tem de se alicerçar em razões ponderosas de cariz humanitário ou ligados ao interesse nacional".

Sabemos, de forma científica, que a maioria dos portugueses quer imigrantes no país, mas de forma regulada – premissa a que o Plano do Governo vem responder. De acordo com um inquérito da Lisbon Public Law da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) sobre a perceção que os portugueses têm da imigração no nosso país, 71,7% dos inquiridos elegeram como uma das frases em que mais se revê a de que "os portugueses devem receber bem os imigrantes" e 68,7% consideram importante Portugal receber imigrantes dentro e fora da Europa. Mas, ao mesmo tempo, 55% acham que a imigração está fora de controlo, defendo que haja regulação nas entradas. "Os portugueses são um povo de acolhimento, mas querem uma política de imigração regulada, previsível e controlada", concluiu a coautora Ana Rita Gil, investigadora de Direitos Humanos das Migrações.

Este é, por isso, um tema extremamente sensível e só a moderação do discurso e das soluções é eficaz. Não é por acaso que entrou no debate eleitoral. Porque não se planeou, não se pensou e não se criaram condições. Partimos para as eleições europeias com uma direita radical em ascensão, cujo desígnio é polarizar e semear o ódio na sociedade. No livro *O eleitorado português no século XXI*, organizado pelas doutoradas em Ciência Política Marina Costa Lobo e Ana Espírito-Santo, sublinha-se que "estamos perante um eleitorado muito mais dividido", um "declínio da social-democracia, associado a um aumento da direita radical". Contrariar esta deriva é mais importante do que qualquer dogma ideológico. Ameaçar "chumbar" o Plano de Ação para as Migrações sem dar sequer a hipótese de o "aperfeiçoar", como alerta nesta entrevista André Costa Jorge, é um ataque aos portugueses. Aos novos e a todos os outros.

OS NÚMEROS DO DIA

225 039

VOTOS ANTECIPADOS
O número de eleitores que no passado domingo votaram antecipadamente para as eleições europeias fixou-se em 225 039, correspondendo a 89% dos 252 209 inscritos, informou o Ministério da Administração Interna.

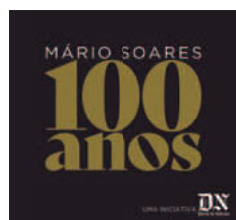
10

ANOS
O ex-ministro da Economia Manuel Pinho foi condenado a 10 anos de prisão efetiva pelos crime de corrupção, fraude fiscal e branqueamento, no julgamento do caso EDP. Já o antigo presidente do BES Ricardo Salgado foi condenado a seis anos e três meses pelos crimes de corrupção e branqueamento.

0,25

PONTOS PERCENTUAIS
O Banco Central Europeu (BCE) desceu em 25 pontos base as taxas de juro diretoras. A taxa de depósito desce assim do atual máximo histórico de 4% para 3,75%.

2598

HOMENS
A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou entre 2021 e 2023 um total de 2598 homens adultos vítimas de violência doméstica, tendo-se verificado um aumento de 38,8%, segundo dados divulgados pela instituição. 25,7% das vítimas têm 65 ou mais anos de idade.

7.6.2024

Direção interina: Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Editor executivo adjunto** Artur Cassiano **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Amanda Lima, Ana Meireles, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Bruno Contreiras Mateus (Diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (Diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de Fevereiro 2024: 6 084 exps.

André Costa Jorge

“A situação em que nos encontramos deriva de um avolumar de indecisões por parte do Estado”

ENTREVISTA DN/TSF O diretor do Serviço Jesuíta aos Refugiados e coordenador da Plataforma de Apoio aos Refugiados dá nota positiva ao Plano de Ação para as Migrações, apresentado pelo Governo, e salienta o distanciamento de discursos xenófobos. Considera que o fim das manifestações de interesse foi um “sinal” político contra a ideia de “caos”.

VALENTINA MARCELINO E NUNO DOMINGUES (TSF) FOTOS **LEONARDO NEGRÃO/GLOBAL IMAGENS**

André Costa Jorge, está do lado dos que saúdam as novas regras do Plano de Ação para as Migrações, dos céticos ou dos críticos e descontentes?

Estou do lado dos que saúdam as regras, que as novas regras que nos parecem positivas. E estou do lado daqueles que entendem que é o papel das organizações não-governamentais em apoiar e melhorar as decisões políticas, sejam elas quais forem, sejam elas de que governo vierem. E, sobretudo, estamos do lado dos migrantes. É esse o lado em que nos encontramos, procurando contribuir, cumprindo aquilo que é a nossa missão. A missão do JRS – Serviço Jesuíta aos Refugiados é, em primeiro lugar, estar ao lado das pessoas, servi-las naquilo que são as suas necessidades e defendê-las. Ser a voz das vozes das pessoas que muitas vezes não têm voz. Todos os anos lançamos o chamado “Livro Branco das Migrações”, um documento que analisa que parte do nosso contacto direto nos vários meios onde estamos. Temos um centro de atendimento para migrantes, centros de acolhimento para migrantes sem abrigo e para refugiados. Acompanhamos, no âmbito da Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), os vários programas de reinstalação, desde os barcos humanitários ao acolhimento de refugiados. Estivemos no acolhimento refugiados, na chamada crise de refugiados da Grécia, do Afeganistão, da Ucrânia. Temos, portanto, um conhecimento aprofundado, feito da experiência das pessoas no terreno. Sabemos onde as coisas funcionam bem e onde funcionam menos bem ou até mal. O papel deste “Livro Branco” é devolver aos decisores políticos a nossa experiência e fazer propostas de alteração.

Este Plano de Ação vai ao encontro do que vocês identificaram como problemas? Vai ajudar a resolvê-los?

Fiquei bastante satisfeito – e acho que qualquer cidadão fica satisfeito – com o distanciamento ao nível do discurso político que o Governo fez relativamente aos discursos marcadamente xenófobos. Acho que é ótimo haver um plano, mesmo quando um plano possa ser imperfeito. Haver um plano permite a todos que haja escrutínio. Podemos olhar para um plano e aperfeiçoá-lo. Podemos ver onde é que as ideias boas resultaram e onde é que elas não resultaram. E podemos fazer críticas também e melhorias ao longo da sua execução. Portanto, a primeira ideia é que há um plano e isso é bom. Há um aspeto também positivo: identificamos muitas matérias que estão no Plano que decorrem do nosso “Livro Branco”, com as quais nos identificamos. Outro aspeto positivo é o Governo ter ouvido, ou procurou ouvir, auscultar a sociedade civil. Eu falo pelo JRS e pela PAR. Posso dizer, e creio que não é nenhuma inconfidência, que estivemos quase três horas em diálogo com o gabinete do secretário de Estado. Não foi a primeira vez que falámos com os decisores políticos, não é um aspeto único ou exclusivo, mas foi um bom sinal de quem está a começar escutar a quem está no terreno. Ainda estamos numa fase de analisar as propostas e ver de forma mais detalhada onde o plano quer chegar, quais são os estrangulamentos que podemos encontrar. Mas identificamos um conjunto de aspetos positivos. Por exemplo, a presença das organizações da sociedade civil em espaços de detenção. É uma das propostas fizemos no “Livro Branco” e que vemos presentes no Plano do Governo. Também a dimensão do reconhecimento de qualificações e competências, isto é, a boa vontade do governo de reforçar a questão dos migrantes qualificados. Trabalhamos há muitos anos nesta matéria. Desenvolvemos dois projetos de integração profissional de médicos imigrantes em Portugal, em parceria com a Gulbenkian. Fizemos recentemente o levantamento da situação de médicos venezuelanos em Portugal e descobrimos cerca de 200 médicos e que esbarravam, quer na dificuldade que as universidades colocam no processo de reconhecimento de qualificações, quer ao nível do Ministério do Ensino Superior, Ministério Educação e na Ordem dos Médicos. Agora há aspetos de detalhe sobre como é que isto se vai implementar. Vemos aspetos que é importante ultrapassar. É preciso também aumentar a capacidade do acolhimento de emergência para pessoas migrantes e refugiados. Isto está dito e já o dizemos há muito tempo. Aliás, no dia 20 de junho, Dia do Refugiado, vamos inaugurar um Centro de Acolhimento em Vendas Novas, com capacidade para cerca de 100 pessoas. É um centro dedicado ao acolhimento de pessoas refugiadas, que era o antigo Colégio dos Salesianos. Muito neste espírito que o Papa Francisco lançou às organizações da Igreja Católica de disponibilizarem os seus espaços. Muitos dos espaços não esta-

> *“Outro aspeto positivo do Plano é o Governo ter ouvido, ou procurou ouvir, auscultar a sociedade civil. Foi um bom sinal de quem está a começar, escutar a quem está no terreno.”*

vam adaptados para estruturas de acolhimento e tivemos que o fazer. Durante os últimos dois anos, também beneficiando os fundos europeus, fizemos essa adaptação. Ficamos felizes que haja a mesma visão para reforço da capacidade de acolhimento também a articulação com os municípios. Creio que a experiência do Fundão pode e deve ser replicada no país e a nossa presença em Vendas Novas. Temos estado em grande diálogo com a Câmara Municipal de Vendas Novas, que o senhor Presidente da Câmara e creio que é possível replicar. E aqui é muito importante que os municípios e os autarcas vistam esta camisola de porque Portugal precisa de migrantes.

E transformar essas exceções em regra...

Em regra sim. E também no ensino do Português, reforçando a cobertura e envolvendo também as escolas nesta altura. O problema do ensino português não é apenas uma questão de rede, também é uma questão de adaptação à realidade, muito flexível e muito volátil da presença dos imigrantes. Isto é, não podemos ter modelos de ensino de Português demasiado rígidos, quer ao nível dos conteúdos e do modelo de ensino, quer ao nível da disponibilidade dos programas de ensino, porque a realidade é muito flexível, é uma barreira e muito rápido na integração. Por exemplo, identificámos logo no início, quando as turmas dos cursos do IEFP exigiam que se tivesse um número X de alunos para abrir. Bastava que faltassem cinco participantes para não haver curso ou quando os cursos não não estavam adaptados para a diversidade e para o *background* e escolaridade que as pessoas traziam. Temos pessoas com escolaridade superior, pessoas que vêm de outros alfabetos, de outros lugares. Ensinar Português a quem vem de um contexto os PALOP, por exemplo, ou ensinar Português para quem vem da Eritreia, perdão, que fala tigrínio e que tem outro alfabeto, é muito diferente. O objetivo é o mesmo, mas deve haver um maior reforço nas competências de quem faz a formação do Português. A sociedade portuguesa deve estar envolvida no acolhimento e na integração dos migrantes e que devem ser encontradas medidas que potenciem a integração dos migrantes. Também reconhecemos que o plano está em linha com o Pacto Global das Migrações. Há aqui um alinhamento dos objetivos do Governo com o quadro europeu e internacional.

Quais são os problemas que não têm resolução à vista daquilo que foi revelado até agora pelo governo?

Vemos com alguma preocupação esta questão das manifestações de interesse, que tem sido muito focada pelas várias forças políticas. É preciso desconstruir alguns mitos que se tem ouvido também na comunicação social, de que agora as pessoas só podem emigrar com o visto de trabalho. Não é verdade. Continuam a haver possibilidade de vir para Portugal por outras formas. A lei prevê um conjunto de medidas e de possibilidades para migrar sem ser apenas com o visto.

Por razões humanitárias é uma possibilidade prevista no artigo 123.º...

O 122.º e o 123.º permitem a regularização sem visto de residência por razões de ordem social, humanitária, etc. E também o reagrupamento familiar. Sabemos também que a AIMA tem feito um esforço na criação de uma plataforma para facilitar o processo de reagrupamento familiar. Agora é preciso salvaguardar a situação de desproteção que as pessoas possam encontrar. É preciso também que o sistema do lado do Estado funcione bem e a relação interministerial e é preciso reforçar a capacidade de resposta, desde logo da AIMA. Sabemos que a AIMA tem sido muito pressionada e seus funcionários para dar resposta. Mas não é uma responsabilidade exclusiva que se possa atribuir a AIMA. É preciso olhar para o presente e para o futuro, mas de facto, há uma história que não podemos negar. Desde 2009 que os relatórios do SEF falavam de insuficiência de recursos. Aliás, em 2017, salvo erro, a expressão usada é de rutura, não só meios humanos, mas também de meios tecnológicos. Passámos vários governos e por várias cores políticas e há uma responsabilidade partilhada que vai para lá de dez anos. De alguma forma esta área foi esquecida ou ignorada. A situação em que nos encontramos e o que temos para resolver é uma situação que deriva de um avolumar de indecisões e incapacidade por parte do Estado em resolver.

Mas concorda com esta alteração de pôr fim às manifestações de interesse?

É preciso dizer que as manifestações de interesse foram uma medida que o Governo encontrou na altura para superar outras dificuldades. Portanto é um remendo que teve e teve o efeito de provocar também outras situações. Claro que nos preocupa que a eliminação da figura da manifestação de interesse possa provocar situações de irregularidade e de desproteção social que colocam as pessoas migrantes numa situação mais vulnerável ainda.

Mas era preciso mesmo este "travão"?

Politicamente, havia que dar o sinal, porque havia uma coisa que estava a resultar. Havia uma realidade mediática que estava a projetar-se contra os próprios migrantes, que era uma ideia de que havia um certo caos e que havia uma incapacidade de controlo. Uma realidade mediática ou é a realidade? Porque há inúmeras

> *"Desde 2009 que os relatórios do SEF falavam de insuficiência de recursos. Aliás, em 2017, a expressão era rutura de meios, não só humanos, mas também tecnológicos."*

imagens de todo o país, situações de exploração... Havia uma situação de alguma visibilidade mediática que tinha dois efeitos. É verdade que a situação dos migrantes hoje ainda é de desproteção, no sentido de que foi dito às pessoas que estão com a manifestação de interesse que venham, estejam, mas coloquem uma manifestação de interesse. Sabemos que às vezes o sistema permitia que as pessoas colocassem até documentos que não eram os necessários e os válidos. E as pessoas ficariam a aguardar 12 meses. Na verdade, nós sabemos que eram 24 meses e durante esse tempo ficavam a aguardar e não tinham quaisquer tipo de benefícios dos descontos que estavam a fazer. Não podemos concordar com uma situação de exploração tácita das pessoas.

Estava a acontecer?

Estava a acontecer isso, mas também com boa intenção. Porque havia um primeiro reconhecimento que o sistema que deveria funcionar não funcionava, mas o estrangulamento transitou de uma parte do problema para outra parte do problema, isto é, passou para o SEF e depois do SEF passou para a AIMA.

Portanto, o muro foi sempre o mesmo, mas foi mudando de sítio?

Aqui a questão é se não temos capacidade de fazer um investimento certo, quer na melhoria tecnológica, quer na melhoria de meios humanos, então vamos estar sempre a adiar a vida das pessoas. As pessoas estão, de facto, com as vidas suspensas, muitas delas a mais de um ano a dois anos, até dois, três anos com a esperança.

Num cenário hipotético que esperemos que um dia aconteça, em que estes documentos que são essenciais para a integração das pessoas fossem tratados dentro dos prazos, rapidamente, o nosso país tem capacidade para absorver todas estas pessoas?

As pessoas já cá estão e estão a contribuir. Estão a trabalhar, são nossos concidadãos. Podem não

continua na página seguinte »

» continuação da página anterior

ter a sua documentação, não estar num processo de regularização, mas já cá estão. Se Portugal tem capacidade? Não, creio que tem de se trabalhar. Temos todos de trabalhar para criar condições. Um dos aspetos que nos preocupa muito tem a ver com o acesso à habitação. Esse é um aspeto fundamental que tem de ser francamente melhorado. Isto é transversal à sociedade portuguesa, não é apenas aos migrantes. Estamos a falar até da classe média. Criámos há quatro anos um gabinete de habitação no JRS, com a tarefa de conseguirmos encontrar alternativas para o acesso à habitação e sermos mediadores na relação entre os migrantes e os senhorios. O mercado de arrendamento é muito difícil para as pessoas migrantes, sobretudo nos grandes centros urbanos. Por isso também o termos ido para Vendas Novas.

Há vantagem para esses migrantes se não forem para os grandes centros urbanos?

Fora dos centros urbanos há menos oferta e menos oportunidades. Agora é possível desenvolver, como revelou a experiência do Fundão. Digo Fundão, como posso dizer Braga e outras zonas do país em que é possível conjugar a necessidade do acolhimento e da integração com as ofertas e com a dinamização do mercado de trabalho, da vida económica e social de outras localidades.

Consegue fazer uma proporção do que é que por cada Fundão, quantas Odemira temos?

Não, não consigo fazer essa proporção. Mas acho que aqui parte tudo também da capacidade que as autarquias têm de mobilizar e criar condições para o acolhimento de pessoas migrantes. Há um dado evidente de que o tecido social português está muito envelhecido. Sabemos isso e, portanto, nós vamos precisar e temos que ser capazes de vencer o desafio do acolhimento, de integração e no sentido de se criar também uma sociedade diversa, por um lado, mas também coesa. Portanto, há aqui um grande desafio de todos, a começar desde logo pelas estruturas mais pequenas freguesias. As autarquias têm que ter um papel ativo nesta dimensão. Não queria aqui objetivar a questão de Odemira ou outra qualquer. Creio que deve haver uma responsabilização por parte dos municípios. Isto sem descartar naturalmente o papel do Estado central e sobretudo também de quem tem responsabilidades governativas. Mas deve haver um envolvimento dos municípios e da sociedade civil local e com organizações e promover um espaço de diálogo e de convívio. Porque, na minha experiência, é quando as pessoas se conhecem e estão em contacto. Quando se cria uma cultura de hospitalidade, é possível vencer desafios e boa parte dos desafios às vezes tem a ver com estranheza, afastamento, que criam situações de exclusão e, às vezes, de discriminação.

"Quando se cria uma cultura de hospitalidade é possível vencer desafios, que têm a ver com estranheza, afastamento, que criam exclusão e discriminação."

O JRS tem uma ligação concreta com as empresas. De que tipo de imigrantes procuram e precisam mais?

A ideia de haver uma política de acolhimento de migrantes qualificados não é totalmente virtuosa. Ela também coloca desafios. Não basta que as pessoas venham qualificadas, é preciso que o país de acolhimento reconheça as suas qualificações. Isso necessariamente tem que envolver as universidades, as ordens profissionais e outras instâncias. Agora, boa parte do mercado de trabalho em Portugal e da nossa experiência também absorve muitos imigrantes não qualificados. E vai continuar a absorver porque há muita necessidade de trabalho em áreas onde não são necessariamente necessários migrantes qualificados. Vou dar um exemplo. Temos feito muita formação para cuidados geriátricos. Somos muito procurados para cuidadores de idosos, por exemplo. Aqui é necessário haver alguma formação em dimensões como a alimentação, o cuidado, técnicas de cuidado de idosos. Mas não é necessário que as pessoas tenham formação superior. Quando falamos em migração laboral, a migração altamente qualificada coloca também desafios a qualquer governo quanto ao equilíbrio entre as oportunidades que damos a migrantes qualificados, mas também aos nossos jovens qualificados. Porque nós sabemos que tem havido uma forte tendência para que os jovens portugueses qualificados procurem outros mercados de trabalho e que muitas vezes encontrem oportunidades fora do nosso país. Ora, o senhor primeiro-ministro, na apresentação do Plano, falou na necessidade de reter os jovens portugueses qualificados. Ótimo. Até porque sou pai de quatro jovens e, portanto, gostava muito que os meus filhos pudessem encontrar trabalho e viver em Portugal, embora ache que é importante haver uma experiência internacional, que as pessoas tenham o mundo e tenham experiências noutros contextos. Dito isto, para acolher é importante que haja uma grande articulação entre o setor empresarial, as necessidades do mercado de trabalho e onde é que vamos recrutar os tais migrantes qualificados e incluí-los. Mas não devemos excluir migrantes menos qualificados. Além disso, é preciso apoiar os migrantes qualificados que já cá estão no seu processo de reconhecimento de qualificações. E é no processo de alinhamento da seleção às suas expetativas em termos de trabalho e em termos de melhoria de condições de vida. Porque a integração bem-sucedida não é apenas que as pessoas fiquem a fazer o que já estão a fazer. É que as pessoas também façam um percurso, um itinerário pessoal, laboral, social. Em Portugal, a integração é um caminho, não é um *status*, não é uma coisa fixa, é um caminho. É um caminho que envolve quem chega, mas também envolve quem acolhe. E, portanto, todos nós temos que fazer um processo de integração, não apenas os migrantes.

Não acha que tudo o que temos estado aqui a falar, sobre o que é que deve ser feito para melhorar o acolhimento e integração, devia ter sido uma conversa e medidas tomadas antes de se decidir que Portugal precisava de mais imigrantes e de alterar a lei no sentido de poderem vir mais imigrantes? Ou seja, tudo isto devia ter sido preparado de outra forma. Não acha que houve também alguma responsabilidade política por primeiro abrir a porta e agora, quando já passaram sete anos de termos chegado a uma situação como a que conhecemos, estarmos ainda a falar do que é que devemos fazer para acolher e integrar melhor os imigrantes?

É preciso ver que a realidade migratória é dinâmica, não é? Olhando assim para os últimos anos, em bom rigor, creio que, do ponto de vista do debate político sobre migrações, demos um salto de quase de mais de dez anos para voltarmos a falar sobre imigração, pelo menos nos termos tão amplos como estamos a falar hoje.

O efeito a alteração à Lei de Estrangeiros em 2017 era mais do que expectável...

Desde desde a crise, desde 2014, 2015 a esta parte, o centro do debate sobre políticas migratórias estava focado na questão dos refugiados. O acolhimento de refugiados que tem o seu espaço neste plano, por exemplo, que o Governo apresentou.

Mas nem é maioritário...

"Quando as pessoas, no desespero e na total fragilidade em que se encontram, não tiverem outras vias se não recorrerem a esquemas ilegais, deve haver uma dimensão de segurança."

Claro, neste plano que o Governo apresentou, a questão dos refugiados, felizmente também foi alvo de um olhar e é uma visão que nos parece também correta na questão dos centros de acolhimento. Na questão migratória, parece-nos que desde a criação dos CNAIM (Centro Nacional de Acolhimento e Integração de Migrantes) em 2004, tínhamos uma situação muito semelhante a esta. No final, no início deste século, fiz parte da equipa que abriu o CNAIM nessa altura, o Centro Nacional. Fiz parte dessa equipa do Alto Comissariado, em termos de políticas migratórias, o olhar sobre os migrantes em Portugal. E temos a alguns marcos. O primeiro marco de todos foi a criação de uma coisa chamada Secretariado Intercultural. Criada por Roberto Carneiro, que visava dar a formação a professores nas escolas, trabalhar essa dimensão da educação intercultural nos curricula dos alunos, envolvendo os professores. Foi o primeiro olhar sobre a questão migratória em Portugal, a presença de outros que não o cidadão português comum. Depois, a criação do alto-comissário. José Leitão foi o primeiro alto-comissário, creio que em 1996, 98. Depois, com a chegada da imigração de Leste vimos que havia um grande *boom* e houve necessidade de adaptar e alterar a Lei de Estrangeiros e a Lei da Nacionalidade. Em 2003 criou-se o Alto-Comissariado e não apenas o Alto-comissário. O Padre Vaz Pinto foi o segundo alto-comissário a seguir ao doutor José Leitão. Houve uma política para as migrações no Governo de Durão Barroso, salvo erro. E então há uma política para as migrações, um plano para as migrações, a existência de uma rede de centros locais de apoio ao emigrante, dos centros nacionais. E há uma primeira visão estratégica sobre a questão do acolhimento de imigrantes que vai depois até ao fim de 2013, 2014 e, que as coisas estão mais ou menos consolidadas.

Mas o volume de de imigrantes a chegar era muito, muito menor.

Chegámos ao meio milhão de pessoas. Agora parece que toda esta matéria, de alguma forma, se silenciou em favor da situação dos refugiados. E a explicação é muito simples. Quer dizer, nós tivemos vários acontecimentos políticos que acabaram por retirar o foco da questão das migrações. Mas houve um acontecimento que levou a uma alteração profunda que teve a ver com uma situação que hoje também está aqui no plano e que é muito importante. Tem a ver com um acontecimento de detenção administrativa de um imigrante. Num aeroporto, num Espaço Equiparado a Centro de Instalação Temporária (EECIT) houve uma morte. Toda a gente conhece esta história e isso foi uma espécie de gota de água, digamos, na vida do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Tornou inevitável a extinção do SEF?

Tornou inevitável. Enfim, a decisão foi política, mas é o que estava previsto também no Programa do Governo. Era uma separação das funções administrativas das funções policiais. O processo decorreu, como sabemos, com a criação da AIMA, mas não se resolveu. Na nossa perspetiva, não se resolveu ou não se conseguiu resolver da melhor forma todo o peso de falta de recursos, toda a necessidade de reformar o modelo também de

“Não basta que as pessoas venham qualificadas, é preciso que o país de acolhimento reconheça as suas qualificações.”

serviço tecnológico, do apoio administrativo que permitisse que a transição para o novo modelo fosse correr sem estrangulamentos. E isso, de facto, não aconteceu. E chegámos a esta situação.

A aceleração que acabou por motivar aqui alguns erros? Consegue conceber a ideia de, no médio prazo, pelo menos, já para não falar no longo prazo, a ideia de não ser um polícia a primeira pessoa que uma pessoa que procura trabalho em Portugal encontra quando chega a Portugal?

Sim. Há uma dimensão de segurança que deve estar presente na vida dos migrantes, mas as migrações não são um caso de polícia. São um caso, sobretudo de os Estados serem capazes de dar resposta administrativa e são um caso de sociedade estar envolvida no processo de acolhimento e integração. Haver capacidade de acolher e integrar as pessoas que procuram. No caso de Portugal, para viver. A polícia deve atuar e deve estar presente em situações de exploração. É preciso lembrar que, na maior parte das vezes, os migrantes são vítimas. São vítimas quando não há vias legais e seguras, capazes de dar resposta atempadamente. São vítimas quando muitas vezes optam ou são forçados a ir por via de redes que lucram brutalmente com a situação precária em que os migrantes se encontram, com a necessidade de encontrar as pessoas e procurarem melhores condições de vida. No caso dos migrantes e caso dos refugiados. Quando as pessoas, no desespero e na total fragilidade em que se encontram, não tiverem outras vias se não recorrerem a vias e a esquemas ilegais, aí deve haver uma dimensão de segurança. Deve haver uma fiscalização apertada a não sobre os migrantes, mas sobre tudo aquilo que muitas vezes vive em torno das situações de incapacidade que os Estados criam quando não são capazes de criar vias suficientemente ágeis, fortes, claras, para que as pessoas consigam migrar em segurança. Depois há um aspeto também nos países de acolhimento que tem a ver com com a situação que as pessoas vivem, muitas vezes alvo de exploração no trabalho, de exploração na habitação, no acesso à habitação, de discriminação, enfim, na vida social.

E não posso aceitar que haja violência sobre migrantes, como temos vindo a ver. É como se isso não fosse uma agressão contra todos nós. Os direitos dos migrantes são direitos humanos. Os direitos humanos são direitos de todos nós. Portanto, creio que a polícia ou qualquer força policial deve proteger os cidadãos e deve garantir que os direitos humanos são aplicados. Devo dizer que nós temos tido com a PSP uma relação muito positiva. Estamos desde 2006 presentes no único Centro de Instalação Temporária que há no país, fora dos aeroportos, que é a Unidade Habitacional de Santo António e a nossa relação é com a PSP. Para minha satisfação e devo dizê-lo, a PSP tem tido uma postura muito positiva e colaborante o JRS, mas também com os outros parceiros, com a OIM e com os Médicos do Mundo que fazem parte da parceria. No caso concreto na UHSA, o que reflete uma atitude construtiva e positiva. Sobretudo, não devemos olhar para os migrantes como se fossem criminosos, sobretudo aqueles que estão em situação irregular, porque aqueles estão em situação irregular ou indocumentado muitas vezes são aqueles que são mais vítimas e merecem mais proteção no sentido humano do termo. E, portanto, eu vejo a PSP no caso, ou a Polícia Judiciária, e qualquer força de segurança, como como forças de um Estado de Direito e, portanto, devem proteger e devem ter um olhar sobre os mais frágeis, não no sentido persecutório. Não devemos criar uma cultura securitária, mas uma cultura de segurança, que é bem diferente.

E como é que era a relação com o SEF?

Tinha com certeza aspetos muito positivos, devo dizê-lo. Nós tínhamos uma relação também muito longa com o SEF. Aliás, a nossa presença na Unidade Habitacional de Santo António deveu-se a uma colaboração com o SEF. Infelizmente, nós tentámos várias vezes estar presentes nos aeroportos, nos EECIT e infelizmente, também para o SEF, isso não foi executado. Porque eu acho que isso desprotegeu o SEF. Acho não, é uma evidência.

Sabem por que razão é que nunca aconteceu?

Havia algum receio que num espaço como aquele pudesse causar alguma perturbação o facto de haver uma organização da sociedade civil ou uma organização não-governamental….não sei.

Continuam sem estar presentes nos aeroportos?

Nós não. Gostávamos de estar presente porque faz parte da nossa missão, mas sabemos que estão neste momento presentes a OIM e os Médicos do Mundo. Nós gostávamos de estar presentes também. Aliás, replicando aquilo que é considerado internacionalmente uma boa prática. Desde logo quando foi criada a UHSA, no Porto. Gostávamos estar presente no sentido de podermos acompanhar as pessoas migrantes que ali se encontram. É preciso entender estas pessoas não cometeram nenhum crime, porque migrar irregularmente não é um crime, estar indocumentado não é um crime. É uma situação irregular. É uma situação em que o Estado deve proteger as pessoas, colocá-las à sua guarda. Esta é uma preocupação que nós aqui no Plano vemos e que, no fundo, temos e gostávamos e queremos continuar a trabalhar. E vamos com certeza ter ocasião de dialogar mais com o governo, no sentido de reforçar a presença nestes espaços. O plano prevê a criação de novos CIT, não é? Novos espaços, centros de instalação temporária de centros de detenção. Nós preconizamos e defendemos as alternativas à detenção, isto é, a detenção é uma medida administrativa. As pessoas ficam à guarda do Estado. Aliás, a lei prevê que a detenção seja a última rácio, isto é, a detenção só e só deve ser efetivada quando não há alternativas. Portanto, deve haver alternativas à detenção porque a privação de liberdade é muito impactante para a saúde mental das pessoas.

É, no fundo, uma violência que fazemos perante as pessoas e acontece muitas vezes quando as pessoas não são retornadas, vamos dizer assim, quando não são devolvidas ao país de origem. Muitas vezes, quando são, vão para a rua, vão e ficam em situação ainda mais desprotegida. Tem a ver também com a situação que as pessoas possam muitas vezes encontrar no momento da sua vida. Nós defendemos que o acompanhamento das pessoas deve ser feito num espaço que respeite a sua dignidade e que, se a pessoa não representa uma ameaça para o país – e de facto não representa, as pessoas que ali estão, não representam uma ameaça para o país e o Estado tem de saber onde é que as pessoas se encontram, é a sua responsabilidade – deve haver uma uma articulação entre a pessoa migrante e o Estado que o acolhe. Agora não representando uma ameaça, as pessoas devem ser acompanhadas de outra maneira que não seja a privação de liberdade.

“Não devemos olhar para os migrantes como se fossem criminosos, sobretudo aqueles que estão em situação irregular porque esses são mais vítimas e merecem mais proteção.”

Veja o vídeo em dn.pt/dntv

Buscas põem pressão sobre o PS no dia que a AD queria ser de 'Ursula maior'

CAMPANHA Caso das gémeas luso-brasileiras irrompeu a três dias das eleições. Chega e IL ligaram Marta Temido ao arguido Lacerda Sales, desviando atenções da vinda ao Porto da presidente da Comissão Europeia.

Campanha de Marta Temido (PS) passou por Coimbra.
JOSÉ SENA GOULÃO / LUSA

TEXTO **LEONARDO RALHA**

A cabeça de lista do PS às eleições europeias, Marta Temido, resumiu em sucintas oito palavras a sua posição quanto ao acontecimento nacional que marcou o penúltimo dia de campanha. "Eu não tive nada a ver com isto", disse a antiga ministra da Saúde, na Figueira da Foz, depois de serem noticiadas buscas no Ministério da Saúde, no Instituto da Segurança Social, no Hospital de Santa Maria e na residência do seu ex-diretor clínico, Luís Pinheiro, relacionadas com o alegado favorecimento de duas gémeas luso-brasileiras que, depois de uma rápida obtenção da dupla nacionalidade, receberam o medicamento Zolgensma, com um custo de quatro milhões de euros para o Serviço Nacional de Saúde, procurando travar a atrofia muscular espinal, doença neurodegenerativa de que essas crianças padecem.

Os novos desenvolvimentos do caso, que terá levado ao corte de relações entre o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e o seu filho mais velho, Nuno, residente no Brasil e que terá tirado partido dos laços familiares para levar o Governo a favorecer o acesso das gémeas ao medicamento mais caro do mundo, incluíram a constituição do ex-secretário de Estado-adjunto da Saúde, António Lacerda Sales, como arguido por abuso de poder. Terá sido o antigo governante socialista a marcar a primeira consulta no Hospital de Santa Maria, e o seu antigo gabinete no Ministério da Saúde foi um dos locais alvo das buscas ontem realizadas pela Polícia Judiciária e pelo Ministério Público. No início da semana já tinha havido buscas à sua residência, em Leiria.

Confrontada com o caso, Marta Temido procurou marcar distâncias em relação a Lacerda Sales, seu secretário de Estado durante a pandemia de covid-19. "As pessoas sabem que a intervenção de um ministro em relação à autorização de medicamentos não existe", disse a cabeça de lista, num encontro com mulheres socialistas em Coimbra, fazendo um reparo quanto ao *timing* das buscas. "Quem está na vida política já se surpreende com muito pouca coisa."

Logo no início do dia, o cabeça de lista da Aliança Democrática (AD), Sebastião Bugalho, distanciou-se da polémica, recusando "considerações sobre investigações em curso". Até porque, em sua opinião, "seria uma irresponsabilidade democrática e cívica" estar a fazê-lo sobre alguém que disputa eleições consigo. Numa quinta-feira em que a campanha da coligação de centro-direita foi animada pela sondagem da Intercampus para o Correio da Manhã e CMTV, que indica uma ligeira vantagem (24,5%) sobre o PS (24,1%) – confirmando a aproximação patente na sondagem da Aximage, para o DN, JN e TSF, divulgada no domingo, em que o PS continua à frente, com 30,6%, mas a AD sobe para 26,6%, ao contrário dos números da Universidade Católica para a RTP, em que o PS sobe para 33% e a AD desce para 31% –, a prioridade assumida era a participação de Ursula von der Leyen, na campanha eleitoral, tanto na arruada que teve lugar no Porto, no final da tarde, como no comício em que a presidente da Comissão Europeia, e recandidata ao cargo pelo Partido Popular Europeu, esteve ao lado de Bugalho e do primeiro-ministro português, Luís Montenegro.

Essa participação na campanha eleitoral acabou por ser perturbada por cerca de duas dezenas de manifestantes pró-palestinianos, que interromperam o seu discurso, acusando-a de "financiar o genocídio" que dizem estar a ser cometido por Israel na Faixa de Gaza, acabando por ser afastados por agentes da PSP. "Se vocês estivessem em Moscovo, estavam agora na prisão", disse Ursula von der Leyen, que defenera à Ucrânia e criticara o Chega.

"Contaminação" e "poluição"

A pressão sobre Marta Temido ficou a cargo de outras forças partidárias à direita do PS. Sobretudo do Chega, com André Ventura a aproveitar a arruada de final de tarde em Braga para anunciar que o seu partido irá requerer a presença do anterior primeiro-ministro, António Costa, na comissão parlamentar de inquérito ao alegado favorecimento das gémeas luso-brasileiras. "Não podemos ignorar um facto evidente: a correspondência também chegou ao gabinete do primeiro-ministro. Foi o senhor primeiro-ministro, ou o seu gabinete, que decidiram passar essa correspondência para o Ministério da Saúde. Era importante que esclarecesse o que fez à comunicação que recebeu do Palácio de Belém, para onde é que a transmitiu e se acompanhou o caso ou não", disse o líder do Chega, que horas antes colocara em dúvida as garantias deixadas por quem é agora cabeça de lista do PS. "É pouco crível que alguém contorne a lei, marque uma consulta desta importância e desta dimensão, sem que a ministra pergunte o que é isto", disse Ventura, salientando que considera "estranho que a ex-ministra não saiba de nada".

Fidalgo Marques (PAN) com associações zoófilas algarvias.
LUÍS FORRA / LUSA

Francisco Paupério (Livre) na Feira do Livro de Lisboa.
ANTÓNIO COTRIM / LUSA

Tânger Corrêa (Chega) com André Ventura na Póvoa de Varzim.
ESTELA SILVA / LUSA

Sebastião Bugalho (AD) levou Ursula von der Leyen e Luís Montenegro ao Porto.

TIAGO PETINGA / LUSA

Por seu lado, após o cabeça de lista da Iniciativa Liberal, João Cotrim de Figueiredo, referir que acredita ser seu trabalho "não deixar poluir a campanha europeia por temas nacionais", o sucessor na liderança do partido, Rui Rocha, defendeu que "obviamente que há explicações a serem dadas" por quem foi responsável político por um Ministério da Saúde onde existem suspeitas de ter havido favorecimentos a determinadas pessoas.

Em mais um dia em que temas de atualidade nacional dominaram a campanha para a votação que no domingo definirá os 21 representantes dos portugueses no Parlamento Europeu, a cabeça de lista do Bloco de Esquerda disse que "as campanhas eleitorais não devem ser um bate-boca entre partidos e a Justiça e o Ministério Público". Mas Catarina Martins disse também, numa visita à feira de Barcelos, que a Justiça "tem e deve ter garantias de independência face ao poder político" e que o caso das gémeas deve ser esclarecido.

Tal como outros cabeças de lista, o comunista João Oliveira, falando na Maia, afastou qualquer "aproveitamento político" do caso das gémeas luso-brasileiras. Mas também não se esqueceu de repetir que a posição do PCP acerca da Ucrânia está a ser caricaturada e chegou a defender que as políticas do presidente russo Vladimir Putin são mais próximas da AD e da IL. Isto num dia em que o site noticioso europeu Politico apontou os atuais eurodeputados comunistas Sandra Pereira e João Pimenta Lopes entre os maiores "amigos de Putin" no Parlamento Europeu, tendo em conta os votos contrários a iniciativas de condenação da invasão russa.

Em Lisboa, reagindo ao caso das gémeas na Assembleia da República, a porta-voz do PAN, Inês de Sousa Real acusou o Ministério Público de tentar mediatizar os casos judiciais e "contaminar atos eleitorais sucessivamente", referindo-se à constituição de arguido de Lacerda Sales e as eleições europeias.

E o cabeça de lista do Livre, Francisco Paupério, que dedicou o dia à saúde, defendeu um papel forte da União Europeia, como durante a pandemia, e maior investimento na investigação científica.

Catarina Martins (BE) esteve em Barcelos.

HUGO DELGADO / LUSA

João Oliveira (PCP) foi à antiga sede da PIDE no Porto.

FERNANDO VELUDO / LUSA

P&R O que já se sabe sobre o caso das gémeas luso-brasileiras

Ex-secretário de Estado da Saúde socialista foi constituído arguido. A mãe das gémeas admite vir a Portugal para prestar declarações na comissão parlamentar de inquérito que é presidida pelo Chega.

Que crimes podem estar em causa?

Segundo o DIAP Lisboa e a Unidade Nacional de Combate à Corrupção da PJ, os "factos" são "suscetíveis de configurar" a prática dos "crimes de prevaricação, abuso de poderes, tráfico de influência, abuso de poder e burla qualificada".

O que tem dito Lacerda Sales?

"Tenho a certeza de que não marquei nenhuma consulta, não fiz nenhum telefonema, não conheço nenhum colega do Serviço de Pediatria", tem garantido Lacerda Sales. Porém, em declarações recentes ao *Observador* já admitiu ter "mais informação", não explicando qual.

Quem marcou a primeira consulta para as gémeas luso-brasileiras?

Uma auditoria interna do Hospital Santa Maria concluiu que a marcação da primeira consulta hospitalar pela Secretaria de Estado da Saúde foi a única exceção ao cumprimento das regras neste caso. Em abril deste ano, a Inspeção Geral de Atividades em Saúde revelou que a primeira consulta das crianças, em dezembro de 2019, foi marcada pela Secretaria de Estado da Saúde, concluindo que o acesso à consulta de Neuropediatria destas crianças foi ilegal.

O que diz Marta Temido?

"Só posso dizer aquilo que já tenho dito: não conheço mais, sobre o caso, do que aquilo que já referi, e que estou disponível a voltar a contar, em qualquer sítio que me perguntem, que não conheço a mãe, não conheço a médica. Não sei mesmo mais nada sobre isso", garante a ex-ministra.

O que disse Marcelo?

O Presidente da República confirmou que o seu filho o contactou para interceder no caso das gémeas luso-brasileiras, mas defende que o tratamento dado ao caso foi neutral e igual a tantos outros. Marcelo diz que não falou com qualquer entidade para influenciar o tratamento e mostra-se disponível para ir a tribunal e garante também que não ter tido conhecimento de quaisquer diligências junto do Ministério da Saúde no caso após o envio do respetivo dossiê para o Governo. O Presidente afirma que o seu filho se reuniu com Lacerda Sales, porque não o conseguiu através da Presidência da República.

CARLOS M. ALMEIDA/LUSA

Quem falou sobre a "cunha"?

A mãe das crianças, Daniela Martins, cidadã luso-brasileira. Numa primeira ocasião, quando chegou a Portugal com as crianças, os serviços médicos terão recusado o tratamento. "Chorei nos corredores do hospital", disse a mulher a um canal de televisão do seu país. Entretanto, sem saber que estava a ser gravada, a luso-brasileira assumiu que pôs em marcha os seus "contactos". "Usei o "pistolão. Conhecia a nora do Presidente, que conhecia o ministro da Saúde [na altura Marta Temido], que mandou um *e-mail* para lá e falou 'E o caso das meninas?'. Eles começaram a receber ordens de cima."

O fundamento da suspeitas?

O facto de as gémeas terem adquirido a nacionalidade portuguesa numa celeridade considerada invulgar – o processo foi concluído em 14 dias – e de a autorização especial para o uso do medicamento – que custa dois milhões de euros por criança – ter sido aprovada em dois dias, e a um sábado.

Como é que o caso foi conhecido?

O programa da TVI *Exclusivo* revelou a existência de uma auditoria interna no Hospital de Santa Maria para averiguar como é que duas gémeas que vivem no Brasil receberam em Lisboa um tratamento de quatro milhões de euros. A reportagem indicava suspeitas sobre a influência do Presidente da República.

Onde foram as buscas da PJ?

Ontem, no Ministério da Saúde, no Hospital de Santa Maria, na residência do ex-diretor do hospital – que foi constituído arguido –, na casa da mãe das gémeas, que vive em Oeiras, na unidade de Cascais no Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, a várias entidades da Segurança Social; e na segunda-feira, na casa de Lacerda Sales, em Leiria, que foi constituído arguido por suspeitas de prevaricação, abuso de poder, tráfico de influência e burla qualificada. **A.C. e I.L.**

PJ recolheu de equipamentos de telecomunicações, informáticos, prova de natureza documental e correio eletrónico que serão submetidos a exames e perícias.

Chega vota a favor de candidato de Miguel Albuquerque

MADEIRA Foi histórica a eleição para a presidência do Parlamento. Só os votos do partido de Ventura permitiram aprovar a escolha do PSD. Foram precisas três votações.

Pela primeira vez, desde 1976, um candidato indicado pelo PSD não foi eleito à primeira: foram necessárias três votações. Pela primeira vez, houve dois candidatos. Pela primeira vez, uma mulher foi candidata à presidência da Assembleia Legislativa da Madeira.

Quem votou em quem? Nuno Morna, da IL, considerou "indigno" que o Chega tenha votado no candidato de Miguel Albuquerque depois de tudo o que o partido de Ventura disse em campanha eleitoral.

"Caiu a máscara ao Chega, que mostrou estar disponível para dar a mão não só ao PSD, mas também a Albuquerque", denunciou Paulo Cafôfo, líder do PS/Madeira. "É um partido em que não se pode contar", concluiu Mónica Freitas, líder do PAN. Confrontado com as acusações, Miguel Castro, líder regional do Chega diz que este voto de apoio "não tem nada a ver com apoiar o Governo. É uma forma de a Assembleia ter estabilidade".

Para o PSD o que "ficou aqui claro" foi que com "capacidade de diálogo e negociação é possível chegar a um consenso. Nem que seja um pontual", enfatizou Jaime Filipe Ramos, líder parlamentar do PSD.

"Foi a democracia a funcionar", disse Élvio Sousa do JPP.

O centrista reeleito, José Manuel Rodrigues, pediu "pontes em vez de muros" porque "esta será uma legislatura diferente das anteriores".

Horas depois, na posse do novo Governo, Albuquerque – que obteve o pior resultado do PSD desde 1976 – disse estar disponível para "soluções políticas de base parlamentar". A próxima será o programa de Governo. Um chumbo levará a novas eleições, caso o representante da República opte por não convidar PS e JPP a formarem um Executivo. **A.C.**

PSD e PS negoceiam nomes para CES e magistraturas

PARLAMENTO Em causa a presidência do Conselho Económico e Social (CES) e a escolha de sete membros a indicar para o Conselho Superior de Magistratura.

As eleições para estes dois órgãos externos à Assembleia da República foram marcadas na conferência de líderes de quarta-feira para o próximo dia 19, e exigem uma maioria de dois terços dos deputados, o que requer, na prática, um acordo entre PSD e PS.

Pela anterior lógica política, a indicação do próximo presidente do CES deverá caber ao PSD. Neste momento, a socióloga Sara Falcão Casaca preside ao CES de forma interina desde fevereiro, depois de Francisco Assis ter renunciado ao seu mandato para se candidatar a deputado pelo PS nas últimas eleições legislativas.

No que respeita ao Conselho Superior da Magistratura (CSM), a Constituição estabelece que compete à Assembleia da República eleger sete vogais deste órgão, "por maioria de dois terços dos deputados presentes, desde que superior à maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções".

Além do CSM, os deputados vão eleger cinco membros "entre personalidades de reconhecido mérito" para o Conselho Superior do Ministério Público. Esta eleição já não exige dois terços de votos de aprovação.

Está igualmente prevista a eleição de cinco membros a designar pelo parlamento para o Conselho de Estado, órgão de aconselhamento do Presidente da República. Uma eleição que esteve inicialmente prevista para 7 de maio passado, mas que foi sendo adiada.

O Chega deverá conseguir eleger um dos cinco nomes para o Conselho de Estado, agora que a sua bancada parlamentar possui mais de um quinto dos deputados.

André Ventura deverá ser o nome indicado.

DN/LUSA

Opinião
Ana Drago

O Ministério Público nunca desperdiça uma campanha eleitoral

A dois dias do fecho da campanha para as europeias surge a notícia de que foram realizadas buscas pela Polícia Judiciária (PJ) em torno do "caso das gémeas". O trabalho esforçado da investigação criminal decidiu centrar-se no gabinete do ex-secretário de Estado do PS, Lacerda Sales, e no Hospital de Santa Maria, de Lisboa.

Não desvalorizo o caso, nem a investigação, mas pergunto-me sobre a estranha agenda de atuação do Ministério Público. É que nos dias que correm sabemos que há três coisas que são garantidas quando temos eleições em Portugal: discursos enfadonhos (*check*); uma ameaça ao Chega, que lhe permite o discurso de vitimização (*check*); e buscas do Ministério Público (MP) em torno de processos e figuras ligadas ao PS (*check*).

Quanto às buscas, já nem consigo fingir qualquer surpresa. A história dos últimos anos do MP deixa cada vez menos espaço para interpretações ou ambiguidade. Em linguagem de investigação diria que os indícios se acumulam.

Sabemos que há anos que o MP arrasta uma investigação sobre a Câmara Municipal de Lisboa, onde achou por bem envolver figuras do PS, porque eram referidas em conversas de dirigentes do PSD. O resultado prático de quase sete anos de investigação da *Operação Tutti-frutti* sobre os dirigentes do PS são, contudo, escassos. De tempos a tempos, o MP coloca algumas notícias nos jornais que nada esclarecem. E a investigação tende a avançar ritmada pelo calendário eleitoral, porque é quase sempre em véspera de eleições que se realizam mais algumas buscas.

Mais recentemente, o MP brindou-nos com a *Operação Influencer*, que foi colapsando por indecente e má figura aos olhos de todo o país. Mas que fez cair um primeiro-ministro, levou à demissão do Governo e conduziu a eleições que deram uma vitória à direita.

Agora, nas vésperas de europeias, a Polícia Judiciária volta a realizar buscas em torno do PS. Curiosamente, nada é dito sobre eventuais investigações em torno da Presidência da República, onde o "caso", como todos sabemos, teve a sua origem.

Dir-se-á que esta atenção especial do MP devota ao PS se deve ao facto de os socialistas terem governado por longo tempo e de as suspeitas e indícios terem de ser investigados. Acresce o óbvio: o caso Sócrates e a recente condenação de Manuel Pinho mostram à saciedade a permeabilidade de governantes socialistas à captura do Estado por interesses privados.

Não tenho qualquer discordância. Pelo contrário: as minhas expectativas são até mais ambiciosas em relação ao MP. O que me parece estranho é que outras responsabilidades governativas e outros indícios não mereçam a mesma atenção da PJ e do MP.

Estou entre aqueles que ainda aguarda serenamente que as investigações sobre a privatização da TAP em 2015, em que se suspeita que a compra pelo investidor privado tenha sido feita com o dinheiro da própria TAP, chegue a alguma conclusão. Sou daquelas que gostaria também de saber como é que a privatização da Groundforce, paga supostamente pelo privado com a própria receita operacional da empresa, foi negociada. Gostaria de ser esclarecida como é que a concessão dos aeroportos à Vinci foi tão negligentemente negociada, com custos brutais para o Estado Português como o Tribunal de Contas recentemente demonstrou. Valia igualmente a pena que soubesse mais sobre o famoso contrato secreto de venda do BES a um "fundo abutre" e da negociação que Sérgio Silva Monteiro, ex-secretário de Estado do Governo de Passos Coelho, conduziu já sob a tutela de Centeno e António Costa e que tanto custou aos cofres públicos. Sou paciente, mas noto o silêncio ruidoso do MP em negócios que venderam por tuta e meia empresas que são agora "galinhas dos ovos de ouro" para os privados, prejudicando o Estado e os contribuintes portugueses em milhares de milhões de euros. Por outro lado, gostava ainda de saber se já temos algumas conclusões ou avanços na investigação sobre o financiamento do Chega, que na última campanha eleitoral não conseguia explicar as verbas avultadas que lhe têm chegado aos bolsos. Gostava de saber também se André Ventura não incorreu num conflito de interesses ao estar numa comissão parlamentar de inquérito em que um dos seus financiadores partidários tinha um interesse direto. Não me assusto com investigações, quero mesmo mais investigação. Só me inquieto com a sua aparente seletividade.

A sensação de instrumentalização política da investigação criminal já não pode ser ignorada e os riscos que esta dúvida implica para o regime democrático são brutais. O MP está em risco de ser visto como um ator político interveniente no combate político, com interesses ilegítimos que não a justiça e a legalidade, e com um alvo partidário a abater. O combate à corrupção perde a legitimidade e a confiança, que são condições centrais na investigação criminal. O Ministério Público é hoje um grave problema do regime democrático.

Investigadora do CES

Opinião
António Capinha

Imigrantes. É bem-vindo, quem vier por bem!

Os imigrantes fazem falta ao país? Claro que sim! Ainda que, por vezes, a tacanha classe empresarial apenas pense em explorá-los, pagando-lhes salários miseráveis sem assumirem, minimamente, a parte da responsabilidade social que lhes cabe. Como, por exemplo, dar-lhes um alojamento decente em vez de os deixarem a dormir num quarto exíguo e ocupado por vários trabalhadores.

Os imigrantes chegam porque não há portugueses que queiram fazer o trabalho duro que eles fazem. Seja na pesca, construção civil, agricultura, apoio a idosos, restauração, os imigrantes são, atualmente, um eixo do tecido económico português e seria grave se, subitamente, saíssem do nosso radar financeiro.

Em 2023 havia 495 mil trabalhadores estrangeiros em Portugal, um aumento de cerca de 35 por cento em relação a 2022. Podem, portanto, ver como é grande a pressão migratória no nosso país. As empresas portuguesas já não conseguem dispensar a colaboração de trabalhadores estrangeiros. No ano de 2014 apenas 7,9 % das empresas empregavam imigrantes. Em 2023 esse número subiu para 22, 2 %. Com estas percentagens compreende-se como a mão de obra estrangeira é vital para a economia portuguesa.

A questão então não é, portanto, se precisamos ou não de trabalhadores estrangeiros. Precisamos sim!

O problema é que tipologia de trabalhadores entram em Portugal, como os recebemos, as consequências que esse facto tem para a sociedade portuguesa e que erros os governos cometeram no processo de entrada de imigrantes em Portugal.

Ainda que o ótimo seja inimigo do bom, hoje, deveríamos estar a receber o número exato de imigrantes que o país necessita para cada um dos setores empresariais que carecem de mão de obra estrangeira. Seguramente, não é isso que está a acontecer e devido à paralisia da máquina do Estado que deve agilizar a documentação dos imigrantes, temos hoje os jardins das principais cidades preenchidos com tendas e colchões onde dormem seres humanos que apenas procuram uma vida melhor. E quatrocentos mil (ou talvez mais) sem documentos.

Na crónica anterior escrevi que um dos principais desafios que o atual Executivo tinha para enfrentar era a questão da imigração. Todavia não é um problema exclusivamente português. É uma preocupação do espaço democrático europeu, uma das crises existenciais que afligem, atualmente, a Europa Comunitária, que tarda em encontrar soluções eficazes para a imigração.

O Governo, em boa hora, decidiu enfrentar o problema migratório e desencadear um conjunto de ações, que, por agora, são apenas boas intenções, e cujo sucesso reside na capacidade que o Executivo de Luís Montenegro tenha para resolver, na prática, os desafios que se colocam no médio e longo prazo.

Assim, é vital que o Estado Português controle o número de imigrantes que entram no país. Vital para nós portugueses, mas também decisivo para os imigrantes, que poderão ficar ao abandono e sem emprego se existir oferta a mais. Caso haja mão de obra estrangeira em excesso, os imigrantes ficam mais sujeitos às redes ilegais que os usam e exploram.

Deste modo, esteve bem o Executivo na extinção do regime de "manifestação de interesse" na regularização dos imigrantes. Esta escapatória legal possibilitava que o imigrante pudesse trabalhar caso descontasse para a Segurança Social, solicitando mais tarde a sua autorização de residência. Uma situação que dava a origem a que, muitas vezes, se perpetuasse a presença de imigrantes em Portugal sem documentos e num limbo de indefinição sobre o seu perfil sociológico. Quem eram? Quais os seus antecedentes criminais? Vinham numa lógica familiar ou apenas individual.

Desde a passada terça-feira, na chegada de novos imigrantes é necessária a apresentação de um visto de trabalho para que o país saiba com rigor, quem são e qual o setor empresarial onde vão trabalhar.

Para obterem os seus vistos os imigrantes terão, antecipadamente, de passar pelos consulados. Estes devem fazer o seu trabalho e assumirem as funções de atribuição dos vistos. Não vale a pena partirem para o muro das lamentações na lamúria habitual da falta de meios. Organizem-se, solicitem novos meios, mas façam o trabalho que, com esta alteração de legislação, tem de ser feito. Dar um visto de trabalho a quem precisa dele.

Ao pisarem solo português, os trabalhadores estrangeiros têm de ter centros de acolhimento que não sejam apenas um dormitório. Futuramente os centros de acolhimento deverão estar dotados de funcionalidades sociais (educação, aprendizagem da língua, inserção no SNS). Afinal, o que qualquer ser humano pretende.

Não adianta pois, discursos de ódio, estigmatizações, olhares de soslaio. Os imigrantes precisam do país para uma vida melhor, mas nós precisamos deles para continuarmos a construir um país mais justo e desenvolvido.

Sejam, pois, bem-vindos, todos os que vierem por bem!

Jornalista

RODRIGO CABRITA/GLOBAL IMAGENS

Manuel Pinho e Ricardo Salgado foram condenados a dez e seis anos de prisão, respetivamente.

"A defesa discorda e considera a decisão duplamente injusta, porque desconsidera tudo o que se passou ao longo de meses (...). Em segundo lugar, é injusta porque está a punir alguém que já não existe (...)."

Francisco Proença de Carvalho
Advogado de Ricardo Salgado

"Acredito que, se tivermos sorte na Relação [Tribunal da Relação] e o processo for distribuído a quem olhe e avalie [os factos], possamos reverter a decisão."

Ricardo Sá Fernandes
Advogado de Manuel Pinho

Manuel Pinho e Ricardo Salgado podem não cumprir pena de prisão

REAÇÃO Advogados de defesa esperam reverter condenações na Relação e basta uma redução das penas. Pinho já cumpriu parte em domiciliária. Idade e doença de Salgado são atenuantes.

TEXTO **VÍTOR MOITA CORDEIRO**

O antigo ministro da Economia Manuel Pinho e o ex-presidente do Banco Espírito Santo (BES) Ricardo Salgado foram ontem condenados a dez e seis anos de prisão, respetivamente, no julgamento do caso EDP, que remonta ao período de governação entre 2005 e 2009.

Apesar das sentenças decretadas em primeira instância, os advogados dos arguidos ainda têm trinta dias para recorrer ao Tribunal da Relação e o prazo até pode ser prorrogado. Vai pesar para o desfecho deste caso o tempo de prisão domiciliária que Manuel Pinho já cumpriu (desde dezembro de 2021), do mesmo modo que a idade e o estado de saúde de Ricardo Salgado podem vir a comprometer qualquer pena aplicada.

"Pode haver termos de atenuação especial. Tudo depende do caso concreto, do que foi alegado e do que foi provado em fase de julgamento, e que possa ser agora discutido no recurso", explicou ao DN fonte jurídica.

E no caso muito provável de haver recurso, tendo em conta as reações dos advogados de defesa de ambos os arguidos às acusações do Ministério Público (MP), há vários cenários possíveis.

O tempo de de prisão domiciliária já cumprido por Manuel Pinho, pode determinar o tempo efetivo de prisão a que for condenado, se de facto acontecer.

De acordo com a fonte ouvida pelo DN, "a medida de coação privativa da liberdade, seja uma prisão preventiva ou uma obrigação de permanência na habitação, terá que cessar obrigatoriamente quando ultrapassada metade da pena fixada, o que, numa pena fixada em dez anos, pode, mantendo-se os pressupostos cautelares, estar em prisão preventiva ou em obrigação de permanência na habitação durante cinco anos". Assim, o antigo governante já cumpriu dois anos e meio da pena.

1030 factos em 700 páginas

O tribunal considerou que a existência de um pacto corruptivo entre Manuel Pinho e Ricardo Salgado estava provada, para defender e promover os interesses do Grupo Espírito Santo no período em que o antigo ministro esteve no Governo, entre 2005 e 2009. José Sócrates era o primeiro-ministro.
Numa leitura resumida do acórdão de cerca de 700 páginas, a juíza Ana Paula Rosa considerou que Manuel Pinho e Alexandra Pinho receberam cerca de 4,9 milhões de euros como contrapartida do acordo com o ex-banqueiro.
"Sabia ainda o arguido Manuel Pinho que ao aceitar as vantagens pecuniárias que não lhe eram devidas mercadejava com o cargo público, pondo em causa a confiança pública", afirmou a juíza.

No que diz respeito às penas indicadas, tendo em conta que para para ambos os arguidos são superiores a cinco anos, não podem ser suspensas. Mas, em fase de recurso, podem ser diminuídas, até chegarem abaixo dos cinco anos, agravadas ou até pode vir a acontecer uma revogação do acórdão de primeira instância, ou seja, uma absolvição. Portanto, há vários horizontes em que nenhum dos arguidos cumpre pena efetiva de prisão.

Esta foi, aliás, a decisão dos juízes, liderados pela magistrada Ana Paula Rosa, do Juízo Central Criminal de Lisboa, perante a terceira arguida neste caso, a mulher do antigo governante, Alexandra Pinho, condenada a quatro anos e oito meses de prisão, com pena suspensa, por branqueamento e fraude fiscal, em coautoria com o marido.

"Alguém que já não existe"

O advogado de defesa de Ricardo Salgado, Francisco Proença de Carvalho, garantiu que vai recorrer da sentença de seis anos e três meses de prisão aplicados ao ex-banqueiro, tendo em conta que o tribunal condenou "alguém que já não existe", numa referência ao estado de saúde mental do seu cliente. Ricardo Salgado foi condenado por corrupção ativa para ato ilícito, corrupção ativa e branqueamento.

"A defesa discorda e considera a decisão duplamente injusta, porque desconsidera tudo o que se passou ao longo de meses neste tribunal e desconsidera a prova, claramente, pelo que não podemos concordar e vamos recorrer. Em segundo lugar, é injusta porque está a punir alguém que já não existe", disse à saída do Juízo Central Criminal de Lisboa, sublinhando que Salgado "tem doença de Alzheimer".

No caso de Manuel Pinho, que respondeu no julgamento por, durante o seu período de governação, ter estado ao serviço de interesses do Grupo Espírito Santo – que configura os crimes de corrupção passiva por ato ilícito, corrupção passiva e branqueamento e fraude fiscal –, o advogado de defesa, Ricardo Sá Fernandes, confirmou que "já interpôs recurso" da pena de 10 anos.

"Acredito que, se tivermos sorte na Relação e o processo for distribuído a quem olhe e avalie [os factos], possamos reverter a decisão", afirmou Sá Fernandes à saída do Juízo Criminal de Lisboa, enquanto se mostrava confiante de que conseguirá "dar a volta a este resultado negativo ao intervalo".

vitor.cordeiro@dn.pt

Três em cada quatro profissionais do SNS são mulheres, mas estas continuam longe da liderança

RETRATO A análise levada a cabo pelo PlanAPP, organismo do Estado que analisa dados para apoiar políticas e decisões governamentais, vem comprovar o que há muito é uma evidência: a esmagadora maioria dos profissionais no setor público são mulheres, mais ainda quando se trata do SNS. Mas, apesar dos avanços na legislação, a representação do género na liderança ainda está longe de atingir a proporcionalidade natural.

TEXTO **ANA MAFALDA INÁCIO**

Em 2023, cerca de 62% dos postos de trabalho da Administração Pública eram ocupados por mulheres, o que implicaria, e se se mantivesse esta proporção nos cargos de liderança, que a relação "natural" seria de cerca de 163 mulheres dirigentes para cada 100 homens. Mas não é isso que acontece, segundo a mais recente análise do PlanAPP, (Centro de Competências de Planeamento, Políticas e Prospetiva da Administração Pública), organismo do Estado que analisa os dados oficiais para apoiar as políticas e as tomadas de decisão governamentais. Ou seja, mesmo existindo legislação que estipula a relação de feminilidade com os cargos dirigentes, no mínimo em cerca de 40%, esta meta não é cumprida.

A realidade tem ainda maior peso quando se analisa o universo do Serviço Nacional de Saúde (SNS), um setor onde cerca de três em cada quatro trabalhadores são mulheres, mas onde os cargos de liderança máxima (como presidentes de conselhos de administração) ou intermédia pertencem maioritariamente aos homens.

A análise realizada pelo PlanApp, no âmbito de um trabalho que está a ser feito sobre o SNS, desta vez sobre o mote "Trabalho, Liderança e Género no SNS", vem demonstrar, precisamente, o desfasamento que existe nas lideranças em relação à proporção do género. Segundo se pode ler no documento publicado recentemente na página deste organismo do Estado, "apesar dos avanços legais e socioeconómicos recentes, as mulheres – mesmo formando a maioria da força de trabalho – continuam sub-representadas nos órgãos de decisão e liderança". Sendo que "o domínio que representa a participação feminina nos espaços de poder é o que apresenta um valor mais baixo no Índice de Igualdade de Género, tanto em Portugal como na União Europeia, embora com intensidades distintas".

No caso específico do SNS, a análise realizada demonstra também que a probabilidade de um profissional deste setor, independentemente do seu género, assumir uma posição de liderança é ainda menor do que a probabilidade de média da generalidade da população ativa. Porquê? Porque, explica o mesmo documento, no SNS existe mesmo "o efeito funil", menos cargos de liderança intermédia do que em qualquer outro setor do mercado de trabalho. "A proporção de cargos de liderança no SNS é bastante inferior à da média do mercado de trabalho, evidenciando um desajustamento relativo no número de posições de chefia no SNS, que apresenta uma estrutura de gestão intermédia mais escassa." Ora esta realidade também "afeta a razão de probabilidade de ocupar um cargo de chefia para as mulheres, em relação aos homens". Por exemplo, enquanto na população em geral (entre 0 a 1 de hipóteses) as mulheres têm cerca de 0,57 das hipóteses de um homem para ocupar um cargo de liderança, no SNS essa possibilidade desce para 0,47.

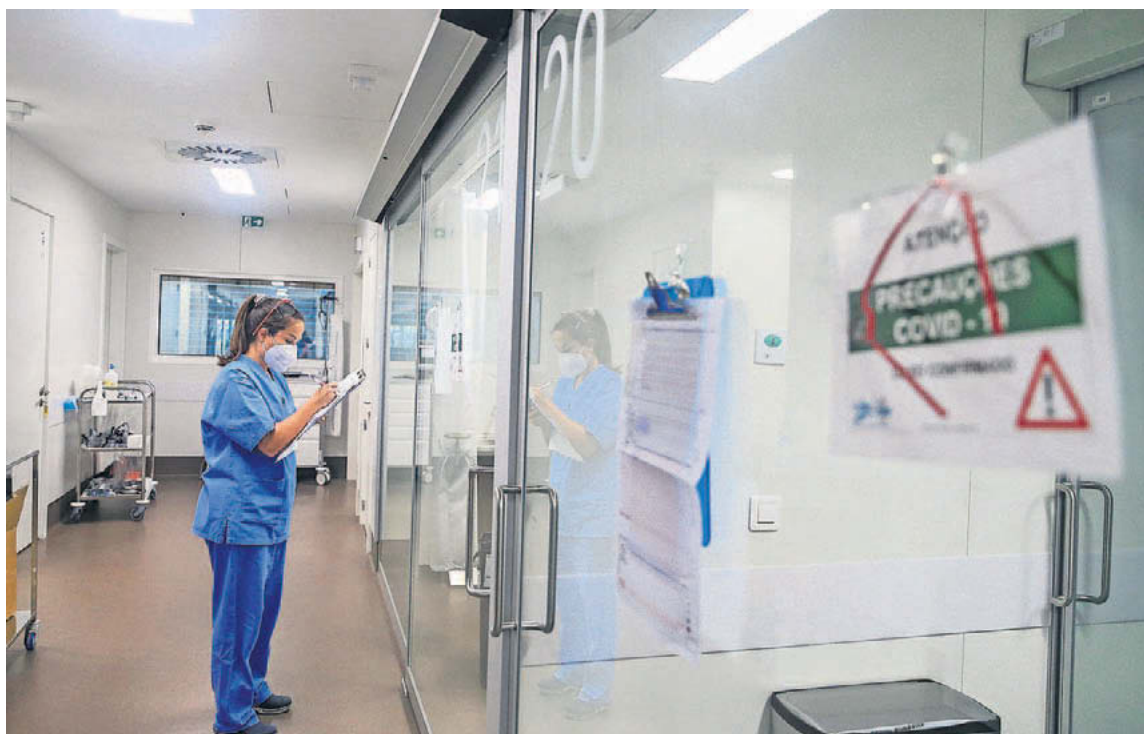
O documento explica que "a força de trabalho do SNS é esmagadoramente feminina – cerca de três em cada quatro trabalhadores são mulheres –, mas no caso da liderança máxima das organizações – o equivalente a Presidente do Conselho de Administração ou Diretor-Geral –, o limiar mínimo de 40% de representação por género, previsto na lei, em 2022, ainda não foi alcançado". As razões para que tal aconteça parecem estar associadas a "obstáculos culturais e estruturais", embora na análise disponível não haja mais detalhes sobre esta questão, bem como em relação à percentagem efetiva de mulheres em cargos de liderança.

No entanto, é destacado que, mesmo a lei não estando a ser cumprida, têm existido alguns progressos, nomeadamente "entre 2018 e 2022, com uma tendência de crescimento na participação relativa das mulheres na liderança do SNS, sobretudo nos cargos de dirigentes intermédios. Nos cargos de topo, a relação de feminilidade estabilizou no período pós-2019, fenómeno conhecido como a existência de um 'teto de vidro'".

anamafaldainacio@dn.pt

151 851

Profissionais. Este é o total de trabalhadores do SNS em 2023, sendo que 50 889 são enfermeiros, 22 005 médicos especialistas, 10 463 médicos internos.

ARTUR MACHADO / GLOBAL IMAGENS

Quotas na liderança do Serviço Nacional de Saúde não são cumpridas.

BREVES

Alta tensão no Gerês "terá impactos"

O presidente da comissão de cogestão do Parque Nacional da Peneda Gerês disse ontem que o projeto da linha de Alta Tensão Ponte de Lima-Fontefria (Galiza) não atravessa aquele território, mas será "um obstáculo que vai ficar na paisagem" e "trará impactos negativos, do ponto de vista ambiental, social e económico", afirmou João Manuel Esteves. Em causa está a "linha Dupla Ponte de Lima - Fontefría, Troço Português, a 400 kV", que recebeu parecer favorável condicionado no RECAPE - Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução, da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). A linha abrange os concelhos de Vila Verde, no distrito de Braga, e Ponte de Lima, Ponte da Barca, Vila Verde, Arcos de Valdevez, Monção e Melgaço, no distrito de Viana do Castelo. Os autarcas vão pedir audiência à ministra do Ambiente.

Bispos denunciam vídeos falsos

A divulgação de vídeos falsos nas redes sociais, com imagem do cardeal António Marto e do presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, José Ornelas, a promoverem uma suposta pomada terapêutica, levou a Diocese de Leiria-Fátima a apresentar queixa nas autoridades. "Esses vídeos, forjados com tecnologia *deepfake*, que usa inteligência artificial para trocar o rosto de pessoas em vídeos e manipular áudios, são evidentemente falsos", comunicou a diocese liderada por José Ornelas, acrescentando que "repudia veementemente a criação e disseminação de conteúdos falsos e manipulados que visam denegrir a imagem das pessoas em causa e, por extensão, da própria instituição". "Este tipo de material é enganoso e prejudicial, e pretende intrujar os fiéis e o público em geral."

"Qualquer um de nós pode vir a ter um familiar preso ou cometer um crime"

RELATOS Qual o impacto de ter um familiar preso? Esta é a questão central do livro *Prisão paralela* que, através de 24 depoimentos, oferece uma perspetiva alargada de sentimentos e vivências de quem tem familiares na prisão. As autoras alertam para a necessidade de toda a sociedade pensar sobre um assunto que pode afetar qualquer pessoa.

TEXTO **ISABEL LARANJO**

Dália Costa e Cidália Pecegueiro são coautoras da obra *Prisão paralela*.

"Pablo é colombiano, tem 24 anos, está a frequentar um mestrado em Neurotecnologia, em Inglaterra, e tem o pai a cumprir pena de prisão em Portugal. A notícia da sua detenção chegou-lhe como uma bomba. (...) 'Foi muito duro. Fiquei em choque e tive dificuldade em compreender o que estava a acontecer. Parecia que o meu mundo começava a desmoronar-se. Tive um sentimento de enorme impotência, tristeza e uma dor intensa. Nem sequer conseguia engolir, e o coração estava tão acelerado que comecei a hiperventilar. Foi uma sensação de ansiedade, de agonia e desorientação como nunca tinha tido'." Esta é uma passagem de um dos 24 depoimentos recolhidos por Cidália Pecegueiro, jornalista e aluna de doutoramento em Estudos de Género, que compõem o livro *Prisão paralela*, que será lançado esta sexta-feira, 7, no Cinema Europa, em Lisboa, pelas 18h00.

Foi precisamente no âmbito da tese de doutoramento – que aborda relações sentimentais de mulheres que, estando em liberdade, iniciam um relacionamento com reclusos – que a jornalista se interessou por saber mais sobre o que sentem os familiares quem têm alguém na prisão. "É necessário dar visibilidade às necessidades das várias pessoas envolvidas: os reclusos, os familiares, os guardas prisionais. Juntei-me à professora Dália Costa, que é a minha orientadora de doutoramento, e, em conjunto, começamos a fazer uma investigação que envolvesse cada uma destas partes. Este livro é resultante de uma investigação com familiares de reclusos", explica a coautora de *Prisão paralela*, com capa da ilustradora Cláudia Ferro.

24

Livro *Prisão paralela* reúne 24 depoimentos a que as autoras preferem chamar *Ecos Biográficos de Familiares de Reclusos*, o subtítulo da obra. Há depoimentos de pessoas de todos os géneros.

12 193

Relatório Os dados do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), relativos a 2023, dão conta de que existem, em Portugal, 12 193 reclusos, a maior parte do sexo masculino: 92,6%.

1,4 milhões

Europa Nos países europeus existem 1,4 milhões de reclusos. Segundo as estatísticas anuais do Conselho da Europa, Portugal é aquele com maior duração média de tempo de prisão.

Enquanto Cidália Pecegueiro se encarregou de recolher os depoimentos – a que as autoras preferem chamar *ecos biográficos* – Dália Costa, doutorada em Sociologia e professora de Criminologia, tratou de os analisar, convidar os leitores à reflexão e, a partir destas entrevistas, "ensinar profissionais numa missão também comprometida com a transformação. Deste ponto de vista, é relativamente frequente dar formação quer aos novos guardas prisionais, quer a técnicos de reeducação e reinserção social".

Além destas ações de formação, Dália Costa tem tido contacto frequente com o meio prisional, por dar aulas numa pós-graduação em Criminologia e Reinserção Social. "Muito habitualmente fazemos visitas a estabelecimentos prisionais [EP] enquadradas nesta dimensão académica."

A professora dá conta do grande objetivo da obra: "Gostava de frisar um conceito que usamos, em vez do termo *depoimento*. Nós falamos, no livro, em *ecos biográficos*. Porque não são biografias, não é a história de vida das pessoas, é uma interpretação que um familiar faz da sua perceção, da sua experiência, em relação a ter alguém em reclusão. Por isso é que falamos em eco", esclarece Dália Costa. "É uma experiência que faz eco naquela pessoa em particular [que foi entrevistada]. Não quer dizer que um indivíduo que está a cumprir pena de prisão efetiva tenha três irmãos e a experiência seja igual para todos. Por isso é que é um eco, qualquer coisa que faz uma ressonância naquela pessoa."

As autoras escolheram 24 entrevistados e o número não foi um acaso. "São 24 de propósito porque quisemos criar na sociedade, em geral, algum tipo de eco. Queremos que as pessoas reflitam acerca do que é ter alguém a cumprir uma pena de prisão efetiva", prossegue Dália Costa. "Há um bocadinho a ideia, em Portugal e também lá fora, que isto é algo que acontece aos outros. Na realidade, em Portugal, grosso modo, temos 12 mil reclusos e já chegámos a ter 15 mil. Isto faz eco nas famílias e tem de fazer eco na sociedade, porque pode acontecer com qualquer pessoa. Qualquer um de nós pode vir a ter um familiar preso ou cometer um crime e tornar-se recluso."

Além disso, este "eco na sociedade tem também a ver com aquilo que o legislador sugere, que são as medidas alternativas, a serem cumpridas em meio aberto. A sociedade tem de estar disponível para que o legislador possa aplicar estas medidas alternativas, como por exemplo, o trabalho a favor da comunidade. Quando isso pode ser aplicado, depois quem é que acolhe esse homem ou mulher, para cumprir essa pena?", questiona Dália Costa.

Na preparação das entrevistas houve uma preocupação de variedade. "Tivemos indivíduos de ambos os sexos, com relações familiares [com o recluso] diversificadas, idades diversas, diferentes nacionalidades e etnias. Era esta a preocupação, sem sermos exaustivas. O livro não é uma tese de doutoramento mas a metodologia e o rigor estiveram presentes", assegura Dália Costa.

Difícil foi chegar até aos entrevistados. "Ainda há muito estigma e vergonha. As pessoas têm receio de falar e dar a cara, por isso todos os nomes são fictícios. Para se chegar a estes familiares tem de ser através de profissionais que já estejam no terreno. Foram estes que perguntaram às pessoas se estavam interessadas em falar connosco e pediram autorização para nos darem os contactos. Mas, de início, foi difícil. Houve pessoas que aceitaram mas depois desistiram", sublinha a jornalista Cidália Pecegueiro.

REINALDO RODRIGUES/GLOBAL IMAGENS

"As pessoas sentem-se quase julgadas. (...) São feitas revistas por apalpação, a suspeição é permanente, muitas vezes até sobre a comida que as visitas levam, como bolos, que acabam por ser desfeitos. As pessoas sentem-se ofendidas."

Dália Costa
coautora de Prisão paralela

Por detrás de cada depoimento há uma história de vida. Um relato dos sentimentos que vivencia quem tem um familiar preso, as condições em que são feitas as visitas e também o que se passa na prisão. "Temos mães com sentimento de impotência em ajudar os filhos e, ao mesmo tempo, questionam-se: 'Porque é que o meu filho caiu em desgraça e eu não consegui evitar?' É um tipo de sentimento que, por exemplo, as esposas ou namoradas não têm. Porque a mãe acompanhou o desenvolvimento daquele filho, assistiu à evolução dos comportamentos delituosos e não pode fazer nada. Em alguns casos, o desespero, a falta de apoio por parte das instituições que deviam apoiar, é de tal ordem, que a prisão surge como uma luz ao fundo do túnel. Pensam coisas do género: 'Vamos lá ver se ele se endireita'. Há uma certa culpa de não ter conseguido educar de forma adequada e de não ter conseguido impedir que aquele jovem se envolvesse com as *más companhias*, esta também é uma expressão muito utilizada", desvenda Cidália Pecegueiro.

PRISÃO PARALELA
Cidália Pecegueiro, Dália Costa, Cláudia Ferro
Edição de Autor
292 páginas

Diferentes parentescos implicam diversas vivências. "Além destes sentimentos das mães, há alguns que são comuns a qualquer familiar: o desespero, a necessidade de recorrer a tratamentos para a ansiedade e depressão, muita dificuldade em conciliar a vida laboral com as visitas e o apoio ao recluso. Toda esta dimensão de conciliação é muito difícil", destaca a coautora de *Prisão paralela*.

As condições de vida nas prisões acabam por ser conhecidas também através dos relatos dos familiares, espelhados neste livro. "Muitas familiares levam comida, porque a comida na prisão é péssima. Isto é uma queixa transversal aos diversos EP. As principais queixas dos reclusos prendem-se com a comida e o acesso à saúde. Ainda em relação às esposas e namoradas há uma certa culpa porque o recluso exige um comportamento determinado", prossegue a jornalista. "Por exemplo, o recluso tem 15 minutos para telefonemas e liga à mulher ou à namorada. Telefona constantemente e ela não atende, porque não pode. Ou se atende, o recluso pergunta logo onde é que está. Há uma exigência de saber onde a pessoa está, o que revela controlo e ciúme. De resto, comum a todos os familiares, é o desespero, a impotência perante o que está a acontecer aos filhos ou aos maridos", resume Cidália Pecegueiro.

As visitas são outro momento crítico para os familiares dos reclusos. "As pessoas sentem-se quase julgadas. A visita é sujeita a todas as regras de segurança necessárias. Talvez a forma de a segurança agir, na entrada das visitas possa ser questionada", analisa Dália Costa. "São feitas revistas por apalpação, a suspeição é permanente, muitas vezes até sobre a comida que as visitas levam, como bolos, que acabam por ser desfeitos. As pessoas sentem-se ofendidas. Obviamente que temos de compreender a necessidade securitária, mas o sistema é pouco delicado no tratamento", prossegue a professora.

Dália Costa sugere: "Se tivéssemos, em Portugal, possibilidade de recorrer a mais meios eletrónicos, de controlo e vigilância, não só em relação a metais mas também a drogas, ou recorrer a cães, à cinotécnica, isso seriam formas de evitar o que as pessoas sentem como humilhante."

Nas visitas há, sobretudo, mulheres. "Quando o recluso é mulher normalmente o namorado ou marido vai-se afastando do relacionamento", relata Dália Costa. "Quando é um homem, as mulheres cuidam: as mães, as namoradas, as filhas." Cidália Pecegueiro completa: "As entrevistadas referiam chamar-lhes muito a atenção não verem homens nas visitas."

Os familiares acabam por, ainda, desvendar um os principais anseios e desejos dos reclusos. "Quanto a ansiedades, depende em que altura estão do cumprimento da pena. Quando ainda lhes falta cumprir, por exemplo, quatro anos, não querem pensar no futuro, querem centrar-se no presente, para não sofrerem. Quando falta menos de dois anos para saírem referem muito o desejo de emigrarem, como se quisessem começar do zero noutro sítio", especifica Cidália Pecegueiro. "Outro desejo dos reclusos é o de montar negócios próprios e criar o próprio local de trabalho. No fundo, é uma forma de evitar a estigmatização, porque, ao saírem da prisão, muitos não conseguem encontrar trabalho. A sociedade ainda é feita de muito preconceito".

Após terem escrito este livro, as autoras deixam um conselho para quem tem um familiar preso. "Devem partilhar as suas vivências. O que temos são vozes dispersas. Há familiares pelo país inteiro, para não dizer fora de fronteiras, em grande sofrimento. A vergonha faz com que sofram dentro das suas casas, dentro dos seus corações e não partilhem", destaca Dália Costa. Cidália Pecegueiro acrescenta: "A única indicação que poderia dar a estes familiares é a de tentaram criar algo do género dos Alcoólicos Anónimos, uma associação em que pudessem partilhar experiências."

"Chumbos" de alunos imigrantes estão a diminuir mas ainda há 40% de insucesso

EDUCAÇÃO Dados do Infoescolas mostram que os alunos de Ciências e Tecnologias são os que menos chumbam.

Os "chumbos" entre os estudantes estrangeiros estão a diminuir, mas ainda há 40% de insucesso entre os alunos do Ensino Secundário, segundo dados do Ministério da Educação. No ano letivo de 2021/2022, 60% dos imigrantes concluíram os cursos Científico-Humanísticos em três anos, segundo dados disponibilizados no portal Infoescolas, que se baseiam em informações reportadas pelas escolas e pelo Júri Nacional de Exames. Nos últimos três anos, registou-se um aumento gradual dos que conseguiram concluir o Secundário no tempo esperado. Em 2019/2020 eram apenas 47% e no ano seguinte já eram 54% do total.

Os estrangeiros representavam apenas 6% do total de alunos do Ensino Secundário que frequentam as 589 escolas do continente no ano letivo 2021/22. Nesse ano, 81% de todos os alunos inscritos conseguiram terminar o Secundário sem nunca perder um ano, sendo o sucesso menos notado nas escolas situadas em zonas económica e socialmente mais desfavorecidas, conhecidas como escolas em Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP).

Há uma ligeira diferença de um ponto percentual entre o universo de todos os alunos (80%) e os que frequentavam as escolas TEIP (79%). Olhando apenas para os alunos mais carenciados, os dados mostram que frequentar uma escola que não está integrada numa zona mais pobre é benéfico, uma vez que a taxa de sucesso dos alunos que frequentam as escolas TEIP é de 75%, um ponto percentual abaixo dos alunos com Apoio Social Escolar que frequentam as outras escolas (76%).

Também entre os alunos mais pobres houve uma melhoria ao longo dos três anos em análise, passando de uma taxa de sucesso de 62% no ano letivo de 2019/2020 para 76%. Os dados mostram ainda que os alunos do curso de Ciências e Tecnologias são os que menos chumbam (82% terminaram no tempo esperado), seguindo-se os de Línguas e Humanidades (78%), Ciências Socioeconómicas (78%) e finalmente Artes Visuais (74%), segundo dados de 2021/2022. **DN/LUSA**

Governo e sindicatos concluem negociações do tempo de serviço dos professores

As negociações para a recuperação do tempo de serviço dos professores terminaram ontem com o acordo inalterado, segundo o Governo que agora quer começar a resolver a questão da mobilidade por doença e a situação do pessoal não docente. O diploma para a recuperação dos seis anos, seis meses e 23 dias "mantém-se tal e qual como estava" há duas semanas, quando cinco das 12 organizações sindicais se recusaram a assinar o acordo por considerarem que ficavam de fora milhares de docentes, revelou o secretário de Estado Adjunto e da Educação. Para Alexandre Homem Cristo, o encontro de ontem foi acima de tudo uma "reunião de esclarecimento" que serviu para "ajudar os sindicatos a perceber algumas cláusulas e pontos do acordo".

O secretário de Estado salientou que o diploma, que deverá ser publicado em breve, representa uma "melhoria de vida para os professores num horizonte de três anos e meio", com "90% dos professores" a chegar aos últimos escalões da carreira e "100 mil a beneficiar já em setembro". No entanto, as cinco estruturas sindicais que hoje estiveram no ministério não esquecem os outros "25 mil docentes que ficam de fora e não serão beneficiados pelo diploma", salientou Fátima Ferreira, da Associação Sindical de Professores Licenciados (ASPL), uma das cinco organizações (juntamente com a Fenprof, Pró-Ordem, S.T.O.P. e SEPLEU) que não concordaram com a devolução faseada dos seis anos, seis meses e 23 dias de tempo de serviço até 2027.

A Fenprof, entretanto, anunciou que irá enviar o diploma para a Assembleia da República para que possa ser melhorado. **DN/LUSA**

Opinião
Miguel Romão

Ensino do Direito em Portugal (II): os números e os desafios

Na semana passada escrevi aqui sobre o que me parece ser uma distorção da rede do ensino público universitário do Direito, com apenas cinco licenciaturas disponíveis, cobrindo exclusivamente a faixa litoral entre Lisboa e Braga. E como isso representa uma desigualdade provavelmente inaceitável para estudantes provindos de outras partes do território, desde logo Évora, Beja ou Faro. Tive, como esperava, comentários de colegas, a maioria deles pouco encorajadores para a minha tese. Que o ensino do Direito é uma coisa muito séria e que exige escolas com grande densidade e professores especialmente preparados, disseram-me, por exemplo – o que me causa algum espanto, já que "até Medicina" se ensina no Algarve ou na Covilhã, sem que creia que essa Medicina seja feita de impreparação ou de uma vaporosa materialidade. Na verdade, é o mesmo argumento que levou a que a Espanha colonial criasse universidades na Guatemala (1676) e em Cuba (1719) e que por aqui se continuasse apenas com a boa e velha Coimbra, a nossa impoluta lusa Atenas, até ao século XX.

Há em Direito, provavelmente mais do que noutras áreas, a assunção da propriedade plena dos seus cultores em relação ao que ensinam e onde ensinam e a vivência estruturalmente endogâmica e autossuficiente das nossas faculdades para isso muito contribui, a par da proximidade, quando não identidade, entre a escola e o poder, num ciclo de vantagens recíprocas. Vejo isso mesmo na minha faculdade – um exemplo simples e evidente: apesar de serem lecionadas cadeiras como Economia, Ciência Política, Finanças Públicas, História das Relações Internacionais, Economia Internacional, Relações Internacionais, História das Ideias Políticas ou União Económica e Monetária... não há um único docente destas cadeiras que não seja de Direito nem vontade de o procurar. Não é que os colegas ou as aulas sejam más. Pelo contrário, creio. Mas este tipo de autocentramento e de assunção exclusiva de propriedade do que é por natureza inapropriável, a coberto da autonomia universitária – essa virtude que se descobre principalmente na sua capacidade paroquial de gerar e manter emprego –, comum a todas as universidades, tem consequências, desde logo quanto a um bom aproveitamento de recursos públicos e, também, em relação ao acesso efetivo ao conhecimento e à melhor formação.

Propunha, na semana passada, que se reduzissem as vagas nas cinco licenciaturas públicas em Direito existentes, a favor da criação de uma nova oferta no sul do país, provavelmente na Universidade do Algarve. Mas uma proposta idêntica de redistribuição pode ser feita pensando também nas Universidades dos Açores e da Madeira: em 2023, da Madeira ingressaram nas licenciaturas em Direito no Continente (e apenas no ensino público) 50 estudantes; dos Açores, 42. Mas o número de candidatos a colocação é muito superior: 345 da Madeira, 231 dos Açores (dados da Direção-Geral do Ensino Superior). Há pelo menos duas das cinco licenciaturas públicas no continente com apenas cerca de 100 vagas, Minho e Nova de Lisboa. Não justificariam desde logo estes números a criação de licenciaturas em Direito na Madeira e nos Açores? E até cursos inovadores, associados ao Turismo, ao Mar, ao Ambiente, às particularidades das microjurisdições, às migrações e movimentos de pessoas (basta ver onde vive boa parte dos açorianos e dos madeirenses)? Até porque, vimos no texto anterior, a decisão dos estudantes sobre onde estudar rege-se essencialmente por um critério regional, de proximidade da sua residência, supondo maior adequação económica à nova fase de vida, proximidade da família, etc. O instrumento para criar um país e um Ensino Superior idealizado por alguns, feito de *campus* verdejantes e professores pensativos de colete, a dezenas de quilómetros da civilização, onde os estudantes da elite mundial se internam durante uns anos, a beneficiar do privilégio de contactar com os génios deste mundo e a criar as suas redes de solidariedade profissional - ah, o mérito! – para os anos futuros... não é certamente a nossa rede de Ensino Superior público de Direito.

E, já agora, onde se descobririam os professores? Cumpre-se a lei em vigor: abrem-se concursos públicos, que são sempre internacionais, permitem-se acumulações com serviço docente noutras faculdades, se necessário, e contratam-se docentes convidados.

Pode bem ser que as ferramentas de ensino à distância e a inteligência artificial tornem em breve a universidade numa outra realidade, deixando de ser um lugar que se frequenta e passando a ser essencialmente um serviço que se presta. Neste momento, ainda não é assim. Quando o for, porque será, seguramente que também o sul do território continental e as Regiões Autónomas terão nas suas universidades as melhores pessoas para tomar as melhores decisões, que a infalibilidade não é um exclusivo do Campo Grande ou da Porta Férrea.

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

BCE corta taxas, mas teme que salários e desastres ponham novos alívios em causa

ZONA EURO Nova taxa de juro principal do Banco Central Europeu regista primeira descida em cinco anos e a maior desde 2012. Lagarde nota que "salários continuam a subir a ritmo elevado para compensar" inflação passada.

TEXTO **LUÍS REIS RIBEIRO**

Ontem foi a primeira vez que a atual presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, anunciou um corte de taxas de juro, mas este, no entanto, veio acompanhado de um tom outra vez menos esperançoso quanto ao rumo da inflação, que foi revista em alta entre 2024 e 2026. Mau sinal ou presságio quanto a novas reduções de juros no futuro, tendo Lagarde apontado o dedo, de novo, a possíveis exageros nos aumentos salariais e a riscos à espreita, como guerras e desastres climáticos.

Na liderança do BCE desde novembro de 2019, a antiga chefe do FMI, que vai a meio do seu mandato único de oito anos, só ainda teve oportunidade de agravar o custo do crédito da Zona Euro (de forma particularmente violenta desde meados de 2022 até agora).

E antes disso, o mandato foi marcado pela manutenção de juros em zero ou mesmo em terreno negativo por causa da crise pandémica.

As taxas de juro de referência da Zona Euro, cuja principal é agora, segundo o BCE, a taxa de depósito (taxa depo), foram reduzidas em 0,25 pontos percentuais, esta quinta-feira. Estava em 4%, o valor mais elevado de sempre (desde que foi criado o BCE, em 1998), aliviou para 3,75%. E olhando apenas para a taxa de depósito, é a sua primeira redução em quase cinco anos e a maior desde o pináculo da crise do euro, em meados de 2012.

Na conferência de imprensa, Lagarde quis deixar uma réstia de esperança a todos aqueles (famílias, empresas, políticos) que pedem que o alívio nos juros continue.

Mas também não se coibiu de deitar água fria sobre os que acham que está tudo mais ou menos adquirido em termos de alívio nos juros, apontando para riscos latentes que podem fazer descarrilar a inflação outra vez (apontou o dedo a novos aumentos salariais e à guerra, por exemplo), impedindo descidas de taxas ou limitando os cortes que pudesse vir a ocorrer.

Portanto, as reduções de taxas do BCE podem ou não vir a ser como os mercados ainda ontem estavam a descontar: mais dois cortes de 0,25 pontos este ano e mais três ou quatro no ano que vem, colocando a taxa de depósito do BCE nos 2,25% ou 2,5% no final de 2025.

KIRILL KUDRYAVTSEV/AFP

É a primeira vez desde que assumiu a presidência do BCE que Christine Lagarde baixa taxas.

Questionada sobre se o BCE entrou, esta quinta-feira, num ciclo de redução de taxas de juro ou se o corte anunciado é apenas pontual, a presidente da autoridade monetária respondeu: "Não posso confirmar se é um processo de redução que está em curso", mas "há uma forte probabilidade de que sim". Foi o trecho mais esperançoso.

Em todo caso, repetiu que qualquer decisão futura "dependerá dos dados" e será feita "reunião a reunião". "Não nos comprometemos previamente com uma trajetória de taxas específica", repetiu.

Segundo a economista francesa, "os riscos para o crescimento económico apresentam-se equilibrados no curto prazo, mas permanecem enviesados em sentido negativo no médio prazo" e "a guerra da Rússia contra a Ucrânia e o trágico conflito no Médio Oriente são importantes fontes de risco".

Salários: uma dor de cabeça

Outro receio de Lagarde é que "o crescimento também pode ser menor, se os efeitos da política monetária [efeitos acumulados do aperto decidido no último ano e meio] se revelarem mais fortes do que o esperado". E na inflação, que é a variável mais sensível para Frankfurt, o problema continua demasiado radicado nos salários.

A líder do BCE afirmou que "a inflação interna permanece alta" e que "os salários continuam a aumentar a um ritmo elevado para compensar a subida acentuada da inflação no passado".

"Devido ao caráter faseado do processo de ajustamento salarial e ao importante papel dos pagamentos pontuais, é provável que os custos do trabalho oscilem no curto prazo, como observado no aumento, no primeiro trimestre, dos salários negociados", insistiu.

Felizmente para o BCE, "indicadores prospetivos sinalizam uma moderação do crescimento dos salários no decurso do ano" e "os lucros estão a absorver parte da subida pronunciada dos custos unitários do trabalho, o que reduz os efeitos inflacionistas".

> "Não posso confirmar se é um processo de redução que está em curso", mas "há uma forte probabilidade de que sim", disse Christine Lagarde.

Carsten Brzeski, economista-chefe do grupo financeiro holandês ING, observa que o BCE está a reduzir taxas "sem enfrentar qualquer tipo de recessão ou crise económica". "Não fosse a comunicação desde fevereiro e os últimos dados macroeconómicos poderiam facilmente ter justificado uma nova pausa". O perito do ING defende ainda que "o recente aumento dos salários e da inflação, bem como o facto de a economia estar a ganhar algum ímpeto, teriam sido fortes argumentos contra cortar taxas".

Frederik Ducrozet, economista-chefe da gestora de fundos Pictet Wealth Management, está menos cético. Diz que o ciclo de descidas tem pernas para andar, mesmo que mais devagar. "Não nos deixemos distrair pela reação do mercado a curto prazo: o BCE sugere claramente que será necessária uma maior flexibilização se a desinflação continuar. Setembro deve permanecer em aberto para o próximo corte", diz o analista.

A decisão desta quinta-feira reflete muita cautela, claro, mas Ducrozet considera que o ambiente é de tal forma incerto que da mesma forma que o BCE reviu em alta a inflação e o crescimento deste ano, "as novas projeções de setembro podem ser revistas em baixa".

O gabinete de estudos do BPI recorda que "nos últimos meses aumentou a confiança do BCE de que a inflação seguirá uma trajetória descendente, em parte porque acredita que a sua capacidade de previsão também melhorou".

"A trajetória da inflação não estará isenta de surpresas, nomeadamente a evolução dos salários", mas "o mercado parece ter interpretado a decisão como um um corte tendencialmente restritivo".

Ou seja, diz o grupo de peritos do BPI, a reação dos mercados ainda continua a refletir cortes de taxas até final de 2024, mas dá agora "uma menor probabilidade de um corte em julho, e não prevê totalmente mais dois cortes de taxas no resto do ano". "A probabilidade de uma nova descida das taxas de juro em julho (que ainda está prevista para setembro) reduziu-se", rematam os economistas do BPI.

luis.ribeiro@dinheirovivo.pt

Bernardo Pires de Lima

“O principal desafio da União Europeia é manter a coesão entre os Estados-membros”

GEOPOLÍTICA Com este *O Ano Zero da Nova Europa*, Bernardo Pires de Lima fecha uma trilogia ensaística que teve como anteriores livros *Portugal na Era dos Homens Fortes* e *Putinlândia*. Em vésperas de eleições europeias, o DN conversou com o investigador do IPRI-Nova e consultor político do Presidente da República sobre o que poderá resultar desta ida às urnas nos 27.

ENTREVISTA **LEONÍDIO PAULO FERREIRA**

ÁLVARO ISIDORO / GLOBAL IMAGENS

Se aproveitássemos a ideia dum *Ano Zero da Nova Europa*, título do seu livro, e aplicássemos às eleições europeias, elas podem mudar efetivamente algo, ou seja, estamos a fazer um grande exercício democrático, a organizar as maiores eleições do mundo a seguir às indianas, mas do ponto de vista do destino da Europa, há a possibilidade de haver novidades depois do dia 9?
Bom, de acordo com a última sondagem, a maioria prevalece nas três principais famílias europeístas, com um crescimento expectável da extrema-direita, mas não suficiente para alterar os equilíbrios a um ponto de tornar o processo colegislativo, o processo de decisão do Parlamento, num processo cheio de atrito e inquinado em determinadas políticas comunitárias. Nesse sentido, há alguma água na fervura sobre as expectativas iniciais. Ou seja, não haverá propriamente uma nova Europa saída das eleições. Acho é que as avaliações que se farão a nível nacional, em função da sustentabilidade dos partidos da extrema-direita, se se aguentam, se crescem, talvez daí possa resultar uma dinâmica distinta do ciclo político anterior.

A nova Comissão Europeia pode não ser uma mera questão de continuidade, como seria previsível?
Se as três famílias principais validarem a Comissão, a partir da maioria absoluta, não vejo porque é que há de haver descontinuidade.

Continuidade que é com Ursula von der Leyen.
Sim. Mas se depois, ao nível de chefes de Estado e de Governo mais da direita radical presentes no Conselho Europeu, ou na negociação para os *top jobs*, se a família política da primeira-ministra italiana tiver uma influência negocial, aí podemos dizer que haverá alguma alteração na correlação de forças. E é essa dinâmica que espelha mais a avaliação nacional, ou seja, cada ato, em cada país, é mais espelhado no Conselho Europeu do que propriamente no Parlamento Europeu. Depois, como o Conselho Europeu tem uma preponderância maior no processo europeu do que o Parlamento, aí pode dizer-se que há um respaldo, talvez diferente, nos equilíbrios à volta da mesa. E aí a figura do Presidente do Conselho não é irrelevante. Se for uma figura fantoche no bolso de algum chefe de Estado em particular, tende a expor mais a amplitude do atrito à volta da mesa. Se for uma figura com um *pedigree* político maior, com maior reconhecimento das várias famílias, e com um grau de diálogo mais ou menos igual entre todas, pode ditar uma agenda mais construtiva.

Esse perfil de uma figura com um *pedigree* político forte aplica-se ao ex-primeiro-ministro António Costa?
Adequa-se sim. Mas não significa que António Costa esteja na primeira linha para este cargo. A primeira linha pressuporia que ele tivesse o caminho desimpedido em função do *handicap* nacional que tem neste momento. Agora, é sempre um nome que gera uma expectativa generalizada nas principais famílias políticas. Mas essas principais famílias políticas do Parlamento Europeu podem não ser as principais do Conselho. Porque aqui entre não-alinhados e direita radical o peso é semelhante ao que tem o Partido Socialista Europeu.

Quando fala do *handicap*, está a falar do judicial, porque o facto de ser do Partido Socialista e este não estar no poder, não costuma afetar o apoio a altos cargos?
Não me passa pela cabeça que o Governo português, tendo a hipótese de ter um presidente do Conselho Europeu português, não estivesse unanimemente à volta desse nome. Seria um tiro no pé. Seria contra o interesse nacional. O *handicap* é meramente o judicial.

Von der Leyen tem dito que há três linhas vermelhas na hora de aceitar apoios para a reeleição à frente da Comissão Europeia. E está a falar para os partidos que vêm da extrema-direita, mas também para quem a critica de antemão por aceitar eventuais apoios à direita do PPE. Essas linhas vermelhas são o respeito pelo Estado de Direito, o compromisso europeísta e o apoio à Ucrânia. O futuro da Europa vai ser definido pelo comportamento em relação a estas linhas vermelhas?
Eu, no livro, levanto essas questões e muitas outras que acho que também vão influenciar o futuro europeu. Mas o Estado de Direito, a democracia, o respeito pelo quadro jurídico das liberdades e dos direitos consagrados

nas várias Constituições, está tudo plasmado nos tratados europeus. É respeitar os tratados. Quem não respeitar os tratados vive sob o espectro das sanções e do articulado que prevê perdas de direitos de voto, sanções, congelamento de fundos, etc., etc. O que tenho defendido e escrito é que nós, quando é para acionar, não devemos ser temerosos porque senão deixamos engrossar o infrator. E, portanto, fomos demasiado temerosos porque um dos infratores, ou dois dos infratores, faziam parte das principais famílias políticas. A partir do momento em que há uma mudança de Governo na Polónia, a sanção cai, o artigo 7.º. A partir do momento em que o outro partido, o da Hungria, sai da principal família política, tem o preço de ficar menos condicionado pelas regras dessa família política que é uma família política de primeira linha no Parlamento. Portanto, o que eu quero dizer é que devemos cumprir os tratados. À Comissão cumpre zelar pelo cumprimento dos tratados, não pode ser de outra maneira. Sobre a evolução da guerra: sim, porque a evolução da guerra vai determinar a correlação de forças que estará na mesma das negociações futuras. E tenho a certeza que nenhum europeísta, muito menos um presidente ou uma presidente da Comissão Europeia, quererá que as regras europeias sejam ditadas por um invasor, por um infrator e por alguém que não tem nenhum pedigree democrático como a Federação Russa. Nós temos que garantir que a correlação de forças beneficia a Ucrânia na mesa das negociações. Primeiro ponto. Para que qualquer quadro negocial tenha sustentabilidade no tempo e seja mais de acordo com as nossas regras. Claro que numa negociação há sempre cedências, mas nós precisamos de não estar numa posição de vulnerabilidade. E a evolução do conflito é que ditará o nível ou não de vulnerabilidade do lado ucraniano e dos seus aliados.

E a Europa tem que estar unida para ter força para conseguir apoiar de facto a Ucrânia, certo?

Tem que estar sempre unida. O principal problema da União Europeia, o principal desafio, é manter a coesão entre Estados-membros. Quando a oferta partidária disputa mais os termos do consenso europeísta, a coesão fica mais em xeque. Há menos consensos nacionais que, por sua vez, forjam menos consensos europeus. Esse é o nível de tensão que eu acho que vale a pena acompanhar: como é que vários processos eleitorais deterioram o consenso europeu dentro dos países. E depois isso tem o respaldo comunitário. Tem o respaldo comunitário nas questões energéticas, na digitalização e na revolução verde, ou na acomodação dos futuros alargamentos ou não. Veja, por exemplo, o acordo de governo nos Países Baixos. Primeiro, um dos pontos, retomar a energia nuclear, que é, aliás, também uma das traves mestras de um futuro hipotético Governo da CDU alemã. Segundo ponto, o ceticismo em relação ao alargamento.

Ou seja, estamos a falar muitas vezes de algo que parece política interna, que parece um mero jogo de alianças partidárias – no caso uma adaptação ao facto de um partido da direita radical ser o mais votado – mas pode condicionar toda a política europeia?

Absolutamente. A política europeia é a política nacional. E por isso é que nós temos que estar sempre sobre esta dinâmica de roldanas, entre os impactos nacionais sobre o europeu e o impacto europeu sobre os nacionais. Sem cair naquele chavão de que quando temos um sucesso é nacional, quando temos um problema ele é europeizado.

Estamos em campanha eleitoral europeia. Quando acompanha a campanha aqui em Portugal, sente que questões como o alargamento, o apoio à Ucrânia, a revisão dos tratados – por exemplo, a questão de deixar de haver decisões por unanimidade – fazem parte do debate, ou o debate é muito concentrado no país, quase uma segunda volta das legislativas?

Eu não vejo problema em que, primeiro, o debate seja pincelado por todas essas questões que enunciou. O processo de decisão, digamos, o pacto verde, o alargamento, a guerra, acho que vai bater sempre aí. Pode não ser nos termos que eu gostaria que fosse, mas não é essa a expectativa que eu tenho. E depois também acho natural que, dentro desta lógica que eu enunciei de nacional e europeu sempre em diálogo, haja permanentemente também uma avaliação sobre o contexto nacional. Isso é válido para todos os países. Isso só prova que mesmo numa eleição europeia, mesmo discutindo questões europeias, nós discutimos também questões nacionais porque elas são indissociáveis. O que podemos é dizer como é que nós reforçamos o nosso papel de Portugal nas instituições. Com mais articulação entre os eurodeputados nacionais ou mais articulação entre as famílias políticas mais representativas dos deputados nacionais. Todos pensamos que dois terços dos mandatos portugueses vão para os dois principais partidos. Essa noção de compromisso entre essas famílias é também um raciocínio aplicável ao nacional, um compromisso maior nas políticas públicas mais importantes por parte dos dois principais partidos. Acho que é um debate a fazer. Outro é como é que nós podemos ter uma voz perante a deslocalização do eixo gravitacional no futuro alargamento ainda mais para o leste. Como é que nós continuaremos a estar nos processos de decisão core, do centro. Como é que nós nos distinguiremos de outros com a nossa radial de relações no resto do mundo. Que tipo de mais-valias é que temos para oferecer neste quadro comparativo. Como é que nós maximizamos o papel de Portugal e dos 10 milhões de habitantes que aqui temos. Acho que são dinâmicas entre o nacional e o europeu que valia a pena que os candidatos a deputados se predispusessem a responder. Mas devo dizer que são para mim claros os posicionamentos dos candidatos, dos partidos, e os lados da história em que estão. E nesse sentido acho que a campanha, não sendo uma campanha eufórica e mobilizadora como uma legislativa, nunca será, não tem propriamente desiludido.

Habituámo-nos muito a procurar líderes europeus e geralmente não olhamos para os presidentes da Comissão, olhamos mais para o presidente francês, hoje Emmanuel Macron, ou para o chanceler alemão. Antes Angela Merkel e agora Olaf Scholz. Há algum líder evidente neste momento na Europa?

Bom, mais uma vez, é preciso que haja uma grande apetência de um líder para os assuntos internacionais, portanto, algo que está no ADN dele e isso manifesta-se na criatividade das propostas, na forma proativa com que está na diplomacia. Acho que o presidente Macron é o protótipo disso. Ou então é alguém que precisa de ganhar uma enorme legitimidade interna e popularidade para depois conseguir afirmar-se mais na cena internacional, não tendo um ADN internacionalista, chamemos-lhe assim. Portanto, vejo todos, no quadro da fragmentação partidária existente em toda a Europa, com fraca popularidade interna e fraca legitimidade interna. Estamos sempre a falar de níveis de 30% dos seus partidos.

Mesmo Macron que tem esse ADN internacionalista exibe fragilidade interna.

Macron mascara a fragilidade interna porque o sistema francês é incomparável. É um sistema que pela própria transformação dos últimos anos está muito focado na figura deste presidente. Nem é na figura da Presidência da República, é neste presidente. Ele alterou o sistema político.

Moldou-o a partir da imagem dele.

Sim, à imagem dele, com todos os riscos que isso traz. Mas depois atinge uma dimensão internacional, gosta desse tabuleiro e dentro de uma certa linhagem francesa confunde o interesse europeu com o interesse francês permanentemente e considera que tem um papel a desempenhar no debate europeu. E tem. Mas não é o único. Acho que também estamos num tempo em que no quadro internacional, global, não só europeu, os pequenos e médios Estados encontraram radicais de atuação mais multialinhados, como eu digo no livro. Portanto, menos estanques em blocos. E maximizam mais as suas valências internas. Sejam na energia, nas matérias-primas, na sua posição geográfica, nos seus portos, etc. Até na sua diplomacia. Por exemplo, no caso dos Emirados, do Qatar. Mas no quadro europeu também acho que há espaço para os pequenos e médios. E aí vê-se, por exemplo, os Bálticos a sobressair com alguns protagonistas, ministros dos Negócios Estrangeiros, primeiros-ministros, normalmente até primeiras-ministras. E depois um ou outro líder que vai sobressaindo regionalmente, como é o caso da primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, que beneficia de um fator interno que tem a ver com a existência de partidos mais radicais do que o dela. Figuras mais extremistas do que ela, que a fazem necessariamente uma figura mais eleitoralmente acomodada. Não quero chamar moderada, mas dá para distanciar-se. Isso ajuda. Também acho que nesse raciocínio dos pequenos e médios, que têm condições e apetências para o debate europeu, para o debate internacional, o perfil do político português é um perfil que se poderia afirmar neste contexto. Porque é um perfil que conhece tão bem os meandros da política europeia como os meandros da política africana, ou da política latino-americana, ou até da política da América do Norte. O espanhol é a mesma coisa. Não há muitos no quadro europeu que tenham um entendimento das relações internacionais tão integrado. Depois se utilizam, se maximizam essa postura ou não, é outra coisa. O que eu quero dizer é que, dentro desse quadro de perfis, não temos que estar sempre a olhar para o eixo franco-alemão, porque muitas vezes não vem daí a diferença da qualidade. Às vezes vem dos pequenos e médios estados. Eu acho que os perfis portugueses, se tivéssemos uma retaguarda, por exemplo, com um MNE mais financiado no orçamento, se tivéssemos mais quadros intermédios nas instituições internacionais, se tivéssemos, no fundo, um batalhão mais coordenado e reforçado a trabalhar mais para eles e para os interesses nacionais, com outros recursos, podíamos maximizar as características que Portugal tem no quadro europeu e fora deste.

O ANO ZERO DA NOVA EUROPA
Bernardo Pires de Lima
Tinta da China
206 páginas

"Não me passa pela cabeça que o Governo português, tendo a hipótese de ter um presidente do Conselho Europeu português, não estivesse unanimemente à volta desse nome. Seria um tiro no pé. Seria contra o interesse nacional."

"O Estado de Direito, a democracia, o respeito pelo quadro jurídico das liberdades e dos direitos consagrados nas várias Constituições, está tudo plasmado nos tratados europeus. É respeitar os tratados. Quem não respeitar os tratados vive sob o espetro das sanções e do articulado que prevê perdas de direitos de voto, sanções, congelamento de fundos, etc., etc."

"No quadro europeu também acho que há espaço para os pequenos e médios. E aí vê-se, por exemplo, os Bálticos a sobressair com alguns protagonistas, ministros dos Negócios Estrangeiros, primeiros-ministros, normalmente até primeiras-ministras."

SAUL LOEB / AFP

Aviões Douglas C-47 sobrevoam os casais Macron e Biden antes da cerimónia norte-americana para comemorar o *Dia D*.

"A democracia nunca está garantida." Recordar o *Dia D* de olho na Ucrânia

NORMANDIA Líderes mundiais reuniram-se para os 80 anos do desembarque que marcou o início da reviravolta na II Guerra Mundial, mas as mensagens estiveram focadas no conflito atual.

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

O presidente norte-americano defendeu ontem o poder das alianças e da NATO, lembrou que "a democracia nunca está garantida" e reiterou que os EUA nunca vão abandonar a Ucrânia. As palavras de Joe Biden foram proferidas no Cemitério Americano na Normandia, onde assinalou ao lado do homólogo francês, Emmanuel Macron, os 80 anos do desembarque do *Dia D*, que marcou o início da reviravolta que ditaria a vitória dos aliados na II Guerra Mundial. Mas a mensagem foi muito atual.

"A Ucrânia foi invadida por um tirano empenhado em dominar", afirmou Biden na cerimónia, onde estavam presentes também 180 veteranos, que viram algumas das suas histórias de coragem lembradas pelo presidente. "Não vamos voltar as costas porque se o fizermos, a Ucrânia será subjugada e as coisas não acabarão aí. Os vizinhos da Ucrânia serão ameaçados. Toda a Europa estará ameaçada", disse.

"Vivemos num tempo em que a democracia está mais em risco em todo o mundo do que em qualquer outro ponto desde o fim da II Guerra Mundial, desde que estas praias foram invadidas em 1944. Agora temos que nos perguntar. Vamos unir-nos contra a tirania, contra o mal, contra a brutalidade esmagadora do punho de ferro? Vamos defender a liberdade? Vamos defender a democracia? Vamos ficar juntos? A minha resposta é sim e só pode ser sim", afirmou Biden.

Ainda em referência à Ucrânia, o presidente norte-americano lembrou que os ucranianos estão a lutar "com coragem extraordinária, a sofrer grandes perdas, mas nunca a recuar". O presidente falou também das perdas russas, que calcula em 350 mil militares mortos ou feridos, além de quase um milhão de pessoas que deixaram o país "porque já não conseguem ver um futuro na Rússia". E deixou o aviso: "Não se deixem enganar, os autocratas do mundo estão a observar atentamente para ver o que acontece na Ucrânia, para ver se deixamos essa agressão ilegal passar despercebida. Não podemos deixar isso acontecer (...) Curvarmo-nos diante dos ditadores é simplesmente inaceitável. Significa que nos esquecemos que aconteceu aqui nestas praias."

LUDOVIC MARIN / AFP

O cumprimento entre Zelensky e Biden.

O presidente defendeu que, nas praias da Normandia, se provou "a unidade inquebrável dos aliados", considerando que aquilo que foi alcançado nenhum país teria conseguido sozinho. "Foi uma ilustração poderosa de como as verdadeiras alianças nos tornam mais fortes, uma lição que rezo que nós americanos nunca esqueçamos", disse. "O isolacionismo não era a resposta há 80 anos e não é a resposta hoje", insistiu, apelidando a NATO de "a maior aliança na história".

O presidente dos EUA aproveitou o discurso para dar um recado aos eleitores, diante das ameaças à aliança de Donald Trump, seu antecessor e adversário em novembro. Será também a pensar nas presidenciais que Biden voltará a falar sobre a defesa da liberdade e da democracia. O local escolhido foi Pointe du Hoc, um promontório no topo de uma falésia cujos *bunkers* alemães foram atacados pelas tropas americanas num ataque ousado. Em 1984, nos 40 anos do *Dia D*, o então presidente Ronald Reagan falou no mesmo lugar, num discurso que muitos acreditam ter ajudado à conquista do segundo mandato.

Zelensky presente, Rússia não

O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, não chegou a tempo de ouvir o discurso de Biden, mas esteve com o homólogo norte-americano mais tarde, nas comemorações internacionais do *Dia D*, na praia de Omaha – para a qual a Rússia não foi convidada, mas na qual foi também lembrado o contributo soviético para derrotar o nazismo. Zelensky e a mulher Olena foram aplaudidos à chegada à cerimónia.

Nesta ocasião, a Ucrânia também não foi esquecida. "Face ao regresso da guerra ao nosso continente, face os que pretendem mudar as fronteiras pela força ou reescrever a história, sejamos dignos daqueles que aqui desembarcaram. A sua presença aqui diz tudo", disse Macron, dirigindo-se diretamente a Zelensky. "Obrigado, obrigado, obrigado ao povo ucraniano, à sua coragem, ao seu gosto pela liberdade. Estamos aqui e não vamos fraquejar." O líder francês reunirá hoje com o ucraniano em Paris, tendo ontem já anunciado que irá transferir caças Mirage-2000 para a Ucrânia, ao abrigo de um novo acordo de cooperação.

susana.f.salvador@dn.pt

Ordenada retirada de parte de Donetsk

A Ucrânia ordenou ontem a retirada dos menores e dos seus tutores legais de várias localidades da região de Donetsk, devido à intensificação da ofensiva russa. "Esta é uma decisão importante que visa principalmente salvar as vidas das nossas crianças", disse o governador de Donetsk, Vadym Filashkin. "A situação de segurança deteriora-se constantemente e a intensidade dos bombardeios aumenta", referiu. O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, tinha avisado que a Rússia estava a concentrar a sua ofensiva nesta região, cuja anexação ilegal proclamou logo em 2022 – apesar de não ter o controlo total. Entre as localidades abrangidas está Lyman, que os russos tomaram no início da guerra, mas que os ucranianos recuperaram.

Hamas quer receber a proposta de trégua de Biden por escrito

GUERRA Cairo diz que o grupo islamista dá sinais positivos e que irá responder em breve, mas os seus dirigentes mostram cautela e querem um texto claro e simples que comprometa Netanyahu.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

O Egito diz ter recebido sinais encorajadores do Hamas sobre uma potencial trégua em Gaza e uma troca de reféns com Israel no mesmo dia em que uma declaração conjunta de 17 países, entre os quais Portugal, pede para o movimento islamista aceitar o plano de trégua promovido pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e em que a Espanha se juntou ao processo iniciado pela África do Sul no Tribunal Internacional de Justiça (TIJ).

O Hamas vai dar uma resposta nos próximos dias sobre a proposta de trégua na guerra desencadeada com os ataques terroristas de 7 de outubro. "Os líderes do Hamas informaram-nos que estão a estudar a proposta de trégua de forma séria e positiva", disse uma fonte egípcia ao canal televisivo Al-Qahera News, que é considerada próxima dos serviços de informações egípcios. A mesma fonte adiantou que o Cairo "recebeu sinais positivos do movimento palestiniano que assinalam a sua aspiração a um cessar-fogo".

Esta informação surge um dia depois de o chefe dos serviços secretos egípcios, Abbas Kamel, em deslocação ao Qatar, se ter reunido com o primeiro-ministro daquele emirado, Mohammed bin Abdulrahman Al-Thani, e com representantes do Hamas – o grupo considerado terrorista pela UE tem o seu escritório em Doha e recebe financiamento catariano.

À agência espanhola EFE, contudo, uma fonte do grupo que tomou a Faixa de Gaza disse que os seus negociadores transmitiram aos mediadores que a proposta dos Estados Unidos deve ser "transcrita numa linguagem clara e os mecanismos de aplicação devem ser simples e sem margem para interpretações". Além disso, o Hamas pediu ao Cairo, a Doha e a Washington que a proposta inclua a sua aprovação pública e a assinatura do primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu. Também pediu aos EUA para darem informações adicionais sobre as garantias de cumprimento do acordo por parte de Israel. A fonte também transmitiu uma ameaça, no caso a Israel, ao dizer que o braço armado do Hamas, as brigadas al-Qassam, têm "surpresas reservadas" em Gaza. De forma mais clara, Osama Hamdan, um funcionário do Hamas baseado em Beirute, disse à AFP: "Não há qualquer proposta, são apenas palavras ditas por Biden num discurso. Até agora, os americanos não apresentaram nada documentado ou escrito que os comprometa com o que Biden proferiu no discurso", esclareceu.

> *"Perante o facto de Netanyahu não ter acedido ao pedido do TIJ para parar a guerra, em apoio ao respeito pelo direito internacional da ONU, interviemos no processo patrocinado pela África do Sul."*
>
> **Pedro Sánchez**
> *Primeiro-ministro de Espanha*

Com ou sem documento, os esforços diplomáticos prosseguiram no Cairo, com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Sameh Shukri, a receber o conselheiro da Casa Branca para o Médio Oriente, Brett McGurk. Em paralelo, a pressão para o calar das armas aumentou com uma declaração publicada por Londres e Washington, em nome de 17 países com reféns em Gaza. "Não há tempo a perder. Apelamos ao Hamas para que feche este acordo, com o qual Israel está pronto para avançar, e inicie o processo de libertação dos nossos cidadãos", lê-se no texto.

Um dos países signatários é a Espanha que, dias depois de ter reconhecido o Estado da Palestina em conjunto com a Irlanda e a Noruega, revelou juntar-se à África do Sul no processo que decorre em Haia e no qual Israel é acusado de genocídio. À iniciativa sul-africana juntaram-se quatro países e agora há outros sete que afirmam seguir o mesmo caminho. O primeiro-ministro espanhol justificou a medida ao realçar a urgência do apoio ao TIJ para a aplicação das medidas cautelares para travar as operações militares, bem como o reforço das Nações Unidas ao "apoiar o papel do Tribunal como o mais alto órgão judicial num sistema internacional baseado em regras".

Já o secretário-geral da ONU condenou o ataque a uma escola da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), em Nuseirat, no centro de Gaza, que fez 37 mortos. "É apenas mais um exemplo horrível do preço que os civis estão a pagar", disse o porta-voz de António Guterres, Stéphane Dujarric. O exército israelita reivindicou o bombardeamento, tendo alegado que a escola era uma "base do Hamas" que abrigava operacionais dos atentados de 7 de outubro. O diretor da UNRWA, Philippe Lazzarini, lamentou que Israel tenha atacado "sem aviso prévio", enquanto o chefe da diplomacia da UE, Josep Borrell, pediu uma investigação independente ao bombardeamento.

cesar.avo@dn.pt

BASHAR TALEB / AFP

Um funcionário das Nações Unidas observa o estado da escola da ONU bombardeada por Israel.

BREVES

Paramilitares matam cem sudaneses

Cerca de cem pessoas morreram num duplo ataque executado pelas Forças de Apoio Rápido (RSF), com recurso a artilharia pesada, a Wad al-Noura, uma aldeia no centro do Sudão. Em paralelo, os paramilitares das RSF, que lutam contra o exército sudanês, afirmaram ter atacado três campos do exército nessa mesma região de Wad al-Noura e ter entrado em confronto com os seus rivais. Nas redes sociais, os ativistas de um comité local publicaram imagens do que descreveram ser uma vala comum numa praça pública, com filas de mortalhas brancas dispostas num pátio. A guerra no Sudão, que eclodiu em abril de 2023, já causou mais de 30 mil mortos e 9,9 milhões de deslocados num país com cerca de 50 milhões de habitantes.

Grave pobreza alimentar atinge 25% das crianças

Mais de uma em cada quatro crianças com menos de cinco anos vive em situação de pobreza alimentar "grave", alertou a UNICEF num novo relatório. A agência da ONU recomenda que as crianças pequenas comam diariamente alimentos de cinco de oito grupos principais. Mas 440 milhões de crianças com menos de cinco anos que vivem em cerca de cem países de baixo e médio rendimento estão a viver em situação de pobreza alimentar, o que significa que não têm acesso a cinco grupos de alimentos por dia. Destas, 181 milhões sofrem de pobreza alimentar grave, comendo no máximo dois grupos de alimentos. "As crianças que consomem apenas dois grupos de alimentos por dia – por exemplo, arroz e um pouco de leite – têm até 50% mais probabilidades de sofrer formas graves de malnutrição", afirmou a diretora da UNICEF, Catherine Russell.

Opinião
Raúl M. Braga Pires

A "transumância Wagner" do Sahel ao Norte de África!

Primeira nota, "transumância" refere-se a gado, à permanente circulação deste pelas terras à procura de pasto e água, sobretudo água, no deserto!

Segunda nota, o primeiro título que me veio à cabeça foi "Esqueçam o Irão que a bomba vai rebentar aqui ao lado"! Porquê?

Porque, e uma vez mais passou-nos ao lado, distraídos com o Irão, o *shopping* e o brilho dos ténis com luzes na sola que aí se vendem, um desenvolvimento de guerra da maior importância para o nosso futuro e também para o "sono dos dias" continuar a ser o que tem sido. O português acordará para a Mauritânia, quando esta nos deixar de servir peixe à mesa!

Entretanto, os desenvolvimentos de Abril, desconhecidos e aqui e agora revelados, foram os seguintes, devendo preocuparmo-nos com os mesmos, prospectivando-os numa leitura extensiva e realista. Os "ataques toca-e-foge" nunca se ficam por aí, são sinais do que ainda estará por vir! Ora as disputas fronteiriças entre Mauritânia e Mali não têm exactamente a ver com "os princípios de Olivença", ou com o que nos moveu, ainda na Escola Primária, a ter ganas de invadir Espanha! A questão nem é entre governos centrais, mas sim entre pastores. Cá está a transumância, estes empresários guardadores-de-gado, precisam de o mover para onde há pasto e, no deserto, para onde há poços de água (o problema no Darfur, depois "vendido" como guerra entre etnias).

De regresso à "vaca fria", a Junta Militar de Bamako, parece decidida a fazer uma experiência. Enviar os colaborantes Wagner para a zona de fronteira com a Mauritânia e estes friamente acabarem com as disputas entre pastores. Há vários registos preocupantes nestas investidas que picotaram o mês de Abril com uma violência que os locais não acreditavam possível, dado o estatuto e importância social do Pastor da Aldeia, um posto! Da mesma forma, nunca se mata uma rês sem razão, ou se envenena um poço de água! Está tudo na lista dos princípios da guerra justa de Santo Agostinho, os quais "fazem escola" nas Nações Unidas!

Este é um primeiro ponto, já ofuscado por um segundo, já que os locais atacados em Adel Bagrou e outras regiões fronteiriças, detectaram "fardas russas a falarem" hassania, confirmando os rumores que corriam de um recrutamento Wagner nos campos sahraouis de Tindouf. Fala-se de 500 sahraouis recrutados recentemente pelos Wagner, sob aconselhamento e supervisão POLISARIO, cujo principal atractivo é a promessa de um ordenado de três mil dólares/mês, a "solteiros com experiência de guerra e dispostos a cortarem totalmente os laços familiares e embarcarem na aventura do Corpo Expedicionário Africano Russo", a actual capa jurídico-internacional dos Wagner pós-Prigozhin. Como é que isto nos toca?

Toca-nos porque Portugal tem planos e ambições gizadas com Marrocos no curto, médio e longo prazo. A saber, realização do Campeonato do Mundo de Futebol 2030, conexão eléctrica por cabo entre Marrocos e Reino Unido, com Portugal a meio caminho e a contar nesta vontade, a dependência de Sines da conclusão do Gasoduto Nigéria-Tânger, que viabilizará Sines como pólo de referência mundial na produção/distribuição de hidrogénio verde a toda a Europa e basta, que não há mais espaço! A confirmar-se uma adesão/colaboração entre POLISARIO e grupo Wagner, o jogo rapidamente poderá mudar no Magrebe/Sahel/África Ocidental e obrigar americanos e NATO a priorizarem o reforço das "paredes do Atlântico chamadas Mauritânia e Senegal", importantes países para estancarem o avanço russo da hinterlândia saheliana até ao mar!

Esqueçam o Irão, que o frágil está mesmo aqui ao lado e mais frágil e vulnerável ficará perante a nossa indiferença, resultante do brilho dos ténis que nos ofuscam a partir da montra!

Politólogo/Arabista
www.maghreb-machrek.pt
(em reparação)
Escreve de acordo com a antiga ortografia

Opinião
Victor Ângelo

Votar contra os incendiários europeus

Este domingo devemos votar para eleger o Parlamento Europeu (PE). Os principais analistas preveem uma marcada viragem à direita, incluindo um reforço temível da direita extrema, em vários países da UE. Por exemplo, em França, onde o partido de Marine Le Pen surge nas sondagens mais recentes muito à frente dos outros, com cerca de 33% das intenções de voto. Em segundo lugar, mas apenas à volta dos 15%, poderemos ter o partido do presidente Emmanuel Macron. E o centro-esquerda não deverá ir muito além dos 13%.

O que poderá acontecer em França não deverá ser muito diferente, no mesmo sentido político, dos resultados possíveis noutros nove ou dez Estados-membros. Pensemos na Itália, onde Georgia Meloni aparece como uma candidata de peso, a estrela de quem se fala na Península. Meloni concorre ao PE, sendo simultaneamente primeira-ministra do seu país, e dirigente nacional do partido ultradireitista Irmãos da Itália (Fratelli d'Itallia). A sua eleição irá certamente influenciar uma boa parte das negociações que se seguirão, quer no Parlamento quer nas cimeiras onde os dirigentes europeus irão decidir sobre quem tomará conta da Comissão ou terá a responsabilidade da presidência do Conselho Europeu.

Estes e outros casos, da Hungria aos Países Baixos, passando pela Áustria, a Chéquia, a Flandres na Bélgica ou por várias partes da Alemanha ou da Suécia, mostram que a Europa tem à sua frente um grande desafio político: a expansão da extrema-direita. Todos os partidos extremistas são um perigo. Na nossa parte do mundo, chegam às instituições pela porta da democracia e depois, com o tempo, procuram conquistar o poder usando três ingredientes especialmente eficazes: o nacionalismo incendiário, o engano, que é a maneira mais direta de dizer manipulação, e a demagogia, para fazer muitos cidadãos sonhar com um futuro idílico e limpo de corrupção.

Ao escrever isto, lembro-me que Adolfo Hitler obteve 2,6% dos votos nas eleições legislativas de maio de 1928. Cinco anos depois, em março de 1933, já não era um movimento marginal: 43,9% dos eleitores votaram nele e permitiram-lhe que chegasse ao poder. O resto desta história trágica é conhecido.

Mais perto de nós, temos o exemplo de Viktor Orbán. Voltou ao poder em 2010, depois de ter sido primeiro-ministro uma primeira vez, entre 1998 e 2002. Desde então tem manipulado todos os processos eleitorais, sempre sob a máscara que os faz passar por atos democráticos. Simultaneamente, foi limitando a liberdade da imprensa, controlando o sistema judicial e as instituições de soberania, a começar pela Polícia, e criando as condições apropriadas para o enriquecimento dos seus principais apaniguados. Tem igualmente contribuído para minar a unidade europeia e servir os interesses de Vladimir Putin, que o recompensa na mesma moeda.

Orbán é uma clara ilustração do que acontece, com o tempo, quando os ultras e os demagogos chegam ao poder. Não há extremistas mansos. Por isso, é fundamental não lhes dar a oportunidade de governar, nem mesmo numa posição minoritária, numa coligação de conveniência. Isto é igualmente verdade à esquerda. A única diferença é que a extrema-esquerda não consegue atualmente ultrapassar as franjas residuais da política europeia, com uma ou duas exceções, na Valónia belga, por exemplo.

> **Fazer alianças com o diabo, para conservar o poder, é um erro inadmissível. Mero oportunismo.**

A conclusão é simples: é fundamental votar nestas eleições e fazê-lo com realismo e sabedoria. Os grandes temas são conhecidos: o aprofundamento da coesão europeia, a defesa e a segurança, a ameaça russa, a competição económica com a China e os EUA, os direitos das mulheres, a habitação, as energias renováveis, o investimento no setor digital, a cooperação e as migrações internacionais. Esta é uma maneira genérica de mencionar as grandes questões. Reconheço que nem todas têm o mesmo peso em cada país. O importante é impedir que sejam aproveitadas de modo populista e apocalíptico para atacar a UE, para apostar nos ressentimentos e nas divisões do passado, para criar bodes expiatórios e estigmatizar as minorias.

É verdade que a abstenção eleitoral é uma tentação enorme. Para além do combate pela ida às urnas, é essencial deixar uma mensagem aos líderes que representam as correntes de opinião moderadas: na Europa de hoje, que se encontra numa encruzilhada muito complexa, não se deve dar tréguas aos políticos oportunistas. Fazer alianças com o diabo, para conservar o poder, é um erro inadmissível. Mero oportunismo. Não nos podemos esquecer que nessas situações, mais tarde ou mais cedo, é Mefistófeles quem ganha. Conhece todas as manhas.

Conselheiro em segurança internacional.
Ex-secretário-geral-adjunto da ONU

PUBLICIDADE

Comunicado

Beneficiação do Pavimento Albergaria - Estarreja (A1)

Durante os meses de junho a agosto de 2024

A Brisa Concessão Rodoviária (BCR) informa que irá efetuar obras de beneficiação do pavimento, no Sublanço Albergaria (A1/IP5) - Estarreja, da A1 Autoestrada do Norte, pelo que irão existir constrangimentos, por meio de implementação de cortes de via e/ou basculamentos de tráfego.

A duração dos trabalhos ocorrerá em três meses.

A Brisa agradece antecipadamente a compreensão e colaboração dos automobilistas e espera contribuir para reduzir eventuais inconvenientes decorrentes desta operação, estando certa de que os possíveis incómodos serão largamente compensados pelo nível de qualidade, segurança e conforto que resultam de uma autoestrada melhor adaptada às necessidades de quem a utiliza.

Para informação de trânsito atualizada poderá consultar o site www.brisaconcessao.pt.

Comunicado

Reabilitação do Viaduto de Alhandra, no Sublanço Alverca (A1/A9) Vila Franca de Xira (A1)

Durante os meses de junho a agosto de 2024

A Brisa Concessão Rodoviária (BCR) informa que irá efetuar obras de Reabilitação no Viaduto de Alhandra, cerca do km 19+200, no sublanço Alverca (A1/A9) – Vila Franca de Xira, da A1- Autoestrada do Norte, pelo que irão existir constrangimentos, por meio de implementação de cortes de via e/ou basculamentos de tráfego.

A duração dos trabalhos ocorrerá em três meses.

A Brisa agradece antecipadamente a compreensão e colaboração dos automobilistas e espera contribuir para reduzir eventuais inconvenientes decorrentes desta operação, estando certa de que os possíveis incómodos serão largamente compensados pelo nível de qualidade, segurança e conforto que resultam de uma autoestrada melhor adaptada às necessidades de quem a utiliza.

Para informação de trânsito atualizada poderá consultar o site www.brisaconcessao.pt.

MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ANÚNCIO

PATRÍCIA GREGÓRIA MARTINS SANTANA, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, no uso da competência subdelegada pelo despacho exarado no documento interno com o NIPG. n.º 33316/23, de 21/08/2023, vem, pelo presente anúncio, **NOTIFICAR** os titulares dos lotes da operação de loteamento localizada no Sítio da Mesquita – Mexilhoeira Grande, nos termos do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, para se pronunciarem, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, relativamente ao procedimento de alteração da licença da operação de loteamento localizada no Sítio da Mesquita – Mexilhoeira Grande, titulada pelo alvará de loteamento n.º 6/1993, freguesia da Mexilhoeira Grande e concelho de Portimão, requerida por VIDREIRA ALGARVIA, LDA.

A alteração da licença de operação de loteamento consiste na junção dos lotes 1/2 e 3, ficando com a área total de implantação e de construção de 7831,25 m² e 1 piso.

O referido processo pode ser consultado no prazo acima mencionado, na secretaria do Departamento de Gestão Urbanística e Mobilidade, sito no Parque das Feiras e Exposições, Caldeira do Moinho – Portimão, de segunda a sexta-feira, das 9 às 13 e das 14 às 16 horas

Mais se informa de que a falta de oposição escrita à licença para operação de loteamento, no prazo 10 dias, a contar da data de publicação do anúncio no *Diário da Republica*, legitima a consequente tramitação do procedimento.

De acordo com a alínea e) do n.º 1 do art.º 112.º e art.º 122.º do Código do Procedimento Administrativo, passou-se o presente anúncio, que será publicitado nos termos previstos na Lei.

22 de maio de 2024

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana
Patrícia Santana

MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ANÚNCIO

PATRÍCIA GREGÓRIA MARTINS SANTANA, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, no uso da competência subdelegada pelo despacho exarado no documento interno com o NIPG. n.º 33316/23, de 21/08/2023, vem, pelo presente anúncio, **NOTIFICAR** os titulares dos lotes da operação de loteamento localizada na Urbanização Sítio dos Castelos, Praia da Rocha – Portimão, nos termos do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, para se pronunciarem, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, relativamente ao procedimento de alteração da licença da operação de loteamento localizada na Urbanização Sítio dos Castelos, Praia da Rocha – Portimão, titulada pelo alvará de loteamento n.º 10/1993, freguesia e concelho de Portimão, requerida por TI-TÉ – Estabelecimento de Ensino, Lda..

A alteração da licença de operação de loteamento incide sobre o lote 6, pretendendo adicionar o uso habitacional (1 T4), com o n.º de habitantes (6), passando o número de habitantes total de 392 para 398.

O referido processo pode ser consultado no prazo acima mencionado, na secretaria do Departamento de Gestão Urbanística e Mobilidade, sito no Parque das Feiras e Exposições, Caldeira do Moinho – Portimão, de segunda a sexta-feira, das 9 às 13 e das 14 às 16 horas.

Mais se informa de a falta de oposição escrita à alteração da licença para operação de loteamento, no prazo de 10 dias, a contar da data de publicação deste anúncio no *Diário da República*, legitima a consequente tramitação do procedimento.

De acordo com a alínea e) do n.º 1 do art.º 112.º e art.º 122.º do Código do Procedimento Administrativo, passou-se o presente anúncio, que será publicitado nos termos previstos na Lei.

22 de maio de 2024

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana
Patrícia Santana

MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ANÚNCIO

PATRÍCIA GREGÓRIA MARTINS SANTANA, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, no uso da competência subdelegada pelo despacho exarado no documento interno com o NIPG. n.º 33316/23, de 21/08/2023, vem, pelo presente anúncio, **NOTIFICAR** os titulares dos lotes da operação de loteamento localizada na Urbanização Villas da Bemposta, Alvor, nos termos do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, para se pronunciarem, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, relativamente ao procedimento de alteração da licença da operação de loteamento localizada na Urbanização Villas da Bemposta – Alvor, titulada pelo alvará de loteamento n.º 5/1995, freguesia de Alvor e concelho de Portimão, requerida por B.V.M.S. Construções Unipessoal, Lda.

A alteração da licença de operação de loteamento incide sobre o lote A231 e consiste na alteração da área de construção, que passa de 101,36 m² para 138,36 m².

O referido processo pode ser consultado no prazo acima mencionado, na secretaria do Departamento de Gestão Urbanística e Mobilidade, sito no Parque das Feiras e Exposições, Caldeira do Moinho – Portimão, de segunda a sexta-feira, das 9 às 13 e das 14 às 16 horas.

Mais se informa de que a falta de oposição escrita à alteração da licença para operação de loteamento, no prazo de 10 dias, a contar da data de publicação do anúncio no *Diário da República*, legitima a consequente tramitação do procedimento.

De acordo com a alínea e) do n.º 1 do art.º 112.º e art.º 122.º do Código do Procedimento Administrativo, passou-se o presente anúncio, que será publicitado nos termos previstos na Lei.

27 de maio de 2024

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana
Patrícia Santana

MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ANÚNCIO

PATRÍCIA GREGÓRIA MARTINS SANTANA, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, no uso da competência subdelegada pelo despacho exarado no documento interno com o NIPG. n.º 33316/23, de 21/08/2023, vem, pelo presente anúncio, **NOTIFICAR** os titulares dos lotes da operação de loteamento localizada no Alto Pacheco, Portimão, nos termos do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, para se pronunciarem, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, relativamente ao procedimento de alteração da licença da operação de loteamento localizada no Alto Pacheco, Portimão, titulada pelo alvará de loteamento n.º 15/1989, freguesia e concelho de Portimão, requerida por LUÍS MANUEL DE ANDRADE RODRIGUES BATALAU.

A alteração da licença de operação de loteamento incide no aumento de área de construção total, do lote 8, em 50 m².

O referido processo pode ser consultado no prazo acima mencionado, na secretaria do Departamento de Gestão Urbanística e Mobilidade, sito no Parque das Feiras e Exposições, Caldeira do Moinho – Portimão, de segunda a sexta-feira, das 9 às 13 e das 14 às 16 horas.

Mais se informa de que a falta de oposição escrita à alteração da licença para operação de loteamento, no prazo de 10 dias, a contar da data de publicação deste anúncio no *Diário da República*, legitima a consequente tramitação do procedimento.

De acordo com a alínea e) do n.º 1 do art.º 112.º e art.º 122.º do Código do Procedimento Administrativo, passou-se o presente anúncio, que será publicitado nos termos previstos na Lei.

22 de maio de 2024

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana
Patrícia Santana

EXTRATO DA ATA N.º 94

No dia quatro do mês de junho do ano dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas, na Rua de Bragança, número um, edifício Sociocultural, Casal de Cambra, Sintra, reuniu a assembleia de comproprietários do prédio sito entre a Rua de Helsínquia, Rua de Paris, Rua do Luxemburgo e Rua de Sevilha, em Casal de Cambra, descrito na Conservatória de Registo Predial de Queluz, sob o número seiscentos e cinquenta e três, da freguesia de Casal de Cambra, o qual se encontra integrado na Área Urbana de Génese Ilegal denominada "AUGI 57 – Casal de Cambra", na freguesia de Casal de Cambra, concelho de Sintra, com a presença de onze proprietários, a que correspondem 69,00% (sessenta e nove por cento) da permilagem total do prédio, conforme listas de presenças em anexo a esta ata, contando com a presença do Dr. Rui Santos na qualidade de Procurador da Comissão Administração Conjunta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO ÚNICO: Apresentação, Discussão e Votação do "Projeto de Divisão por Acordo de Uso".

Deu-se início ao ponto único da ordem de trabalhos, retomando a palavra o procurador da comissão de administração conjunta, o qual, detalhadamente, explicou o projeto de divisão por acordo de uso relativo ao prédio descrito na Conservatória de Registo Predial de , sob o número seiscentos e cinquenta e três, da freguesia de Casal de Cambra, para o qual foi emitido o Alvará de Loteamento um barra dois mil e vinte e quatro, de vinte e um de fevereiro. Seguiu-se um período de discussão e apreciação do projeto de divisão. Findo o período de discussão e apreciação, foi o projeto de divisão por acordo de uso posto à votação, tendo sido ***aprovado por unanimidade***.

De seguida, o Solicitador Rui Santos informou a assembleia de que seria necessário deliberar o representante da Comissão de Administração Conjunta na outorga da escritura de divisão, tendo ainda informado de que por força do n.º 5 do artigo 14.º, conjugado com a alínea j) do n.º 1 do artigo 15.º e n.º 4 do artigo 38.º da Lei 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei 70/2015, de 16 de julho, e alterada pela Lei 71/2021, de 4 de novembro, os representantes deveriam ser a Presidente e o Tesoureiro da Comissão de Administração. No entanto, e como a procuração conferida a favor do Dr. Rui Santos prevê os poderes bastantes para representar a Comissão de Administração, propõe-se que seja este a outorgar a escritura pública de divisão. Posta à votação, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***.

Por último, o Solicitador Rui Santos informou os presentes dos valores a liquidar para efetiva conclusão do processo, conforme tabela entregue a cada um contendo o valor a liquidar por lote, referente a despesas e honorários. Ficou acordado que o valor seria pago até ao dia cinco de julho deste ano dois mil e vinte e quatro.

Nada mais havendo a tratar, a reunião encerrou pelas dezanove horas e quarenta minutos do mesmo dia, tendo sido lavrada a ata, que depois de lida vai ser assinada pelo Procurador da Comissão de Administração Conjunta, ficando apensa à mesma a folha de presenças, assinada por todos. Feita a leitura e posta à votação, a ata foi ***aprovada por unanimidade***.

Comissão de Administração Conjunta

MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ANÚNCIO

PATRÍCIA GREGÓRIA MARTINS SANTANA, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, no uso da competência subdelegada pelo despacho exarado no documento interno com o NIPG. n.º 33316/23, de 21/08/2023, vem, pelo presente anúncio, **NOTIFICAR** os titulares dos lotes da operação de loteamento no Cabeço do Mocho, Portimão, nos termos do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, para se pronunciarem, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, relativamente ao procedimento de alteração da licença da operação de loteamento localizada no Cabeço do Mocho – Portimão, titulada pelo alvará de loteamento n.º 21/1988, freguesia e concelho de Portimão, requerida por CLÍNICA DE FISIOTERAPIA DE LAGOA, LDA.

A alteração da licença de operação de loteamento consiste na alteração do uso do lote 25 e dos respetivos parâmetros urbanísticos, de ténis, para habitação/habitação social/equipamento/comércio e serviços (com a possibilidade de edificação de caves) para uso de estacionamento automóvel e piscina, com uma área máxima de implantação de 2342,30 m², uma área total de construção de 7106,30 m², 4 pisos + 1 recuado + cave e a cota de soleira de 54,40 m, resultante do estudo dos parâmetros urbanísticos das áreas envolventes.

O referido processo pode ser consultado no prazo acima mencionado, na secretaria do Departamento de Gestão Urbanística e Mobilidade, sito no Parque das Feiras e Exposições, Caldeira do Moinho – Portimão, de segunda a sexta-feira, das 9 às 13 e das 14 às 16 horas.

Mais se informa de que a falta de oposição escrita à alteração da licença para operação de loteamento, no prazo de 10 dias, a contar da data de publicação deste anúncio no *Diário da República*, legitima a consequente tramitação do procedimento.

De acordo com a alínea e) do n.º 1 do art.º 112.º e art.º 122.º do Código do Procedimento Administrativo, passou-se o presente anúncio, que será publicitado nos termos previstos na Lei.

22 de maio de 2024

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana
Patrícia Santana

MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ANÚNCIO

PATRÍCIA GREGÓRIA MARTINS SANTANA, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, no uso da competência subdelegada pelo despacho exarado no documento interno com o NIPG. n.º 33316/23, de 21/08/2023, vem, pelo presente anúncio, **NOTIFICAR** os titulares dos lotes da operação de loteamento na Urbanização Quinta do Amparo, Portimão, nos termos do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, para se pronunciarem, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, relativamente ao procedimento de alteração da licença da operação de loteamento localizada na Urbanização Quinta do Amparo, Rua Drumond de Andrade – Portimão, titulada pelo alvará de loteamento n.º 01/2002, freguesia e concelho de Portimão, requerida por DESTAQUE ATRAENTE, LDA.

A alteração da licença de operação de loteamento consiste essencialmente na colocação de uma escadaria de acesso lateral ao acesso em rampa às plataformas de acesso aos lotes 9, 10, 13 e 14.

Propõe ainda retirar do r/chão o uso de comércio e serviços atribuído ao lote 14, mantendo-se apenas o uso de habitação, desafetando a área envolvente (logradouro privado de utilização pública) da afetação a uso público para o uso privado das habitações localizadas no r/chão, transferindo a manutenção da referida área para as frações a que ficarão agregadas.

O referido processo pode ser consultado no prazo acima mencionado, na secretaria do Departamento de Gestão Urbanística e Mobilidade, sito no Parque das Feiras e Exposições, Caldeira do Moinho – Portimão, de segunda a sexta-feira, das 9 às 13 e das 14 às 16 horas.

Mais se informa de que a falta de oposição escrita à alteração da licença para operação de loteamento, no prazo de 10 dias, a contar da data de publicação do anúncio no *Diário da República*, legitima a consequente tramitação do procedimento.

De acordo com a alínea e) do n.º 1 do art.º 112.º e art.º 122.º do Código do Procedimento Administrativo, passou-se o presente anúncio, que será publicitado nos termos previstos na Lei.

27 de maio de 2024

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana
Patrícia Santana

MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ANÚNCIO

PATRÍCIA GREGÓRIA MARTINS SANTANA, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, no uso da competência subdelegada pelo despacho exarado no documento interno com o NIPG. n.º 33316/23, de 21/08/2023, vem, pelo presente anúncio, **NOTIFICAR** os titulares dos lotes da operação de loteamento localizada na Urbanização Colina Real, Alto Pacheco –Portimão,nostermosdon.º3doartigo27.ºdoDecreto-Lein.º555/99,de 16 de dezembro, na sua atual redação, para se pronunciarem, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, relativamente ao procedimento de alteração da licença da operação de loteamento localizada na Urbanização Colina Real – Portimão, titulada pelo alvará de loteamento n.º 4/1992, freguesia e concelho de Portimão, requerida por JOANA JESUS LOPES NUNES BATISTA.

A alteração da licença de operação de loteameto incide no lote LA e consiste na alteração do polígono de implantação, no aumento da área de construção de 140 m² para 150 m², na alteração da entrada da garagem do lote, na diminuição do tamanho do lote, passando de 930 m² para 915 m², na definição da cota de soleira para 28,20 m e na relocalização de dois lugares de estacionamento em frente ao lote.

O referido processo pode ser consultado no prazo acima mencionado, na secretaria do Departamento de Gestão Urbanística e Mobilidade, sito no Parque das Feiras e Exposições, Caldeira do Moinho – Portimão, de segunda a sexta-feira, das 9 às 13 e das 14 às 16 horas.

Mais se informa de que a falta de oposição escrita à alteração da licença para operação de loteamento, no prazo de 10 dias, a contar da data de publicação deste anúncio no *Diário da República*, legitima a consequente tramitação do procedimento.

De acordo com a alínea e) do n.º 1 do art.º 112.º e art.º 122.º do Código do Procedimento Administrativo, passou-se o presente anúncio, que será publicitado nos termos previstos na Lei.

27 de maio de 2024

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana
Patrícia Santana

LEONEL DE CASTRO / GLOBAL IMAGENS

Toni conquistou no Benfica dois campeonatos, duas Supertaças e uma Taça de Portugal. Vítor Pereira foi bicampeão no FC Porto e venceu ainda duas Supertaças.

Adjuntos que largaram o mestre e tiveram sucesso no mesmo clube

SUCESSÃO Vítor Bruno é hoje oficializado como treinador dos dragões, após 13 anos na sombra de Sérgio Conceição. No passado, Toni (Benfica) e Vítor Pereira (FC Porto) deram-se bem...

TEXTO **NUNO FERNANDES**

Muitos treinadores começaram numa determinada altura como adjuntos e foram subindo até iniciarem uma carreira a solo. Mas são raros em Portugal os exemplos de sucesso dos que sucederam ao treinador principal de quem eram os braços-direitos no mesmo clube. Este será o caso de Vítor Bruno, que hoje vai ser oficializado como técnico do FC Porto, após 13 anos como adjunto de Sérgio Conceição, e que tem em Portugal alguns bons exemplos a que se agarrar.

António Conceição Oliveira, mais conhecido por Toni, grande figura da história do Benfica, é talvez o maior exemplo deste tipo de sucessão. Para a grande maioria das pessoas, foi apenas o crónico adjunto de Sven Göran-Eriksson, nas duas passagens do sueco pelo Benfica (1982-84 e 1989-92). Mas na realidade foi muito mais do que isso. Além de Eriksson, Toni foi adjunto de Lajos Baroti (1981-82), Pal Csernai (1984-85), John Mortimore (1985-87), Ebbe Skovdahl (1987-88) e Tomislav Ivic (1992-93).

Aliás, nas duas vezes em que saltou de adjunto para a equipa principal, nunca foi para substituir Eriksson. A primeira aconteceu em 1987-88, quando Skovdahl foi despedido e Toni passou a técnico principal, levando nessa época a equipa à final da Taça dos Campeões Europeus, perdida para o PSV Eindhoven, e conquistando a Supertaça, sendo que na temporada seguinte se sagrou campeão.

Apesar de já estar com outro estatuto, aceitou depois voltar a ser adjunto de Eriksson na segunda passagem do sueco pela Luz. Quando o nórdico saiu, chegou Tomislav Ivic e Toni manteve-se como número dois. Só que as coisas não correram bem ao treinador croata e em outubro de 1992 já tinha guia de marcha. O eleito? Toni, claro.

O antigo médio manteve-se duas épocas no cargo e sagrou-se campeão nacional mais uma vez e venceu a Taça de Portugal. Troféus que mesmo assim não foram suficientes para que se mantivesse no comando da equipa. Em 1994 chegou Artur Jorge e Toni, que voltou a ser convidado para passar a adjunto, desvinculou-se do Benfica.

Haveria de voltar em dezembro de 2000, apenas por um pequeno período de poucos dias, para apagar o fogo deixado com a conturbada saída de José Mourinho. E acabou por ser sucedido por... Jesualdo Ferreira, que curiosamente tinha sido seu adjunto entre 1992 e 1994.

No FC Porto há também um exemplo de sucesso. Na época 2010-11, quando André Villas-Boas foi escolhido por Pinto da Costa para treinar o clube, Vítor Pereira voltou aos dragões para adjunto, ele que no passado tinha treinado os sub-15. Depois de uma época onde o FC Porto venceu tudo, inclusive a Liga Europa, Villas-Boas transferiu-se para o Chelsea. A solução encontrada pelo então presidente Pinto da Costa foi a de promover Vítor Pereira a treinador da equipa principal.

Na primeira temporada conquistou a Supertaça, e nas duas seguintes venceu dois campeonatos nacionais (2011–12 e 2012–13) e uma Supertaça (2012). Troféus que deram currículo a alguém que tinha sido um jogador modesto, que depois se formou em Educação Física na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto, tendo depois tirado o curso de IV nível de treinador com uma média final de 19 valores.

No futebol português há ainda outro caso mediático, o de Octávio Machado, embora com contornos um pouco diferentes. Com um longo passado de adjunto em várias equipas técnicas do FC Porto, de Artur Jorge, Carlos Alberto Silva e Tomislav Ivic, o *Palmelão* acabou por se transferir para o Sporting em abril de 1996, na altura para principal (ainda venceu a Supertaça), mas, de acordo com Santana Lopes, para na época a seguir ser adjunto de um grande nome, o belga Robert Waseige, que viria a substituir em dezembro de 1996, conseguindo levar a equipa ao segundo lugar no campeonato, e qualificá-la pela primeira vez para a Liga dos Campeões. Só que na temporada 1997/98 as coisas não lhe correram bem, e saiu em novembro desse mesmo ano.

Vítor Bruno será hoje apresentado como o senhor que se segue no FC Porto. Depois de 13 anos como adjunto de Sérgio Conceição (acompanhava-o desde os tempos do Olhanense), achou que estava na altura de se emancipar. De início o projeto parecia passar pelo Qatar, mas acabou por ser escolhido por Villas-Boas, num desenlace polémico, que ditou acusações de traição da parte de Conceição, que não perdoa ao adjunto não o ter informado da escolha.

Indiferente a polémicas, o filho de Vítor Manuel, ainda hoje o treinador com mais jogos na I Liga (511 entre 1984 e 2002), que passou por clubes como Académica, Sp. Braga, Penafiel, U. Leiria e Belenenses, acredita que está preparado para o novo desafio. Resta saber se conseguirá repetir o feito de Vítor Pereira, que depois de um ano como adjunto do atual presidente André Villas-Boas, em três temporadas conseguiu sagrar-se duas vezes campeão nacional.

nuno.fernandes@dn.pt

Apresentação é hoje no Dragão

Vítor Bruno vai ser apresentado esta tarde, às 15h00, como treinador principal do FC Porto no camarote presidencial do Estádio do Dragão, numa cerimónia em que estará presente o presidente André Villas-Boas. A SAD portista comunicou ontem à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) o acordo com o ex-adjunto de Sérgio Conceição para um contrato que é válido por duas temporadas, ou seja, até ao final de junho de 2026. O treinador de 41 anos, natural de Coimbra, vai desta forma iniciar a carreira como principal responsável de uma equipa profissional no clube que representou nas últimas sete épocas como adjunto.

OZAN KOSE / AFP

Pedro Pablo Pichardo chega a Roma com a terceira melhor marca do ano no triplo salto.

Pichardo e Isaac Nader são as esperanças de medalhas

ATLETISMO Os Europeus de Roma arrancam hoje com um recorde de 50 atletas portugueses em prova. Auriol e Mamona são baixas de peso.

Pedro Pablo Pichardo, campeão europeu e olímpico do triplo salto, e Isaac Nader, nos 1500 metros, são as principais esperanças portuguesas para a conquista de medalhas nos Campeonatos da Europa de atletismo, que se iniciam esta manhã em Roma e decorrem até quarta-feira.

Portugal apresenta-se com um número recorde de 50 convocados para esta competição, que na prática é a antecâmara dos Jogos Olímpicos Paris2024, numa delegação engrossada com os 17 elementos das estafetas 4x100 metros e 4x400 metros masculinas e femininas e oito atletas da meia maratona.

Apesar do litígio com o Benfica, Pichardo apresenta-se na capital italiana com a marca de 17,51 que lhe dá o terceiro melhor salto europeu do ano, atrás dos cubanos Andy Díaz e Jordan Díaz, que alcançaram as marcas de 17,61 e 17,55, respetivamente. No entanto, no Estádio Olímpico de Roma, o português vai apenas deparar-se com o espanhol Jordan Díaz, uma vez que Andy Díaz só poderá representar a Itália a partir de 1 de agosto, ainda a tempo dos Jogos Olímpicos Paris2024. Tiago Luís Pereira tem a quarta melhor marca entre os inscritos no triplo salto, com os 17,08 que lhe valeram a medalha de bronze nos Mundiais de pista coberta, no início do ano em Glasgow. As ambições no triplo salto ficam reduzidas ao setor masculino, tendo em conta a ausência de Patrícia Mamona, vice-campeã olímpica e campeã europeia em 2016, devido a problemas físicos.

As ausências na equipa nacional não ficam por aqui, pois Auriol Dongmo, prata em 2022, vai falhar a competição do lançamento do peso por estar a recuperar de uma fratura numa perna, que até pode tirá-la dos Jogos de Paris. Nesse sentido, no disco surge a esperança de Irina Rodrigues, cujo recorde nacional de 66,60 metros alcançado em março lhe permite ter a segunda melhor marca europeia do ano, apenas superada pela alemã Marike Steinacker (67,31), enquanto Jessica Inchude se apresenta em prova com a quinta melhor marca de 2024 entre as europeias.

Isaac Nader é outro dos potenciais candidatos ao pódio. Depois de ter corrido os 1500 metros em 3.30,84 minutos – aproximando-se do recorde nacional de Rui Silva, de 3.30,07 –, o atleta do Benfica entra em prova com o terceiro melhor registo europeu do ano, atrás do norueguês Jakob Ingebrigtsen e do francês Azeddine Habz.

Em declarações à Lusa, Fernando Tavares, vice-presidente da Federação Portuguesa de Atletismo, disse que existe a expectativa de conquistar "algumas medalhas", mas também de ter "alguns finalistas e alguns semifinalistas". A cerca de mês e meio dos Jogos Olímpicos, o dirigente assumiu que se trata de "uma prova extremamente importante" porque Portugal ainda tem atletas "em processo de qualificação" para Paris 2024, pelo que esta é "uma oportunidade" de o conseguirem.

Portugal chega aos Europeus de Roma 2024 com 38 medalhas conquistadas – 16 de ouro, 14 de prata e oito de bronze – nas 13 mais recentes edições de Campeonatos da Europa de atletismo, nas quais só por duas vezes não esteve no mais alto lugar do pódio, em Barcelona 2010 e Zurique 2014.

A maratona, que entretanto deixou de ser disputada nos Europeus em ano olímpico, continua a destacar-se na contabilidade dos campeões europeus portugueses, com o *tri* de Rosa Mota (1982, 1986 e 1990) e o *bis* de Manuela Machado (1994 e 1998), segue-se a prova de 10 000 metros graças a Fernanda Ribeiro (1994), António Pinto (1998) e Dulce Félix (2012) . As restantes medalhas de outro foram de Pedro Pablo Pichardo (triplo salto, 2022), Inês Henriques (50 km marcha, em 2018)Nelson Évora (triplo salto, 2018), Patrícia Mamona (triplo salto, 2016), Sara Moreira (meia-maratona, 2016) e Francis Obikwelu (100 e 200 metros, em 2006; 100 metros, em 2002).

A seleção conta em Roma com 24 homens e 26 mulheres, mais seis atletas do que os apresentados em Munique 2022.

DN/LUSA

PROGRAMA DOS PORTUGUESES

	Modalidade	Atleta
HOJE		
8h35	**Disco**	Emanuel Sousa
9h03	**Peso**	Jessica Inchude/Eliana Bandeira
10h55	**1500 m**	Salomé Afonso
11h15	**Disco**	Liliana Cá/Irina Rodrigues
12h35	**Comprimento**	Gerson Baldé
17h35	**20 km marcha**	Vitória Oliveira/Carolina Costa/Inês Mendes
17h40	**Peso**	Francisco Belo/Tsanko Arnaudov
20h00	**Disco**	Emanuel Sousa*
20h10	**100 m**	Carlos Nascimento
20h33	**Peso**	Jessica Inchude*/Eliana Bandeira*
21h40	**5000 m**	Mariana Machado
AMANHÃ		
9h10	**3000 m obstáculos**	Etson Barros
9h50	**100 m**	Lorene Bazolo/Rosalina Santos/Arialis Martínez
10h45	**400 m**	Omar Elkhatib
11h20	**400 m**	Cátia Azevedo
19h06	**Comprimento**	Gerson Baldé*
20h02	**Peso**	Francisco Belo*/Tsanko Arnaudov*
20h10	**100 m**	Carlos Nascimento**
20h37	**Disco**	Liliana Cá*/Irina Rodrigues*
21h53	**100 m**	Carlos Nascimento*
DOMINGO		
9h18	**Salto vara**	Pedro Buaró
9h35	**200 m**	Lorene Bazolo
10h20	**1500 m**	Isaac Nader
11h50	**800 m**	Patrícia Silva
12h50	**400 m**	Mikael Jesus**
12h15	**400 m**	Vera Barbosa*/Fatoumata Diallo**
20h05	**200 m**	Lorene Bazolo**
20h40	**400 m**	João Coelho*/Omar Elkhatib*
20h50	**400 m**	Cátia Azevedo*
21h00	**3000 m obstáculos**	Etson Barros*
SEGUNDA-FEIRA		
9h18	**Salto vara**	Pedro Buaró
9h35	**200 m**	Lorene Bazolo
10h20	**1500 m**	Isaac Nader
11h50	**800 m**	Patrícia Silva
12h50	**400 m**	Mikael Jesus**
12h15	**400 m**	Vera Barbosa*/Fatoumata Diallo**
20h05	**200 m**	Lorene Bazolo**
20h40	**400 m**	João Coelho*/Omar Elkhatib*
20h50	**400 m**	Cátia Azevedo*
21h00	**3000 m obstáculos**	Etson Barros*
TERÇA-FEIRA		
9h10	**800 m**	Patrícia Silva**
9h35	**Salto comprimento**	Agate Sousa/Evelise Veiga
9h45	**4x400 m masculino**	
10h15	**4x400 m feminino**	
20h05	**400 m barreiras**	Mikael Jesus*
20h18	**400 m barreiras**	Vera Barbosa*/Fatoumata Diallo*
19h55	**Triplo salto**	Pedro Pichardo*/Tiago Pereira*
12h00	**Dardo**	Leandro Ramos
21h53	**200 m**	Lorene Bazolo*
QUARTA-FEIRA		
19h12	**10 000 m**	Samuel Barata
21h20	**Salto vara**	Pedro Buaró*
19h28	**Dardo**	Leandro Ramos*
19h54	**Salto comprimento**	Agate Sousa*/Evelise Veiga*
20h06	**4x400 m feminino***	
20h19	**4x400 m masculino***	
20h31	**800 m**	Patrícia Silva*
20h44	**10 000 m**	Samuel Barata
21h26	**1500 m**	Isaac Nader*
21h38	**4x100 m feminino***	
21h50	**4x100 m masculino***	

* em caso de apuramento para a final
** em caso de apuramento para as meias-finais

Joël Dicker

"Genebra é uma personagem divertida, porque é uma cidade muito peculiar"

THRILLER Em Lisboa para a Feira do Livro, onde veio apresentar o seu novo romance *Um Animal Selvagem*, o suíço Joël Dicker fala ao DN da razão que o levou a regressar à sua cidade natal como cenário para este romance, depois de vários passados nos Estados Unidos. O autor de sucessos como *A Verdade sobre o Caso Harry Quebert* ou *O Caso Alaska Sanders* explica o seu processo criativo: "Quanto mais corto, mais avanço."

ENTREVISTA **HELENA TECEDEIRO**

Depois de *O Enigma do Quarto 622*, com *Um Animal Selvagem* regressa à sua Genebra natal. Era o cenário perfeito para este livro ou a cidade é mais do que um cenário, é ela própria uma personagem?
A verdade é que o livro não começou pela história, tudo começou com Genebra. Eu queria que se passasse em Genebra. Para mim Genebra é sempre o lugar mais evidente, porque é lá que vivo. Para alguns dos meus livros, a começar por *A verdade sobre o Caso Harry Quebert*, precisei de me distanciar da Suíça, de Genebra, para estar num mundo de ficção. Por vezes, realidade e ficção são difíceis de juntar. Portanto, Genebra foi o começo e só depois pensei "o que é que eu quero contar em Genebra?" É verdade que Genebra é uma personagem divertida, porque é uma cidade muito peculiar. É uma cidade que tem um nome maior do que ela é na realidade. Temos tendência a pôr Genebra no mesmo saco que Nova Iorque, Londres ou Paris. Mas na verdade é uma cidade pequenina.
Mas muito internacional...
Sim, muito internacional. Portanto, há o nome e há a realidade de uma cidade pequena, com as pessoas que lá moram. Os que estão na cidade e os que vivem fora da cidade mas que estão a dez minutos desta, os que estão no campo, numa aldeia. Esta topologia é muito suíça, esta geografia. Então pensei, é a história destas pessoas que vivem no campo, na natureza, mas que trabalham na cidade, duas realidades que formam um todo, que quero contar. Depois pensei, e o que é que se passou?
E começou por onde, pelo assalto [a uma joalharia, que dá início ao livro]?
Não, comecei pelas personagens. Foram as personagens que me foram surgindo e que se foram instalando. E sempre as perguntas: o que é que eles estão a fazer? O que lhes aconteceu? O que se está a passar? Porque senão, é aborrecido.
O livro não é nada aborrecido. Aliás, como já habituou os seus leitores nos livros anteriores, ao fim de cinco páginas, fica-se agarrado à história – neste caso de Arpad, Sophie, Greg e Karine. É uma técnica que desenvolveu e que repete?
Se houvesse uma técnica ou um ingrediente secreto ou uma receita que fizesse com que se conseguisse imediatamente captar a atenção do leitor, acho que todos os autores do mundo ficariam muito felizes. Todos os livreiros também! Portanto, não sei bem como é que se faz. Eu próprio quando escrevi este livro e quando o leio, acho que é um pouco lento. Será que as pessoas vão entrar nele? Tenho imensas dúvidas. E não tenho ninguém para ajudar porque os primeiros leitores são as pessoas que me são mais próximas. É complicado. Será que leram o livro na altura certa? Porque é preciso ser a altura certa, não porque alguém nos pede para ler agora. As únicas opiniões verdadeiras que temos, é quando o livro é editado. Até aí é a dúvida, é a angústia. Não é preocupação porque eu fiz como podia e como queria. Mas fico a pensar se as pessoas vão chegar ao fim do livro. E quando alguém me diz que leu o livro muito depressa fico a pensar que gostaria de saber o que terá levado a isso. E acho que é a instalação. Se há um género, uma inspiração, que reivindico é a tradição oral. Ou seja, uma história é uma partilha, é algo que passa entre um contador e uma audiência. E na tradição oral, dependem uns dos outros – o que escuta está à mercê de quem conta e o que conta precisa daquele que ouve. É assim que eu vejo um livro. É uma troca. É diferente da oralidade porque tem dois tempos – o livro é escrito no tempo 1 e é recebido num tempo 2. Mas há esta reciprocidade – eu preciso do leitor e o leitor precisa de mim. Na tradição oral, se o narrador deixar de contar, a história termina, mas se os que o ouvem se levantarem e se forem embora, também termina. É um equilíbrio que vai nos dois sentidos. Cada um deles tem uma parte do poder.

> *"Para mim, um bom livro é um* page turner *porque primeiro viramos as páginas num sentido, mas chegado a certa altura pensamos 'o quê?' e voltamos a virar no sentido contrário. É um pouco como um espetáculo de magia: sabemos que há um truque."*

Vendeu milhões de livros, está traduzido em mais de 40 línguas, podemos dizer que o *thriller* é um género sem fronteiras, que funciona em todo o lado?
Funciona em todo o lado, mas sobretudo funciona neste momento. Porque as pessoas querem ler, as pessoas querem ser entretidas. A palavra "entretenimento" é muito importante e acho que tem sido um pouco maltratada. Desde sempre, desde os folhetins publicados nos jornais, que o entretenimento é algo indispensável às pessoas. Hoje o sucesso das séries de televisão mostra que o romance e a literatura falharam uma oportunidade. Mas não é tarde de mais. E o entretenimento chega através do romance. As pessoas sabem que é aí, no policial, no *thriller*, na ficção científica, que vão encontrar resposta para o seu desejo de serem entretidas. O grande [Jorge Luis] Borges disse "qualquer história bem contada é um policial". E é verdade. Penso que as pessoas se viram para o policial porque têm uma espécie de garantia; a garantia de terem o prazer de uma história que lhes é contada. A literatura e o romance têm de recuperar esse papel de entretenimento.
Falámos de Genebra e da Suíça, mas *A Verdade sobre o Caso Harry Quebert*, *O Livro de Baltimore* e *O Caso Alaska Sanders* são todos passados nos EUA. Sei que durante muitos anos passava as férias de verão com os seus primos no Maine. Foi nessa altura que nasceu o seu interesse e fascínio pela América?
Não acho que seja um fascínio. Simplesmente, depois de ter escrito alguns livros passados na Suíça ou na Europa, perto da minha casa, percebi que queria escrever romances porque gosto de ler romances. Mas aquilo que tinha escrito até então, não correspondia de todo àquilo que eu gostava de ler. Então pensei que tinha de mergulhar mais na ficção. E pareceu-me que os EUA me permitiam estar num sítio que conhecia muito bem, mas longe de casa. E continua a ser um pouco o que preciso: preciso de contar um lugar em que a narração do local seja muito credível. Para poder pôr o que eu quiser dentro desse espaço. Contar uma história totalmente inventada. Por isso há poucos lugares onde eu consiga fazer isso – a América do Norte, a Suíça, Genebra. É preciso ir dez ou 15 vezes a um sítio para começar a conhecê-lo. Não

PAULO ALEXANDRINO / GLOBAL IMAGENS

conseguiria fazer isto num país como o Japão, onde nunca fui na vida. Não conseguiria inventar o Japão. Mesmo que leia livros ou olhe para o Google Maps, seria completamente artificial.

Sei que se levanta às 4h00 da manhã para escrever. Como é que descreveria um dia de trabalho típico, a sua rotina?

Cansativa [*risos*]. O processo criativo é muito empírico. É tentativa e erro. Quanto mais erro, mais avanço. Quanto mais corto, mais tiro, mais avanço. Mas demorei muito tempo a perceber isto. Quando escrevo estou 100% certo do que estou a fazer? Não. Talvez a 10%, ou menos. A probabilidade de o que eu escrevi ficar tal qual está é mínima: ou o vou apagar ou o vou trabalhar. Mas quando apago, a certeza é de 99,9%, para não dizer 100%. Logo, quanto mais tiro, mais livre avanço, melhor compreendo o que quero fazer. Isto resume a minha forma de trabalhar, que é muito lenta, mas muito prazerosa para mim.

Quando começa não sabe como vai terminar?

Não, de todo. Mas quero saber! E acho que isso se sente no livro. Não sabemos para onde vamos, mas vamos para algum lado. O leitor sabe que é uma aventura, mas que vai chegar a algum lugar no fim. E quando eu percebo o final, quando chego ali a dois terços, três quartos do livro, de repente percebo: claro! Fico entusiasmado. Um pouco como o marinheiro que avista terra e percebe que tem de ir por ali.

A certa altura neste livro, precisei de voltar atrás. Porque achava que tinha lido uma coisa que afinal não estava lá. É um efeito que procura provocar no leitor?

Muitas vezes diz-se que um bom livro é um *page turner*, no sentido em que convidamos o leitor a passar à página seguinte. Para mim, um bom livro é um *page turner*, porque primeiro viramos as páginas num sentido, mas chegado a certa altura pensamos "o quê?" e voltamos a virar no sentido contrário. É um pouco como um espetáculo de magia: sabemos que há um truque. O essencial é ficar maravilhado, mas uma pequena parte de nós acredita que vai conseguir ver o truque. Mas não. Somos apanhados.

Podia viver em qualquer lado do mundo, Paris, Londres, Nova Iorque, mas continua a viver em Genebra. É uma espécie de declaração de amor ao seu país natal ou simplesmente aconteceu?

Acho que diz muito sobre a qualidade de vida que temos na Suíça. É um país que tem os seus defeitos, mas tem muitas qualidades e, sobretudo depois da pandemia, percebemos a sorte que temos de viver num país seguro, onde o sistema de saúde é bom, onde a qualidade de vida é agradável. Porquê mudar? Pensei bastante nisso. Ir viver para aqui ou para acolá. E é verdade que há muitos países agradáveis para passar férias. Mas quando penso que se ficasse doente nesse país, apanhava um avião e voltava para a Suíça, então é melhor viver na Suíça.

Em 2020 criou a sua própria editora. Foi uma forma de poder escrever e editar o que quer, de ter essa liberdade?

O que iniciou o processo foi o encerramento da editora que me publicava até aí. O meu editor, Bernard de Fallois, de quem era muito próximo, morreu em 2018 e deixou indicações para que a sua editora fechasse. Não queria, sobretudo, que fosse comprada por um grande grupo. Era uma editora muito independente. Na altura pensei o que fazer. Com o Bernard tinha muita independência, graças ao trabalho que fazíamos juntos, sentia-me muito envolvido. Portanto, criar uma editora foi a minha forma de me manter fiel a ele.

UM ANIMAL SELVAGEM
Joël Dicker
Alfaguara
528 páginas

E é importante poder dar oportunidade a jovens autores publicando os seus livros? Participa do processo de seleção?

A escolha final é minha. Ou seja, não sou eu que leio os livros e avalio, mas é a oportunidade para mim de editar e partilhar com os leitores livros que me parecem importantes.

Começou a escrever muito jovem. Aos 10 anos fundou a *Gazette des Animaux*, que dirigiu durante sete anos e que lhe valeu o título de "mais jovem chefe de redação da Suíça", atribuído pelo jornal *Tribune de Genève*. Com uma mãe livreira e um pai professor de Francês, sempre soube que queria ser escritor?

Não está necessariamente ligado aos meus pais, apesar de terem sido eles que me incentivaram a ler. Houve sempre muitos livros lá em casa. E ler era uma coisa descomplexada. O livro não era sagrado. Podíamos lê-lo ou não ler, gostar ou não gostar, podíamos desistir de um livro se não gostássemos e ir ler outro. Não havia a obrigação de ler até ao fim. Havia entusiasmo, era agradável. Nesse sentido, os meus pais tiveram influência. Mas na escrita… no início percebi que escrevia todos os dias porque era um reflexo, uma vontade. Não era uma coisa da qual pensava fazer a minha profissão, era simplesmente algo que gostava de fazer. E quando percebi que gostava mesmo muito, pensei, "não, é um emprego complicado", mas era uma espécie de sonho. Sabia que ia escrever sempre, mas não sabia se ia conseguir fazer disso o meu emprego.

E pensou noutras carreiras?

Sim. Sonhei ser músico. E estudei Direito.

Também quis ser bombeiro…

Bombeiro, sim, quando era pequeno. Mas o meu grande sonho era a música. De qualquer forma formei-me em Direito, tenho um mestrado em Direito. É bom fazer coisas diferentes para percebermos aquilo de que gostamos mesmo.

Foi assistente parlamentar. Ainda continua a ser?

Não.

Falou do seu sonho da música, há uns anos adquiriu uma chocolataria em Genebra com um amigo. Como é que estes interesses tão diversos se conjugam com a escrita?

Tudo o que me arrancar à escrita é bom. Pelo menos agora. Porque assistente parlamentar era um emprego. Eu sempre escrevi, mas fazia outras coisas paralelamente à escrita. Fiz os estudos e trabalhei ao mesmo tempo. Mas, depois de me formar em Direito, arranjei este trabalho como assistente parlamentar. Era um mandato de dois anos e, na Suíça, não é bem um emprego, porque os assistentes parlamentares são voluntários. São professores, polícias, jornalistas, advogados, médicos e nas horas livres são assistentes parlamentares. No meu caso era entre as 7 e as 9h00, entre o meio-dia e as 14h00 e das 18 às 23h00. Portanto, tinha o resto dos dias livre para escrever. Era uma boa oportunidade de conciliar os dois. Mas de repente, quando surgiu o sucesso, a escrita passou a ser o meu emprego. Posso passar o dia a escrever, maravilhoso! Mas, hoje em dia, o que eu acho mesmo útil são os impedimentos. Quanto mais me arrancam à escrita, mais percebo como tenho vontade de escrever. É ótimo, porque ficamos com vontade de voltar para o livro.

Essas interrupções dão-lhe inspiração?

Nem por isso. Mas posso dar-lhe um exemplo: estava a escrever no hotel há pouco quando me ligaram a dizer se podia vir para cá 15 minutos mais cedo. Estou em Portugal para isto. Digo sempre às editoras para me darem o máximo de trabalho. Não vim para fazer férias, isso faço com a minha família. Então ela liga, eu venho para cá. Fui interrompido. E ainda bem, porque a inspiração é esse algo que foi interrompido mas que fica algures no meu cérebro. É como um disco que gira. Já meteu um Mentos numa garrafa de Coca-Cola? A inspiração é isso. É o que temos dentro do cérebro. É uma garrafa de Coca-Cola – não sabemos a fórmula secreta, não sabemos do que é feita, mas é uma mistura de porcarias. Depois temos o Mentos. E a inspiração é quando o Mentos cai na garrafa de Coca-Cola e provoca uma erupção.

Estava a escrever antes de vir para aqui. Pode avançar alguma coisa sobre o seu novo projeto?

De todo! Está a avançar, mas para onde é que eu vou? É como estar na selva a cortar a vegetação com um machete para avançar. E de repente alguém nos liga e largamos a machete. Avançámos um bocado, parámos e vamos voltar, mas sem saber para onde vamos. E é ótimo! Se me esqueci do que ia escrever é porque não era bom, mas se me perseguir… é como as personagens, são boas quando ficamos a pensar o que lhes terá acontecido. Como num bom livro, mal podemos esperar para reencontrar a personagem. Quando escrevo é um pouco a mesma coisa. Há personagens que me seguem e outras que, quando volto ao livro, já me esqueci delas. Se for esse o caso, é para tirar.

CONEY ISLAND - AS PRIMEIRA VEZES
Joana Botelho
Cinema City Alvalade

Foi a inspirar-se em *Just Kids*, de Patti Smith, que a atriz Joana Botelho se aventurou nesta viagem de metro até Coney Island num pequeno filme premiado nos Prémios Sophia e vencedor do Novo Talento da FNAC. Uma espécie de entrada num mundo Oz, tão escorreito como simples. Passa diariamente no City Alvalade num sistema que possibilita ver também uma outra qualquer longa à escolha. **R.P.T.**

SOB CONTROLO
Charly Delwart
Filmin

Na onda das *sitcoms* que têm colorido o catálogo da Filmin, *Sob Controlo* vem dar a versão francesa do género. Seis episódios de 30 minutos que contam as peripécias da diretora de uma ONG convidada para assumir a pasta dos Negócios Estrangeiros... sem hesitações. Sátira liderada pela excelente Léa Drucker, a série vinga pela sua capacidade de elevar o argumento (mesmo que não chegue aos calcanhares de *A Diplomata*, com Keri Russell). **INÊS N. LOURENÇO**

REDS
Warren Beatty
Cinemateca

Lançado em 1981, eis o filme certo para compreender o lugar de excelência que Warren Beatty ocupa na história de Hollywood. Através do retrato do jornalista John Reed (interpretado pelo próprio realizador) na Revolução Soviética, o filme consegue uma dupla proeza: superar os clichés ideológicos da representação revolucionária e celebrar as nuances do melodrama, afinal o mais político dos géneros (dia 8, 17h30). **J.L.**

FILMES&SÉRIES AGENDA

Memórias do Alentejo num filme de 1980.

Cerromaior
de Luís Filipe Rocha em DVD

Alguns dos filmes nos últimos tempos restaurados pela Cinemateca continuam a surgir na coleção de DVD com chancela da Academia Portuguesa de Cinema. Estamos, neste caso, perante um título fundamental da produção pós-25 de Abril, datado de 1980, tendo como base o romance homónimo de Manuel da Fonseca (publicado em 1943). Tudo acontece na década de 1930, num Alentejo de agudas diferenças de classe, num quotidiano tecido de silêncio e medos em que ecoam os sinais difusos da Guerra Civil espanhola.

Numa edição de invulgar qualidade técnica, incluindo um magnífico dossiê de informações e memórias, podemos redescobrir as marcas de um cinema que, metodicamente, começava a questionar os estereótipos de uma representação das convulsões sociais e políticas encerrada em conceitos de "militância". Através de atores como Santos Manuel, Clara Joana, Ruy Furtado, Carlos Paulo ou Elsa Wallenkamp, Luís Filipe Rocha convoca-nos para os labirintos da história coletiva e das suas ramificações individuais. **JOÃO LOPES**

BELFAST
Kenneth Branagh
Netflix

Na cadeira de realizador, Kenneth Branagh perdeu muitas qualidades nos últimos anos, ao insistir em adaptações frustrantes dos clássicos de Agatha Christie. Daí que *Belfast* (2021) salte à vista como o mais genuíno dos filmes recentes, a sua recriação de memórias de infância, quando a cidade do título estava tomada pela violência do conflito na Irlanda do Norte, final dos anos 1960. Uma doce ode à família e à criança que foi. **I.N.L.**

IF - AMIGOS IMAGINÁRIOS
John Krasinski
Cinemas

Depois dos estupendos *A Quiet Place* esperava-se muito do filme seguinte de Krasinski. Talvez, em virtude de toda a expectativa, tenha investido num formato para o público infantojuvenil. Este *IF* é sobre como os amigos imaginários das crianças tentam novas crianças após o crescimento das suas originais. Filme de charme inegável, é também outro portento de luz do diretor de fotografia Janusz Kaminski. E, claro, pensa-se em Spielberg. **R.P.T.**

ERIC
Abi Morgan
Netflix

Em formato de minissérie, eis um mergulho insólito e sedutor no mundo das marionetas. Benedict Cumberbatch (também produtor executivo) é um criativo genial, assombrado pela dependência do álcool, que enfrenta o súbito desaparecimento do filho – a libertação imaginária simbolizada pelos "bonecos" cruza-se, assim, com as componentes de um realismo cru, cruzando a crónica social e a parábola poética. **J.L.**

ASSASSINO PROFISSIONAL
Richard Linklater
Cinemas

Abram alas para a dupla extraordinária Richard Linklater e Glen Powell, este último a estrela revelação de *Assassino Profissional*. Há muito tempo que não se via o cinema do realizador de *Antes do Amanhecer* nesta boa forma. Uma comédia *noir* centrada num professor de Filosofia, colaborador da Polícia de Nova Orleães, que explora o mundo de um falso assassino a soldo. Escrito e interpretado com nota máxima de precisão e inteligência. **I.N.L.**

MAD MAX - AS MOTOS DA MORTE
George Miller
Cinema Fernando Lopes

Na Integral da Saga Mad Max, na Sala Fernando Lopes, o bom senso manda começar a maratona pelo primeiro filme (amanhã, 21h30), olhar brutalista de George Miller sobre um mundo a desabar. Neste primeiro filme da franquia, acompanhamos a tragédia do polícia Max. Obviamente, há qualquer coisa aqui de muito datado mas é precisamente esse desfasamento estético que apimenta este reencontro... **R.P.T.**

O Lumen Hotel & The Lisbon Light Show (foto principal) organiza, todas as quintas-feiras, um arraial de Santo António.

Festejar o Santo António sem confusão

LISBOA A cidade prepara-se para ser inundada nos próximos dias de cheiro a sardinha, manjericos, música alta e muita gente. Mas há alternativas para quem gosta de um bom arraial, mas com um ambiente mais calmo.

TEXTO **SOFIA FONSECA**

Este que se aproxima é o grande fim de semana das festas em Lisboa. Prolongado, dá o arranque para as maiores iniciativas que vão acontecer por toda a cidade para celebrar o Santo António. Haverá arraiais na rua, muita sardinha, música popular e animação, além, depois, das marchas e dos casamentos. Mas para quem não gosta de tanta confusão há alternativas.

Vários espaços prepararam programação alusiva aos santos populares, onde será possível viver este espírito de uma forma mais tranquila, sem enchentes, mas como manda a tradição.

O Hotel Real Palácio, um 5 estrelas nas Avenidas Novas, promove todos os sábados deste mês o arraial Santos Sábados no Palácio, entre as 18h00 e as 23h00, com uma carta de petiscos nacionais com preços convidativos: caracóis e chouriço assado (6 euros), sardinhas (12 a dose), bifanas (5), pão com chouriço e caldo verde (3), moelas (9) e pica-pau (12). Mas também há outras opções, menos típicas, como croquetes com mostarda (4 euros), prego em bolo do caco (10) ou hambúrguer (10). A carta disponibiliza ainda doces tradicionais, como farófias e arroz-doce (3 euros), doce do António (6), e pastel de nata (2). Para acompanhar, há sangria (entre 14 e 20 euros), além de vinho, cerveja e sidra. Aos domingos, haverá uma edição especial de *brunch* dedicada aos santos populares.

Não muito longe dali, na zona de Picoas, o Lumen Hotel & The Lisbon Light Show organiza, todas as quintas-feiras, um arraial de Santo António. O Páteo Fotossíntese transforma-se num pátio alfacinha, decorado a preceito, com música popular e um grelhador. A festa, entre as 18h00 e as 22h00, custa 22 euros por pessoa, o que dá direito a uma bebida (cerveja, sangria ou refrigerante), um snack quente (a escolher entre três sardinhas no pão, uma bifana no pão, uma sandes de courato ou um hambúrguer) e ainda uma sobremesa (arroz-doce, aletria, pastel de nata ou fruta), havendo depois a possibilidade de adquirir itens extra. Além disso, pode-se assistir ao espetáculo de *video-mapping* residente do hotel.

Para o lado dos Olivais, o IDB Rooftop preparou uma programação especial para as sextas-feiras deste mês que conta com comida típica e música tradicional portuguesa. Decorado a preceito, o espaço situado no antigo Entreposto terá sardinhas no prato e no pão (1,50 euros/2 euros), bifanas no pão (4) ou no prato com batata frita (8), entremeada no pão (4) ou no prato com batata frita (8), salada (4), salada com batata cozida (6), e ainda chouriço assado (9) e morcela assada (9). A 21 de junho, haverá uma noite de quiz alusiva aos santos populares.

A noite de Santo António

Na noite de Santo António também há alternativas à festa na rua. O evento Santos Populares Vistos de Cima regressa ao Rossio Gastrobar. No 7.º piso do Altis Avenida Hotel, com vista para as marchas que desfilam na Avenida da Liberdade, haverá comida, cocktails exclusivos e Dj entre as 18h30 e a meia-noite. "Vamos ter várias estações de comida e *showcooking*, desde os queijos nacionais e internacionais ao presunto bolota de 36 meses. Temos também uma variedade de oferta de grelhados, como camarão tigre, enchidos ou porco preto e as indispensáveis sardinhas, trabalhadas pelo Paulo Alves, com uma abordagem distinta que certamente ficará na memória dos clientes. Pregos, saladas variadas ou mexilhões à marinheira são outras propostas disponíveis no nosso *buffet*. Na sobremesa, destacamos o tradicional pastel de nata do *chef* Fernando Freitas, o pudim abade de Priscos ou a sericaia e ameixa de Elvas, entre outras", anuncia o *chef* executivo João Correia, que nesta noite terá a companhia do *chef* Paulo Alves, do Praia no Parque.

Já a *bar manager* Flavi Andrade, que terá como convidado Carlos Santiago, *bar manager* do The Royal Cocktail Club Porto, preparou três cocktails exclusivos para este arraial: o Santo António na Talha, Parque na Box e Orto Botânico de Pádua, este último sem álcool. O valor por pessoa é de 130 euros para clientes externos e 100 para hóspedes do hotel. É necessário fazer reserva.

A finalizar, no terraço do Black Pavilion do luxuoso Torel Palace Lisbon, perto do Jardim do Torel e com vista para a baixa da cidade, a festa de dia 12 arranca às 19h30, estando prometida música pelo DJ Mok Groove, *showcooking* e *buffet* tradicional com uma extensa seleção de pães, queijos, enchidos e carnes, mas também caldo verde, sardinhas, e várias sobremesas (90 euros/pessoa).

Diario de Noticias

SITUAÇÃO PERIGOSA

O CONFLITO COM OS AVIADORES MILITARES caminha para complicações graves

Perderam-se todas as esperanças de conciliação?

O cerco da Amadora intensificou-se ontem

A situação militar no campo de aviação da Amadora

Inglaterra e Portugal

MINISTRO DO INTERIOR

LISBOA-MACAU

ORDEM PUBLICA

O COMANDO

O DIAMANTE VERDE

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 7 DE JUNHO DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

A festa nacional de Caridade

SALVEMOS as Misericordias!

E' preciso evitar que desapareça, por falta de recursos, o mais belo padrão da benemerencia portuguesa

"O DIARIO DE NOTICIAS" dirige um apelo ao Estado e ao País

Protejamos as Misericordias! Salvemos as Misericordias!

Assim o reclamam hoje milhares e milhares de homens bons e de corações bem formados, comovidos com a penuria a que as circunstancias de momento levaram essas benemeritas instituições, que, ha seculos, em todo o país, têm realizado a mais bela, a mais fecunda, a mais consoladora obra de caridade.

As Misericordias são uma instituição genuinamente nacional, exclusivamente portuguesa.

Fóram criadas no final do seculo XV, quando o sol da nossa gloria brilhava em pleno zenite, quando Portugal completára a epopeia das descobertas abrindo ao comercio de todo o mundo o caminho maritimo para a India.

Ninguem desconhece os milagres de amor e altruismo que tem formado a existencia dessa modelar instituição. Protegidas pela generosidade de benfeitores que, em vida e principalmente por legados testamentarios, lhe cediam parte dos seus bens e fortunas, as Misericordias poderam dilatar, cada vez mais, a sua carinhosa missão, recolhendo as crianças abandonadas, acolhendo e curando os doentes sem recursos para se tratar, acudindo eficazmente á pobreza e á miseria, nas suas mais dolorosas manifestações.

Promulgaram-se, porém, depois, leis, que as obrigaram a converter os seus bens em titulos da divida publica.

O seu relativo desafogo manteve-se enquanto tivemos uma situação economica normal. Mas, á medida que o agio do ouro foi subindo e baixando na mesma proporção o valor real da nossa moeda, o desequilibrio foi-se acentuando penosamente, não havendo economias, nem regras da mais severa administração, que hoje o possam combater com exito.

A situação atingiu ultimamente uma gravidade alarmante. E' preciso dar-lhe remedio imediato, se não quisermos assistir á vergonha de vêr as Misericordias fecharem as suas portas, por não poderem mais acolher os desgraçados e desfazer-se, depois de quatro seculos de existencia, o mais belo padrão de caridade portuguesa.

O «Diario de Noticias», verdadeiro orgão da opinião nacional, que tem promovido tantos empreendimentos, acolhidos com o maior entusiasmo pelo país, a favor de tudo o que é justo e serve para honrar o nome português, não podia conservar-se indiferente em face dessa ameaça pavorosa que, tornando-se realidade, ferirá profundamente a propria dignidade da nação. Resolveu, por isso, arvorar-se em porta estandarte de uma generosa cruzada e consagrar todo o seu valimento e toda a sua energia a que frutifique o apêlo que vai dirigir ao Estado e ao País, para que não deixem morrer as Misericordias.

Para dar execução á sua iniciativa procurará realizar uma grande Festa Nacional de Caridade, num dia que se ficará chamando «O dia das Misericordias»

Nesse dia, em Lisboa, no Porto, nas diversas cidades, vilas e povoações importantes, organizar-se-á uma recita, uma tourada, um desafio de «foot-ball», um baile, uma quermesse, um espectaculo de cinema, uma «quête» nas ruas, um festival ao ar livre, etc., etc., cujo produto reverterá integralmente para o fundo de tão benemeritas casas de caridade.

Os trabalhos serão dirigidos superiormente por uma comissão constituida pelo Provedor da Misericordia de Lisboa, pelo Provedor da de Setubal, modelarmente organizada, pelo da de Elvas, de quem partiu ainda ha meses o grito de alarme, para que se acudisse a essas instituições, pelo presidente da Junta Geral do distrito de Lisboa, pelo Secretario Geral do Congresso das Misericordias, e por um representante do «Diario de Noticias», além dum empregado do nosso jornal, que servirá de secretario.

Contamos desde já com a adesão calorosa de tão distintas personalidades. A Comissão Central terá direito a agregar senhoras que, pela sua situação social, dotes de altruismo e de dedicação por todas as ideias generosas, possam prestar-lhe relevantes serviços.

Para a festa de cada localidade haverá uma comissão especial de que deverão fazer parte o presidente da respectiva Camara Municipal, o provedor da Misericordia e um representante do «Diario de Noticias», podendo estes agregar as senhoras e cavalheiros que mais eficazmente os possam auxiliar.

O «Diario de Noticias» publicará artigos redigidos pelos provedores ou por pessoas por eles escolhidas, sobre a importancia, serviços prestados e situação actual de cada uma das Misericordias, acompanhando esses artigos com os retratos dos provedores e organizando assim um verdadeiro inquerito demonstrativo do papel desempenhado no passado e que podem desempenhar no futuro tão prestimosos organismos, e uma galeria dos que, com a maior abnegação, se têm consagrado a minorar os efeitos da miseria.

Esse inquerito deverá constituir uma base solida para que os trabalhos do proximo congresso do Porto cheguem a conclusões fundamentadas e seguras.

«O dia das Misericordias» será o de 15 de agosto, o da fundação do primeiro estabelecimento deste genero do país.

Bem sabemos que é dificil e da maior magnitude a empresa que o «Diario de Noticias» vai tentar. Mas outras, tambem do maior altruismo, já temos levado a cabo, sem que jamais nos houvesse abandonado a calorosa coadjuvação do povo português. O nosso caracter tem um fundo estrutural de bondade e em toda a nossa vida nacional registamse as mais belas afirmações de caridade. Ainda recentemente o Porto, a cidade das mais nobres tradições de honra e de trabalho, mostrou os extremos da sua generosidade, dispondo duma quantia avultada para a sua benemerita Misericordia.

Poder-nos-ão dizer que o produto destes festivais será insuficiente para se vencer a crise quasi desesperada em que se debatem as mais importantes das nossas casas de caridade. Mas a iniciativa do «Diario de Noticias» não visa apenas a obterem-se algumas dezenas ou centenas de contos, com que se possam saldar encargos inadiaveis. Tem um fim muito mais alto: o de colocar diante da nação, com uma evidencia diamantina, a angustiosa situação das suas Misericordias, criando em torno delas uma atmosfera de interesse e amor, para que, os que têm meios de fortuna e alma compassiva, imitem os seus maiores e auxiliem esses santos estabelecimentos e ainda o de despertar a atenção do Estado, lembrando-lhe que foi devido ás suas medidas que eles viram cruelmente cerceados os seus recursos.

A ideia está lançada. Confiamos em que o país a acolherá com a merecida simpatia.

VIDA DIPLOMATICA

Inglaterra e Portugal

O sr. dr. Augusto de Castro dá um banquete de despedida no Carlton Hotel

O elogio do general Norton de Matos pelo nosso ministro em Londres

LONDRES, 5.—Realizou-se esta noite, no Carlton Hotel, o banquete de despedida oferecido pelo ministro de Portugal, sr. dr Augusto de Castro.

O primeiro ministro, sr. Macdonald que tinha aceitado o convite do sr. dr. Augusto de Castro e lho fizera comunicar em termos muito amaveis, não póde comparecer por ser obrigado a partir para a Escocia na propria manhã de quinta-feira.

Assistiram ao banquete as seguintes pessoas:

Sir Eyre Crowe, secretario de Estado permanente no Foreign Office; Baron Moncheur, embaixador da Belgica; Domicio da Gama, embaixador do Brasil; Monsieur Vogt, ministro da Noruega; lord Cromer, lord Chambellan, sir John Hanbury Williams, marechal do Corpo Diplomatico, general Norton de Matos; G. N. Bland, do Foreign Office; G. H. Villiers, do Foreign Office; M. Montagnery, do Foreign Office; J. A. Blanchi, Gabriel da Silva, Antonio Potier, adido da Legação; coronel J. dos Santos Lucas, agente de Angola em Londres; comandante Tomás Fernandes, agente geral de Angola em Lisboa; P. Scottie, director do Banco Nacional Ultramarino em Londres, sr. Samuel de Lears, presidente da Camara de Comercio.

Presidiu o sr. dr. Augusto de Castro, tendo á direita sir Eyre Crowe e o sr. Embaixador da Belgica e á esquerda o Embaixador do Brasil e o general sr. Norton de Matos.

Ao «toast», o sr. dr. Augusto de Castro levantou o primeiro brinde á saude do Rei de Inglaterra e á do Presidente da Republica de Portugal.

Em seguida pronunciou o discurso que passamos a traduzir:

«Na ultima cerimonia em que represento em Inglaterra o Governo Português desejo exprimir toda a confiança e toda a esperança que o meu país e a Republica depositam nas eminentes qualidades daquele a quem, dentro de alguns dias, terei a honra de entregar os altos poderes que me foram confiados.

Com um legitimo orgulho nunca poderei esquecer que, sendo o sucessor do homem de Estado que preside á Republica Portuguêsa, de quem tive a fortuna de herdar aqui a tradição ilustre e de cuja obra brilhante e notavel colhi os resultados, eu fui o ultimo ministro de Portugal em Londres e quis o acaso fossem abertas pelas minhas mãos as portas da Embaixada de Portugal. Este facto significa o justo coroamento diplomatico da Aliança, que desde seculos une Portugal á Inglaterra, aliança que a historia de glorias comuns e a recordação de sangue tantas vezes vertido, lado a lado, cimentaram e engrandeceram e que, unindo dois povos livres, representam, por isso mesmo, uma obra internacional que foi, é (hoje mais solida do que nunca) e será na vida da civilização de quatro continentes uma força admiravel de Paz e de Progresso.»

A grande autoridade, como colonial, do general Norton de Matos, a reputação da sua acção organizadora, como ministro na participação do exercito português, ao lado do exercito da Grau-Bretanha e dos outros exercitos aliados, na Grande Guerra, a sua competencia e o seu patriotismo constituem titulos que, juntos ao de Embaixador do Oldest Ally of Great Britain (o mais velho aliado da Gran-Bretanha), darão certamente um grande brilho á representação, ilustrada por tão altas tradições, de Portugal em Londres.

Congratulo-me como português as deixar aumentada por uma nova afirmação de vitalidade internacional de aliança, pelo prestigio uma nova categoria diplomatica e pela autoridade pessoal dos meritos do meu eminente sucessor. a representação que durante um curto, mas afortunado, periodo, eu tive a honra de deter nas minhas mãos, junto do governo desta grande nação amiga, que sendo o mais vasto imperio, é uma das mais perfeitas democracias do mundo.

Na aproximação internacional, cada vez mais intima, que as perspectivas da civilização e de liberdade abrem aos dois países, na comunidade de tradições e reciprocidade de interesses que ligam o Imperio Britanico e a Republica Portuguesa, o general sr. Norton de Matos exercerá certamente a brilhante acção que é de esperar das suas qualidades e do seu passado.

Em nome do governo português e em meu nome pessoal, desejo-lho bem sinceramente, meu caro embaixador.»

Agradeceu este brinde o general Norton de Matos, que calorosamente exaltou a patriotica

Dr. Augusto de Castro

actividade do sr. dr. Augusto de Castro na criação da Embaixada Portcguesa em Londres e traçou o perfil do ministro de Portugal.—(L).

A Camara do Comercio Portuguesa de Londres felicita o sr. dr. Augusto de Castro pela recente elevação a embaixada da nossa legação naquela cidade

LONDRES, 5.- Reuniu-se esta tarde a Camara de Comercio Portuguesa de Londres. Resolveu enviar as suas felicitações ao sr. dr. Augusto de Castro por causa do exito das recentes negociações que tiveram como consequencia transformar a legação britanica em Lisboa e a legação portuguesa em Londres em embaixadas. Depois o presidente da Camara de Comercio passou em revista as relações anglo-portuguesas.—(H.)

FESTA DE HOMENAGEM

MINISTRO DO INTERIOR

O pessoal do seu gabineto ofereceu-lhe ontem um almoço comemorando o seu aniversario natalicio

Passando ontem o aniversario natalicio do coronel sr. Sá Cardoso, ilustre ministro do interior, o pessoal do seu gabinete ofereceu-lhe um almoço intimo, no restaurante Tavares, que decorreu no meio da maior animação.

Entre os convivas encontravam-se os srs. drs. Sampaio Mira e Raul de Carvalho, João Madeira, director da P. S. E.,

Sá Cardoso

tenente Torres Baptista, Alberto Meireles e Elias Garcia, tendo-se trocado ao «toast» afectuosos brindes.

Os srs. Presidentes da Republica e do ministerio e o general sr. Vieira da Rocha, comandante da G. N. R, telefonaram apresentando ao sr. Sá Cardoso as suas felicitações.

O COMANDO

da 1.ª Divisão Militar

A demissão do general sr. Roberto Baptista

Um boato que não se confirma

O Comandante da Divisão, general sr. Roberto Baptista, demitiu-se, como se sabe, do seu cargo, por motivos que se prendem com os acontecimentos em curso, havendo quem afirme que essa atitude resultou do facto de lhe ter sido ordenada a prisão dos oficiais aviadores que se encontram cercádos no Campo da Amadora.

Em sua substituição foi nomeado o general sr. Bernardo de Faria, que ontem mesmo tomou posse.

O governo esteve reunido, á noite, em conselho no Ministerio do Interior, tendo-se ocupado, ao que consta, da situação politica e de assuntos que se ligam com a atitude de rebeldia dos oficiais aviadores.

Informam-nos, oficialmente, de que, contra o que noticiou um jornal da noite de ontem, não é exacto que os srs. ministros da Justiça e da Agricultura tenham manifestado desejos de abandonar o Governo, por estarem em desacordo com o procedimento do sr. ministro da Guerra.

No entanto, dá-se como periclitante a situação ministerial.

COLHIDA PELO COMBOIO

Uma mulher em estado grave

PORTO, 6.—Hoje de tarde, proximo do cais do Carvão, o comboio directo do Minho colheu Maria Angelina Esteves Conde, viuva, de 40 anos, a qual seguia distraidamente pela linha, atrapalhando-se ao ouvir os gritos que lhe faziam e o constante silvo da maquina.

O comboio parou rapidamente e a infeliz, que ficou em estado grave, foi metida no «fourgon», seguindo até S. Bento, de onde foi conduzida, na auto-maca dos Voluntarios para o hospital da Misericordia.

Seleção de futebol foi jantar com Marcelo antes do Euro

Numa cerimónia já tradicional antes dos grandes eventos internacionais, a seleção nacional de futebol que vai disputar o Europeu de 2024, na Alemanha, foi ontem recebida no Palácio de Belém pelo chefe de Estado para um jantar oficial. Marcelo Rebelo de Sousa cumprimentou todos os elementos da comitiva – ainda sem Ronaldo –, antes de tirar a habitual "foto de família". E, claro, mesmo recorrendo ao telemóvel do presidente da Assembleia da República, Aguiar-Branco, Marcelo não dispensou a *selfie* da praxe.

ANTÓNIO COTRIM/LUSA

Notários dispostos a ajudar na regularização de migrantes

IMIGRAÇÃO Ordem dos Notários diz que recursos atuais do Estado não conseguiram dar resposta aos mais de 400 mil processos.

TEXTO **DAVID PEREIRA**

A Ordem dos Notários disponibilizou a rede de Cartórios Notariais para colaborar no Plano de Ação para as Migrações, de forma a viabilizar a "cooperação permanente para a prestação de serviços em colaboração" e evitar "os estrangulamentos por excesso de solicitações, nomeadamente, no interior do país".

"A Resolução de Pendências e Situações Irregulares, que se quantifica em mais de 400 mil processos, exige uma resposta rápida que nunca poderá ser alcançada com os recursos atuais do Estado, por insuficiência dos mesmos, ou com a contratação de novos recursos, pois o seu tempo de formação importará uma morosidade previsível", indicam os notários num comunicado enviado às redações, frisando que os Cartórios Notariais constituem uma rede de serviço público constituída por aproximadamente 500 balcões de atendimento público e nos quais trabalham já 563 notários e 1500 trabalhadores de cartório com especial formação académica e prática para a análise de documentos e sua apreciação legal.

"Para além disso, a Ordem dos Notários já possui um sistema de arquivo público físico e experiências de sucesso com as plataformas digitais em regime de interoperabilidade com plataformas informáticas do Estado (base de dados de contumazes, Citius, etc.) que mostram a nossa eficácia para gerir os problemas identificados", indicam na nota, frisando que a rede de balcões "ajudaria em muitos casos a criar uma resposta mais humanizada e a retirar a enorme pressão aos demais balcões do Estado que já estão, em muitos casos, em situação de rutura, mesmo sem este acréscimo de trabalho".

Na segunda-feira, o Conselho de Ministros aprovou e o Presidente da República promulgou o Plano de Ação para as Migrações, tendo em vista a correção de problemas nas regras de entrada em Portugal, bem como a "incapacidade operacional" da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA). A extinção do procedimento de manifestação de interesse, a criação de uma estrutura de missão para resolver os mais de 400 mil processos pendentes e a promoção da integração profissional de imigrantes no mercado de trabalho são outras das medidas.

***Com LUSA**

BREVES

Eurodeputados do PCP entre "melhores amigos" da Rússia

Os eurodeputados comunistas Sandra Pereira e João Pimenta Lopes não aprovaram nenhuma de 16 resoluções a condenar ações da Rússia, nos últimos cinco anos, e estão entre um grupo de 30 eleitos que o jornal online *Politico* identifica como "melhores amigos" de Moscovo no Parlamento Europeu: aqueles que mais vezes recusaram votar a favor dessas resoluções. Sandra Pereira surge em segundo lugar da lista, encabeçada pela letã Tatjana Zdanakova, que foi acusada de espionagem para a Rússia. A eurodeputada portuguesa rejeitou 14 iniciativas e não votou em duas delas. O seu companheiro de bancada, João Pimenta Lopes, é o sexto da mesma lista, tendo votado contra 12 resoluções e estado ausente nas votações de quatro.

Cinco novos países no Conselho de Segurança

Dinamarca, Grécia, Paquistão, Panamá e Somália foram eleitos membros não-permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) para o biénio 2025/2026. Os cinco novos membros, que concorreram sem oposição aos respetivos assentos disponíveis para cada grupo regional, tomarão posse em 1 de janeiro de 2025 e exercerão funções até 31 de dezembro de 2026. Vão substituir cinco países cujos mandatos de dois anos terminam em 31 de dezembro: Equador, Japão, Malta, Moçambique e Suíça. Os recém-eleitos irão juntar-se aos cinco membros permanentes do Conselho com poder de veto - EUA, Rússia, China, Reino Unido e França - e aos cinco eleitos no ano passado: Argélia, Coreia do Sul, Eslovénia, Guiana e Serra Leoa.

Proteção Civil alerta para trovoadas e granizo

A Proteção Civil alertou para o agravamento das condições meteorológicas hoje e amanhã, com possibilidade de queda de granizo, subida da temperatura até 36 graus e elevado perigo de incêndios rurais. Num aviso à população, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil citou previsões do IPMA que apontam para a possibilidade de aguaceiros, por vezes fortes, acompanhados de trovoadas no Norte e Centro, "não sendo de excluir a possibilidade de trovoadas secas". Poderão ocorrer inundações em zonas urbanas, cheias, deslizamentos de terras e derrocadas e o piso rodoviário poderá acumular lençóis de água. Queda de ramos de árvores e danos em infraestruturas de comunicação e energia são outros efeitos expectáveis.

Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, Rui Costa Rodrigues, José Pedro Soeiro **Direção interina** Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt